Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
Departamento de Sociologia
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

LEANDRO SAADE MINERVINO

**MARGINALIDADE COMO POSICIONAMENTO: TRAJETÓRIA
LITERÁRIA DE LIMA BARRETO NA *BELLE ÉPOQUE* CARIOCA.**

São Paulo
2015

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
Departamento de Sociologia
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

LEANDRO SAADE MINERVINO

**MARGINALIDADE COMO POSICIONAMENTO: TRAJETÓRIA
LITERÁRIA DE LIMA BARRETO NA *BELLE ÉPOQUE* CARIOCA.**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Sociologia do Departamento de
Sociologia, Faculdade de Filosofia
Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para a
obtenção do título de Mestre em
Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Antonio Pinheiro Filho

São Paulo
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Minervino, Leandro

M664m

MARGINALIDADE COMO POSICIONAMENTO: TRAJETÓRIA
LITERÁRIA DE LIMA BARRETO NA BELLE ÉPOQUE CARIOCA /

Leandro Minervino ; orientador Fernando Pinheiro
Filho. - São Paulo, 2015.

161 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Sociologia. Área de
concentração: Sociologia.

1. Lima Barreto. 2. Literatura. 3. Rio de
Janeiro. 4. Belle Époque. 5. Teoria dos campos. I.
Filho, Fernando, orient. II. Título.

Nome: MINERVINO, Leandro Saade

Título: Marginalização como posicionamento: trajetória literária de Lima Barreto na *belle époque* carioca.

Dissertação apresentada à
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade
de São Paulo para a obtenção do
título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____
Instituição _____
Julgamento _____
Assinatura _____

Prof. Dr. _____
Instituição _____
Julgamento _____
Assinatura _____

Prof. Dr. _____
Instituição _____
Julgamento _____
Assinatura _____

Dedicatória

Dedico essa dissertação à memória do meu avô, José Roberto, que sempre me incentivou no meu desenvolvimento intelectual com um jeito todo próprio de discutir com sincero interesse.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço aos meus pais, José Otávio e Semíramis, pelo constante apoio e incentivo em todas as decisões que tomei – até mesmo naquelas que não partilhavam do mesmo ponto de vista. Aos meus irmãos, Luciano e Luiz, pelos momentos passados e futuros sem os quais não seria metade do que hoje sou.

Aos meus avós, José Roberto, Cecília, Therezinha e Jorge pelo vívido interesse que sempre demonstraram nessa e em outras empreitadas pessoais.

Aos meus amigos de antigamente que continuam a fazer parte da minha vida depois de longos anos, e por vezes de longas distâncias: Daniel Kim, Ricardo Radin, Beatriz Rodrigues, Thiago Barisson.

Àquelas amizades dos tempos de faculdade que se mantêm após os caminhos se dispersarem. Em especial à Ana Flávia, Danilo Buscatto, Débora Furloni e Renato Vilela.

Aos colegas de trabalho que se tornaram verdadeiros amigos, e conseguiram tornar a rotina um pouco menos tediosa, Letícia Tarifa, Martim, Tiago Duarte, Danilo Fiore, Raoni, Sara, Monica, Tarcila, Sulimara, Liliane, Danielle, Maurício, José Augusto, Maíra, Thaís, Karen, Fernando Meloni, João Marcelo, Og, Filipe Quaresma, Marília, Eduardo e Gabriela.

Um agradecimento especial ao meu orientador Fernando Pinheiro pelas valiosas observações que fez desde que aceitou me orientar na Iniciação Científica e depois no Mestrado.

Por fim, mas não em último, esse trabalho é especialmente dedicado àquela que além de revisora, interlocutora, companheira, confidente e namorada me acompanha desde que nos encontramos nos idos de 2005 nos corredores da Sociais e desde então é o pilar do meu dia a dia: Carolina de Andrade Santos.

RESUMO

MINERVINO, Leandro Saade. **Marginalidade Como Posicionamento: Trajetória Literária De Lima Barreto na *Belle Époque* Carioca**. 2015. 161f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.

As análises disponíveis sobre Lima Barreto tratam com pouca ênfase a questão do malogro de seu projeto de vida. A partir da construção de um ponto de vista inédito lançarei uma luz sobre a malfadada trajetória literária do autor. Para tanto, inicialmente será feita uma ampla reconstrução dos fluxos externos e internos que influenciam a carreira de Lima. Analisarei três aspectos fundamentais da atividade literária: a estrutura macrossocial e histórica da *Belle Époque* carioca; a trajetória de vida do escritor e como os diversos fluxos temáticos permeavam seus escritos. Com essa reconstrução será possível escapar das duas principais vias explicativas desenvolvidas pela literatura especializada: ou se imputa o insucesso à escolha do *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* como livro de estreia ou então aceita-se a pecha de escritor maldito sem a necessária reflexão sobre esta construção. A conclusão da pesquisa demonstrará que é possível outra via explicativa para o fenômeno que comporte tanto a estrutura social como as escolhas individuais numa relação dialética.

Palavras-Chave: Lima Barreto, Literatura, Rio de Janeiro, Belle Époque, Teoria dos Campos.

Abstract

MINERVINO, Leandro Saade. **Marginality as Positioning:** Lima Barreto Literary trajectory in the *Belle Époque* Carioca. 2015. 161f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.

The available analysis on Lima Barreto's work give little emphasis to the failure of his life project. Starting from this new point of view, I will cast a light on the author's ill-fated literary trajectory. To do so, firstly I will rebuild the internal and external flows that exerted influence over Lima's career. I will analyze three fundamental aspects of the literary activity: the macrosocial and historical structure of the carioca *Belle Époque*; the writer's life trajectory; and how the different thematic flows pervaded his writing. By doing so, it will be possible to avoid the two most common explanations discussed on the specialized literature: either blaming his unsuccessfulness on the author's choice of *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* as his first novel to be published, or accepting the image of the "cursed writer" without properly pondering over it. The research's conclusion will demonstrate that a different explanation is possible, one that comprehends both the social structure and the individual choices on a dialectic relation.

Keywords: Lima Barreto, Literature, Rio de Janeiro, Belle Époque, Field Theory.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo I - A sociedade de Lima Barreto	9
1.1 A condição do negro e do mulato	9
1.2 O pensamento raciológico	17
1.3 O Rio de Janeiro de Lima Barreto	30
1.3.1 As transformações da política	30
1.3.2 As transformações urbanas	38
Capítulo II - Lima Barreto, <i>Flâneur</i> da <i>Belle Époque</i> carioca	47
2.1.1 Bovarismo	47
2.1.2 Maximalismo, Anarquismo e Monarquia	51
2.1.3 Feminismo	54
2.1.4 Literatura	59
2.1.5 Raça e racismo.....	71
2.2 Trajetória de Lima Barreto	75
2.2.1 Início de carreira.....	77
2.2.2 Primavera de Sangue	87
Capítulo III - O mundo literário da Belle Époque carioca	102
3.1 Estrutura geral do mundo das letras	103
3.2 A Academia Brasileira de Letras como centro do mundo literário	120
Conclusão	132
Bibliografia.....	149

Introdução

A literatura do período convencionalmente chamado de pré-modernista, que vai do início do século XX até a Semana de Arte Moderna de 1922, foi marcada por diversos escritores que faziam jus ao termo apenas pela sua temporalidade. “De modo geral, os gêneros literários (lírica, ficção, crítica, etc.) no Pré-Modernismo indicam o prosseguimento e a estilização dos já cultivados pelos escritores realistas, naturalistas e parnasianos.” (BOSI, 1973, p. 12). Mas, se isso é verdade, também o é o fato de haver escritores renovadores, que buscaram romper os limites geracionais na sua literatura:

“Entretanto, ao elemento conservador importa acrescentar o renovador, aquele que justifica o segundo critério com que definimos o termo Pré-Modernismo [de precedência temática e formal em relação à literatura modernista]. Um Euclides, um Graça Aranha, um Monteiro Lobato, um Lima Barreto injetam algo de novo na literatura nacional, na medida em que se interessam pelo que já se convencionou chamar ‘realidade brasileira’.” (BOSI, 1973, p. 12).

Estes escritores conseguiram deixar seu nome para a posteridade apostando em um modo de se fazer literatura até então pouco explorado. Fugindo do lugar-comum que se tornara o cânone literário da Primeira República, os escritores renovadores abriram outras possibilidades formais e temáticas que nem sempre foram bem recebidas no seu meio. Ao não seguirem o caminho já trilhado por vários de seus colegas incorreram no risco sempre presente de não conseguirem a consagração literária em vida. Dentre estes, está aquele que será o objeto deste estudo, Lima Barreto (1881-1922).

A escolha desse autor dentre o conjunto de escritores da Primeira República não se dá por mero acaso. O corpus de suas obras, apesar de não ser extenso, revela uma produção constante e sempre coerente com um conceito de arte próprio: “Lima Barreto cunha sua concepção de arte que gira em torno do homem, da sociedade e dos destinos intimamente ligados” (AIEEX, 1990. *Apud* Fantinati, Carlos E., *O profeta e o escritor- estudo de Lima Barreto*. Assis, Ilpha-Hucitec. P.30).

Somando a isso uma trajetória de vida que pode ser chamada de marginal¹, há uma poderosa combinação de elementos que irão compor uma obra fértil à análise sociológica. Como veremos no desenvolver desse estudo, a produção e as reflexões de Lima Barreto permitem que o pesquisador acesse o mundo literário desse período de uma perspectiva diferente daquela acessível pelo *mainstream* literário.

Diversos estudiosos já se debruçaram sobre o autor. Parte da crítica posterior à sua morte se preocupou em apontar o tom personalístico que impunha na composição das obras (HOLANDA, 1997), outra procurou explicitar a ligação entre as ideias contidas nos seus romances e a sociedade da época (ALEX, 1990). Muito pouco foi dito sobre a inserção de Lima no campo literário de sua época e, quando o foi, tratou-se de leituras que resumiam seu fracasso literário (em vida) como um reflexo dos ataques que fazia às instituições e pessoas em seus livros².

Tais críticas diretas às figuras de elites, sejam indivíduos ou instituições, realmente devem ser levadas em consideração como um fator contribuinte para seu fracasso. O erro em que muitas dessas perspectivas incorrem é o de exagerar a importância desse fator, tratando-o como o único a determinar todo o destino do autor. Também deixam de lado a atuação do escritor em relação ao que o meio literário lhe apresentava.

Os posicionamentos de Lima em seus romances, suas críticas em relação aos outros escritores e movimentos da sociedade, suas sátiras, entre outras características, desvelam ao olhar do estudioso um rico movimento da sociedade carioca da *belle époque* que não é apreendido pela simples leitura de seus textos. Da sua posição social de escritor renegado pelos pares, Lima pôde enxergar as contradições entre discurso e realidade que ficavam subsumidas na ideologia dominante. Mas não é apenas do ponto de vista de uma marginalidade literária que Lima se apresenta. Suas condições e trajetória de vida se configuram, junto com a sua carreira literária, como algo singular até então na história intelectual brasileira. Como trataremos adiante, suas condições objetivas de vida levam-no aos limites da sociedade, limites múltiplos: espaciais, econômicos, raciais, etc. Esse trânsito entre

¹ Tratarei esse caráter marginal mais a fundo posteriormente.

² As análises de Francisco de Assis Barbosa e Sérgio Buarque de Holanda são exemplos disso.

as franjas do mundo social e o ápice da vida intelectual permite o desenvolvimento de uma visão arguta e crítica do seu entorno.

Se é possível afirmar que Lima ocupava esse lugar social, nos resta entender o porquê disso. Se a posição da qual escreve o romancista revela as rachaduras no tecido social, ao mesmo tempo encobre as lutas e criações que estão na gênese dessa posição específica no campo literário. Compreender a maneira pela qual Lima não apenas ocupa esse espaço de marginalidade, mas o cria ativamente a partir de seus posicionamentos em relação a outros atores e instituições, é revelador da dinâmica social em vigor naquela época. Ao assumir esse espaço marginal, Lima cria um duplo do qual uma das faces é a maneira singular que talhou nos seus romances e a outra é a sua trajetória dissidente.

Para que seja possível desenhar a estrutura do campo literário em questão, os posicionamentos de seus diversos atores, e, principalmente, em qual lugar simbólico Lima Barreto se encontrava, faz-se necessária uma análise que aborde os aspectos concernentes à sociedade mais geral, ao grupo literato e finalmente ao autor propriamente dito – sempre atentando para as relações que cada um desses itens mantêm entre si. Procurarei esclarecer durante o estudo que, nesse caso, não é possível afirmar que o campo literário da provinciana sociedade carioca do início do século XX se configurava como campo autônomo.

Utilizarei por todo o estudo as teorias desenvolvidas por Bourdieu nos seus estudos da arte. A teoria dos campos nos mostra que é possível pensar as diversas atividades humanas ao mesmo tempo em relação umas com as outras, mas também com regras intrínsecas. Pensando a arte dessa maneira, é possível entender como, apesar de estruturalmente estar subordinada ao campo do poder, seus integrantes respondem a regras próprias. As lutas desses indivíduos se dão então na busca de possuir maior capital específico, aquilo que se valoriza dentro do campo, de acordo com as regras de disputa próprias dessa estrutura. O terreno de luta dessa disputa pode ser entendido como uma combinação dos determinantes estruturais, das posições que os indivíduos ou grupos desfrutam dentro dela e da própria trajetória de vida deles – com as inter-relações entre esses elementos. Sem entrar em detalhes quanto a essa teoria, é necessário guardar que o contexto específico desse estudo comporta especificidades que precisam ser levadas em conta no uso da

teoria dos campos. Uma delas é quanto à autonomização do campo literário brasileiro.

Concordo com o que coloca Casanova (2002), ao defender que apenas com o advento do movimento Modernista, é possível a defesa da autonomia do campo literário³. Evitando entrar em detalhes sobre a discussão quanto à teoria desenvolvida pela autora, defende Casanova a idéia que as literaturas do mundo ocidental se constituíram dentro do contexto de um campo literário mundial, que teve como centro Paris. Nessa relação de dependência, que, guardadas as devidas proporções, é semelhante àquela presente dentro dos campos literários nacionais, uma nação se afirma como independente em relação ao centro quando afirma uma literatura nacional, em franca oposição ao *canon*.

“[Mário de Andrade] É o poeta fundador do espaço literário brasileiro, na medida em que é o primeiro, com o conjunto da geração modernista, que, reivindicando e criando uma ‘diferença’ nacional, faz ao mesmo tempo com que o espaço literário brasileiro entre no grande jogo internacional, no universo mundial da literatura.” (CASANOVA, 2002, p. 344).

Como não se trata no caso brasileiro de uma literatura que, como foi a francesa nos seus primórdios em relação ao latim, se opõe também a uma língua estrangeira dominante, numa luta que faz surgir a própria língua nacional⁴, a estratégia desenvolvida pelo literato é de afirmar tanto o caráter nacional de suas letras quanto de sua linguagem.

“(...) essa reivindicação de uma literatura nacional escrita em uma língua nacional coaduna-se com a vontade de quebrar tabus culturais, gramaticais, sexuais, léxicos, literários do moralismo colonial e das convenções sociais, em suma, com a recusa do respeito pela hierarquia dominante dos valores literários. A civilização tropical, ou o ‘tropicalismo’ reivindicado por Mário de Andrade, exige a afirmação de uma ‘barbárie’ que inverte a ordem cultural oficial.” (CASANOVA, 2002, p. 346).

³ Outros autores defendem marcos de autonomização diferentes de Casanova. Apesar disso, o Modernismo marca como o ponto mais distante no tempo em que se pode falar de autonomização do campo literário. Para uma discussão sobre a relação entre autonomização do campo e a condição do literato se manter pela própria literatura ver Randal Johnson, *A dinâmica do campo Literário Brasileiro (1930-1945)*. Revista USP. Junho/Agosto, 1995. São Paulo.

⁴ Movimento ao mesmo tempo político e cultural, próprio de uma fase em que não se pode afirmar ainda a separação entre os campos. A literatura serve como arma de luta política.

O aparecimento do Modernismo marca a ruptura tanto com o que era produzido anteriormente em território nacional, quanto com a subordinação a elementos estrangeiros. Esse duplo rompimento dá as condições para que a literatura brasileira seja reconhecida como tal internacionalmente, e não mais como um braço da literatura portuguesa. A autonomização defendida por Casanova leva em conta a relação de uma literatura com o centro parisiense e com as demais literaturas periféricas, deixando de lado a dinâmica interna do país. Isso faz com que haja certa miopia ao se tratar das relações efetivamente vividas pelos literatos, que vivem e disputam os capitais dentro do contexto nacional, e não internacional.

Não quero defender com isso que se considere o período anterior ao modernismo como um período menor da literatura brasileira. Antes, é nesse período em que se constróem os alicerces dessa futura autonomização. Estou aqui alinhado com o que Sérgio Micelli defende:

“Em vez de ser uma fase de estagnação da atividade literária, 'uma fase de repouso, de empobrecimento, de esterilidade em nossas letras', nos termos da concepção corrente hoje, nessa fase se desenvolveram as condições sociais favoráveis à profissionalização do trabalho intelectual, sobretudo em sua forma literária, e à constituição de um campo intelectual relativamente autônomo, em consequência das exigências postas pela diferenciação e sofisticação do trabalho de dominação.” (MICELI, 2001, p. 16).

Apesar dessa ressalva, o Modernismo é o primeiro período em que é possível conceber a possibilidade de autonomização literária no Brasil. Antes dele a subordinação da literatura em relação à política e à economia é maior. O senso comum tende a confundir autonomia com nacionalismo: a afirmação nacionalista de uma corrente literária tende a ser pensada como descolada do fundo social que lhe deu gênese, daí tendendo a ser vista como uma afirmação autóctone da *intelligentsia*. Ao proceder como se houvesse uma relação direta, sem analisar o terreno em que crescem esses movimentos literários, não é possível afirmar se realmente o nacionalismo apresentado é um nacionalismo literário, em que a literatura se afirma em oposição aos demais campos do país.

O nacionalismo já aparecera anteriormente em nossas letras, principalmente no Romantismo, mas surgiu como um nacionalismo a serviço da política e não a serviço da literatura. Esse nacionalismo visava a prover a nação de um arcabouço

simbólico que fornecesse as armas simbólicas para a luta pela independência política. Um uso como esse fazia da literatura instrumento de luta, deixando-a submissa aos interesses e ganhos do campo político. Se é possível argumentar que no Modernismo pôde haver o início da autonomização da literatura, resta aberta a relação entre esse grupo e os pré-Modernistas, principalmente na sua aproximação temática com seus sucessores. A proximidade de temáticas e a procura por novas formas de linguagem, assim como a proximidade temporal, nos levam a questionar por que escritores como Lima Barreto que, como veremos à frente, mantiveram uma literatura independente e inovadora para o seu período não conseguiram perpetrar esse salto de autonomia.

Partindo da premissa de que a literatura entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX mantinha uma íntima relação de dependência para com os campos políticos e econômicos, traçarei a primeira hipótese desse estudo: a conformidade com as regras do jogo literário era também a conformação com as regras do jogo dos campos dominantes, ressignificadas com verniz literário. Assim, um escritor que optou pela literatura de fundo social, preocupado com a questão da mudança social, de linguagem inovadora, entre outras características, dificilmente conseguiria lograr êxito em seu tempo. Isso nos leva à hipótese central do estudo: ao se posicionar em franco conflito com a ordem literária estabelecida em sua época, Lima Barreto se viu cercado por interditos à consagração de sua carreira. Pelo posicionamento que sua trajetória e suas obras têm em relação aos demais atores e obras, num lugar geométricamente oposto do campo, os ganhos simbólicos e materiais que poderiam advir do sucesso literário são bloqueados à Lima. Isso porque:

“A forma das relações que as diferentes categorias de produtores de bens simbólicos mantêm com os demais produtores, com as diferentes significações disponíveis em um dado estado do campo cultural e, ademais, com sua própria obra, depende diretamente da posição que ocupam no interior do sistema de produção e circulação de bens simbólicos e, ao mesmo tempo, da posição que ocupam na hierarquia propriamente cultural dos graus de consagração, tal posição implicando numa definição objetiva de sua prática e dos produtos dela derivados.” (BOURDIEU, 2007, p. 154).

Pretendo mostrar como a configuração do mundo literário brasileiro, e mais especificadamente carioca, entre a proclamação da República e a Semana de Arte Moderna de 1922, possuía regras de acesso à consagração que passavam por lógicas externas. Os mecanismos dessa interação serão analisados de maneira a elucidar como o capital de campos aparentemente independentes na verdade estão intimamente ligados, principalmente quanto aos determinantes que essa relação de dominação impõe à literatura. A partir desse desenho, procurarei compreender de que maneira a trajetória individual de Lima Barreto se encaixa nas lutas pelo capital simbólico. Isso elucidará as razões pelas quais um escritor tido pelas gerações posteriores como de valor literário não obteve o mesmo reconhecimento dos seus contemporâneos. O objetivo, portanto, será correlacionar a estrutura social do mundo literário carioca com uma trajetória singular de forma a elucidar que as estratégias individuais tomadas por Lima Barreto iam de encontro às regras estabelecidas, assim bloqueando suas possibilidades de sucesso.

A divisão do estudo se dará a partir da ênfase nas relações entre autor, obra e sociedade. Não pretendo separar os temas de maneira estanque. Penso ser mais profícuo a ênfase em um dos elementos, tomando-o como ponto focal, a partir do que será possível elucidar a sua relação com os demais. Ao proceder dessa maneira, não reservarei nenhum capítulo específico para a criação artística de Lima Barreto. Esta será imiscuída nas análises que tratam dos demais fluxos que compõe a vida artística desse autor. Tal estrutura reforçará a identificação da obra de arte como fator de ligação entre o autor e a sociedade, tanto como público leitor como quanto fonte de inspiração, sem que caiamos no lugar comum que trata a obra ora como o reflexo da sociedade ora como do autor.

O primeiro capítulo será voltado para a sociedade da Primeira República, com ênfase para as mudanças advindas da modernização da cidade do Rio de Janeiro e do fim da escravidão, assim como para alguns temas recorrentes na *intelligentsia* da capital da nação. Esse panorama geral é importante para situar o autor dentro do seu contexto e com isso entender como sua vida e obra se relacionavam com o seu entorno.

O segundo capítulo tratará da trajetória de vida de Lima. Por se tratar de um estudo focado na vida de um autor é necessário um aprofundamento sobre sua

biografia. Um estudo em profundidade como esse permitirá elucidar aqueles pontos que ficam na penumbra quando confrontamos a obra apenas em relação à sociedade em que é produzida. Além disso, tanto a produção autobiográfica quanto aquela produzida por outros lançam luz sobre as estratégias que o autor utilizou que apenas são indicadas em suas obras. Este ponto traz uma importante característica de Lima. Apesar de sua produção ser heterogênea no que tange ao gênero de produção literária - produziu romances, crônicas, contos, crítica, etc., ela guarda uma sincronia temática entre si e com o próprio autor:

"No caso especial de Lima Barreto, as consideradas desigualdades de nível são unificadas, por assim dizer, mediante certas características de ordem literária e humana que atravessam todos os seus livros ou, até, todas as suas páginas dando-lhe grande homogeneidade. Sua obra tão variada é um bloco coerente e em toda ela reconhecemos, inconfundível, nítida a personalidade do autor." (LINS, 1976, p. 17).

Com esses dois paralelos traçados, desenharei a estrutura do campo literário carioca desse período. Optei por deixar esse capítulo após os demais pois com o delineamento da sociedade e com os fatos que exporei sobre a vida de Lima, que obviamente também comporta a literatura, o entendimento do mundo literário será facilitado. O objetivo desse capítulo será apresentar a estrutura em que os homens de letra se moviam. A partir disso ficarão mais claras quais as regras que norteiam a ação dos indivíduos que disputam a consagração literária.

Com esses três capítulos em mente, será possível responder à hipótese. A partir da inter-relação entre o tripé autor-obra-sociedade reconstruirei as estratégias de Lima na maneira pela qual se apresentam em suas obras e a forma em que são recebidas no interior do grupo literário carioca do início do século, permitindo uma explicação sociológica para o malogro da autoimagem que construíra de si e os feitos da carreira.

Capítulo I - A sociedade de Lima Barreto

Para que seja possível compreender melhor todas as vicissitudes que cercam Lima Barreto e a sua posição é necessário primeiramente atentar para o meio em que viveu. Os adjetivos para qualificá-lo são muitos: negro, culto, literato, pobre, alcoólatra, etc. O peso que essas objetivações trazem constrói uma imagem que pode ser considerada, no mínimo, enviesada. Por mais que carreguem consigo uma dose de verdade, pois de outra maneira não sobreviveriam ao teste do tempo, não são suficientes para entender quem foi Lima Barreto e menos ainda para compreender o que significaram em seu determinado contexto sócio histórico.

O entendimento do contexto histórico em que se insere o literato é fundamental para que se clarifiquem os significados que a sociedade imputava a símbolos que, para os leitores de hoje, guardam outro entendimento - o exemplo do que significa ser negro em 1900 e do que significa ser negro hoje é o mais significativo. Da mesma forma, é necessário entender esse contexto para que possamos traçar as relações que a literatura mantinha com as outras experiências humanas.

1.1 A condição do negro e do mulato

A vida de Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) é intensamente interligada com a da cidade onde viveu toda a sua vida, o Rio de Janeiro. Durante o período em que viveu, ocorreu a Abolição, o advento da República, a Primeira Guerra Mundial, a ascensão da burguesia paulista, o “bota abaixo”⁵ da cidade do Rio de Janeiro, entre outros. Todos esses fatos históricos permeiam não apenas a vida do autor, mas também a sua obra. Cabe então uma breve análise do cenário macrossocial no qual viveu o autor.

Lima Barreto era apenas uma criança quando adveio a libertação dos escravos (1888). Deixando de lado por ora a impressão que tal evento causou no

⁵ Termo popular pelo qual ficou conhecido o conjunto de reformas na cidade do Rio de Janeiro no início do século sob o comando do prefeito Pereira Passos.

futuro escritor, essa mudança de status social de toda uma população deixaria profundas marcas na sociedade. Apesar da longa gestação dessa abolição⁶, a imensa massa de ex-escravos não teve tempo de se adaptar à sociedade agora fundada no trabalho livre. Os libertos tiveram de encarar o preconceito ainda reinante contra os negros, a competição com os imigrantes mais bem preparados para o trabalho assalariado, sua, nos termos de Florestan Fernandes, incompatibilidade psicossocial à nova ordenação e a desagregação dos laços sociais que mantinham anteriormente.

"Em suma, a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo." (FERNANDES, 1965, p. 5).

Não houve aos escravos qualquer tipo de reparação. Seus ex-senhores não tinham planos de utilizar a antiga mão de obra, tampouco o Estado, controlado pelos mesmos senhores de escravos, despendeu quaisquer recursos na readequação dessa população. Apesar dos antigos proprietários de escravos também não receberem indenização pelo "capital" perdido, houve a reparação indireta através do incentivo à imigração. O Estado estava disposto a utilizar seus recursos para que imigrantes europeus deixassem o Velho Mundo em direção ao Novo para trabalharem nas fazendas de café do Sudeste, principalmente São Paulo, as quais estavam em pleno crescimento. Dessa forma, foi sem o investimento direto de capitais que os fazendeiros tiveram acesso a uma mão de obra barata e eficiente.

Essa competição com o elemento branco imigrante é um dos principais fatores da falta de ajustamento do negro na nova sociedade. Florestan Fernandes (2011), analisando essas relações, mostra como diversos aspectos da conformação psicossocial do negro colocaram-no em desvantagem no mercado de trabalho brasileiro pós-Abolição em relação ao europeu. Atentando para os fatores de desajustamento do negro, o autor coloca os seguintes aspectos: o não adestramento

⁶ Além da extinção do tráfico negreiro, foram promulgadas diversas leis no Brasil que gradualmente minaram a instituição da escravidão até sua extinção. Dentre elas podemos citar a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei do Sexagenários (1885).

dessa população para os papéis socioeconômicos do trabalhador livre; mudança da mentalidade dos empregadores depois da imigração; despojamento de sua herança cultural e socialização para papéis confinados; alta mobilidade espacial dessa população; a falta de técnicas sociais para controlar os dilemas dessa fase anômica da vida social.

O primeiro aspecto se refere justamente à falta de treino técnico e de disciplina de trabalhador assalariado. Os negros avaliavam a sua liberdade como absoluta, faltando-lhes a disciplina adquirida pela inserção no mundo competitivo do mercado de trabalho, o que os levava a tomar quaisquer limites impostos pela relação de contrato de trabalho como uma afronta, como se o empregador tivesse o intuito de retorná-los à escravidão. Naturalmente essa configuração gerava conflitos entre os dois polos da relação trabalhista, o que favorecia o imigrante já ajustado à dinâmica do trabalho assalariado.

A rápida mudança de mentalidade dos empregadores foi fruto da abundância de mão de obra imigrante. Como antes o negro era a única opção de empregado de que dispunham, as deficiências técnicas que apresentavam eram relativamente ignoradas. Mas esse quadro foi rompido graças à uma mão de obra melhor qualificada e adaptada, não ignorando a existência de motivos supraeconômicos. Assim, o negro viu repentinamente sua posição passar de agente privilegiado do trabalho para última opção do senhor de terras. Isso fez com que fosse deslocado para uma posição periférica no mercado de trabalho, ocupando aqueles empregos mais indesejados e socialmente degradantes.

O terceiro fator de desajustamento está ligado à incapacidade do negro de lidar eficazmente com as técnicas sociais devido a sua condição prévia de escravo:

“(...) a escravidão despojou o negro de quase toda a sua herança cultural e socializou-o tão somente para papéis sociais confinados, nos quais se realizava o desenvolvimento da personalidade do escravo e do liberto. Como consequência a Abolição projetou-o na esfera dos ‘homens livres’ sem que ele dispusesse de recursos psicossociais e institucionais para se ajustar à nova posição na sociedade. Não conhecia nem podia pôr em prática nenhuma das formas sociais de vida organizada de que desfrutavam os brancos normalmente (...). Para usufruir os direitos do Homem Livre precisava despojar-se de sua segunda natureza, constituída enquanto e

como escravo e liberto, e absorver as técnicas sociais que faziam parte do 'mundo dos brancos'." (FERNANDES, 2011, p. 110-111).

A análise de Florestan Fernandes atenta principalmente para relação do negro com o mercado de trabalho. Apesar disso, é preciso matizá-la quando se trata de uma relação que abarque também outras esferas da vida humana, principalmente a cultural. Neste aspecto, optei por uma postura que considero mais profícua, a de Gilberto Freyre. Como este autor defende, é preciso levar em conta as diversas relações que marcaram o contato entre brancos, negros e mulatos para compreender que suas ligações formam uma complexa teia na qual os opostos se complementam, o que chama de equilíbrio de antagonismos. Tratando diretamente do período de esfacelamento do regime de trabalho servil, Freyre pondera sobre essas relações:

"Mesmo, porém, a essa fase de maior diferenciação social entre sobrados e mucambos, correspondente à maior desintegração do sistema patriarcal entre nós, não têm faltado elementos ou meios de intercomunicação entre os extremos sociais ou de cultura. De modo que os antagonismos que não foram nunca absolutos, não se tornaram absolutos depois daquela desintegração. E um dos elementos mais poderosos de intercomunicação, pelo seu dinamismo de raça e, principalmente, de cultura, tem sido, nessa fase difícil, o mulato." (FREYRE, 2003, p. 808).

Ou seja, o rompimento dos laços de sociabilidade que o negro mantinha dentro da senzala e a falta de preparo para uma sociabilidade livre não significam, entretanto, a perda completa dos padrões herdados do passado escravista. Suas dificuldades foram dirimidas tanto pelo convívio que manteve com os brancos e, principalmente, pelo elemento mulato que tanto serviu de ligação ao mundo dos brancos quanto de possibilidade de ascensão social para os descendentes de escravos. Tratarei adiante da importância desse elemento mulato, deixando aqui essa necessária ponderação quanto à análise de Florestan Fernandes.

O aspecto da mobilidade populacional foi um fenômeno das grandes capitais. Nelas, muitos daqueles menos ajustados ao novo padrão de vida optaram pela migração para o interior ou para o Nordeste. Somado a isso, houve um grande influxo de indivíduos que, trilhando o caminho oposto, se agruparam nas piores condições de moradia da cidade. Como os negros e mulatos "(...) não dispunham de

técnicas sociais que lhes facultassem o controle eficiente de seus dilemas e a superação rápida dessa fase de vida social anômica.” (FERNANDES, 2011, p. 112), tal mobilidade adquiriu um caráter desagregador da vida social. Sem o apoio das camadas sociais com maior disposição de recursos, não havia os meios para que adquirissem os instrumentos para superarem sua condição inicial.

O movimento abolicionista, que poderia suscitar alguma consciência coletiva nos escravos, foi feito pela e para a elite branca. Para essa elite, o que estava em jogo era o desenvolvimento das relações capitalistas do mercado mundial. Assim, a escravidão não passava de um entrave aos seus interesses, embora seu fim tenha sido revestido de humanitarismo ideológico. Nesse contexto, o negro apareceu como mero objeto: mesmo sendo o alvo dessa mudança política, não pôde exprimir suas necessidades e desejos. Sofreu, assim, a sua última espoliação. “Quanto ao negro, com a Abolição ele perdeu os liames humanitários que o prendiam aos brancos radicais e inconformistas e deixou de formar uma consciência social própria da situação.” (FERNANDES, 2011, p. 108).

Esse conjunto de fatores fez com que o negro fosse praticamente banido da história. Deixado à margem da sociedade após a Abolição, não foi possível a ele assumir um papel de relevância na nova estrutura social. Com a revolução burguesa, os agentes econômicos deixaram de ser baseados na dupla fazendeiro/escravo e incorporaram o novo agente do trabalho, imigrante, no lugar do escravo. Despojado da possibilidade de atuar como elemento produtivo o negro foi excluído do movimento de mudança econômico que se desenvolveria com a industrialização (processo que teve início no primeiro quartil do século XX, mas que só tomaria fôlego após 1930), assim sendo eliminado do papel de protagonista na sociedade burguesa. Além disso, a presença do imigrante também concorreu para a expulsão dos negros em direção àqueles serviços inferiores, socialmente renegados tanto na perspectiva remuneratória, que poderia aliviar sua condição marginal, quanto na simbólica. Tais fatores fizeram com que a sociedade se movimentasse à revelia do que acontecia com essa população. Sem que pudesse assumir um papel de protagonismo econômico e alijado de outras formas de representação social, o negro não teve espaço para escrever a história da nação, sendo deixado como um refugo histórico do passado escravocrata.

O negro e o mulato não deixaram de impor resistência ao processo de marginalização das suas condições materiais. Procuravam, é claro, o melhor caminho para sua ascensão, mas suas possibilidades eram muito remotas. Em um país essencialmente rural, com uma indústria incipiente e um setor de serviços pouco desenvolvido, as melhores oportunidades eram para aqueles poucos que algum nível de instrução formal. O acesso a essa instrução, que nos melhores casos significava o título de “doutor”, o bacharelado em alguma faculdade do exterior ou local, era obviamente limitada a uma parcela ínfima da população. Para os negros e mulatos essa ascensão era ainda mais limitada e dependia de alguma forma de suporte familiar, seja da família direta ou da estendida, que permitisse tanto seu estudo quanto algum custeio financeiro. De qualquer maneira, a possibilidade de se angariar uma posição social mais elevada com o título acadêmico era real.

“A valorização social começara a fazer-se em volta de outros elementos: em torno da Europa, mas uma Europa burguesa, de onde nos foram chegando novos estilos de vida, contrários aos rurais e mesmo aos patriarcais (...). E todos esses novos valores foram tornando-se as insígnias de mando de uma nova aristocracia: a dos sobrados. De uma nova nobreza: a dos doutores e bacharéis talvez mais que a dos negociantes ou industriais. De uma nova casta: a de senhores de escravos e mesmo de terras, excessivamente sofisticados para tolerarem a vida rural na sua pureza rude.” (FREYRE, 2003, p. 712).

Essa transição social abria novas possibilidades de inserção para aqueles que não seguiam o padrão clássico dos senhores rurais, e o título universitário era o caminho natural para essa nova independência. Uma grande parcela desses novos bacharéis era mulata. Estes podiam por vezes contar com a dupla vantagem, em relação ao negro, de poderem ser classificados socialmente como brancos, ou pelo menos como mais brancos que os negros “puros”, e de disporem da rede de apoio advinda da parcela branca de sua família. Esses mulatos viviam em um terreno movediço, já que deviam abraçar os modos de vida dos brancos, mas não podiam esquecer sua origem sob o risco de serem lembrados de sua condição de negros. Para a grande massa de negros e mulatos sem condições econômicas, restava a luta pelas oportunidades de trabalho mais árduas e pior remuneradas.

A luta contra condições materiais e sociais esmagadoras foi tratada por Lima Barreto no *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. Neste romance, o autor trata de um mulato que apresenta inteligência superior à média - pelo menos de acordo com o próprio narrador. Recém-formado e vivendo no interior do estado do Rio de Janeiro, o personagem vai à capital, onde poderia utilizar-se de toda a sua inteligência para tornar-se alguém digno de nota. Lima pinta seu personagem de maneira que faz com que ele pareça desconhecer a realidade que o cerca.

“A minha situação no Rio estava garantida. Obteria um emprego. Um dia pelos outros iria às aulas, e todo fim de ano, durante seis, faria os exames, ao fim dos quais seria doutor!

Ah! Seria doutor! Resgataria o pecado original do meu nascimento humilde, amaciaria o suplício premente, cruciante e onímodo de minha cor...”
(BARRETO, 2011, p. 75).

Essa inocência quanto à facilidade de se conseguir um posto social elevado é pensada pelo autor como contraposição ao que o destino reservaria a Isaías. Ao não saber como funcionam as regras da sociedade da cidade do Rio, imaginando que vivia em uma sociedade plenamente meritocrática, ele logo se desilude com seu destino e se vê jogado em uma posição subalterna dentro de uma redação de jornal dominada pela mediocridade. Apesar desse início de carreira desalentador, Isaías consegue por um golpe de sorte angariar postos mais elevados ao cair nas graças do seu chefe. Mesmo assim, não consegue satisfazer seu espírito dentro de um emprego financeiramente vantajoso, mas desprovido de grandeza intelectual:

“Desesperava-me o mau emprego dos meus dias, a minha passividade, o abandono dos grandes ideais que alimentara. Não; não tinha sabido arrancar da minha natureza o grande homem que desejara ser; abatera-me diante da sociedade; não soubera revelar-me com força, com vontade e grandeza... Sentia bem a desproporção entre o meu destino e os meus primeiros desejos; mas ia.” (BARRETO, 2011, p. 296).

O destino dado ao personagem é de alguma maneira incoerente com o espírito do livro. Toda a primeira parte⁷ do romance tem o claro intuito de demonstrar ao leitor que por mais que Isaías se mostrasse digno, não haveria salvação possível

⁷ Mostrarei mais à frente o porquê esse livro pode ser analisado como compondo-se de duas partes relativamente independentes.

dentro do contexto social em que se inseria. Ao desenvolver um destino relativamente bem-sucedido para a sua personagem principal e tentar manter a coerência com a estrutura geral da primeira parte, Lima deixa de lado a relação entre Isaías e os interditos sociais e passa a colocá-lo num drama em relação aos altos ideais que este havia desejado para si. Essa saída enfraquece o livro como um todo, mas não faz com que se perca completamente o seu sentido.

Conforme o que estou defendendo, Lima pretendeu com o *Isaías* mostrar as dificuldades que um mulato tinha de conseguir um bom emprego. A escolha buscada pelo personagem, o diploma universitário, não era aleatória. Como bem demonstrado por Freyre, o bacharel e o mulato tornaram-se, no final da Monarquia e início da República, forças de acomodação entre os extremos sociais representados pelos latifúndios e pela escravidão. A instrução permitia que os poucos mulatos com recursos conseguissem um lugar social que de outra forma seriam exclusivas dos filhos brancos de senhores de terra. Mas apenas a instrução não era condição suficiente para o acesso a essa elite.

Como ilustrado no livro, a porta de entrada para as faculdades dependia também de contatos, ou de capital. Mesmo com alguma instrução básica, o título de “doutor” era apenas factível àqueles que tivessem os meios de se manterem estudando em plena idade adulta. Para Isaías essa possibilidade desmorona quando não consegue obter o apadrinhamento que seus parentes haviam lhe indicado. Isso acaba por levá-lo ao emprego no jornal que não lhe permitia outra coisa além da mera subsistência.

No contexto macrossocial, a Abolição representou uma catástrofe de curto prazo na qual as poucas certezas que dispunham os escravos foram destruídas sem que houvesse novas garantias que dessem alento a tal condição. Essa população foi limada não apenas das oportunidades de emprego que a sociedade criava, mas também das condições de formar-se como um grupo social com plenos direitos. Essa anomia completa limava as poucas esperanças de futuro que tinham e alimentava um comportamento autodestrutivo, causando um círculo vicioso que reforçava a visão estereotipada e racista das elites. Portanto, a desagregação do regime servil relegou o negro a todas as formas de segregação social, espacial,

econômica, simbólica, de serviços públicos, etc. São nessas condições que Lima Barreto encontrará seus “irmãos de cor”⁸ - e na qual também se inserira.

Sem poder dispor de possibilidades de ascensão no mercado de trabalho, os negros e mulatos foram deixados de lado no processo civilizatório carioca. Renegados a uma existência periférica, sobreviverão dentro de um esquema no qual a própria condição econômica em que se encontram reforçará os estereótipos negativos, os quais por sua vez serão utilizados pela elite como ferramenta de exclusão social.

1.2 O pensamento raciológico

Com o fim da escravidão a nação se viu diante de um dilema ideológico de como incorporar a população afrodescendente na estrutura de uma sociedade de classes. Uma difícil equação que vinha se desenvolvendo durante todo o período escravagista precisava ser resolvida: como explicar as diferenças entre os grupos “raciais” e ao mesmo tempo garantir o futuro da nação? Na ordem escravagista essa resposta era óbvia já que, dada a inferioridade do elemento negro em relação ao branco, o último poderia escravizar o primeiro - por vezes a defesa era de que o trabalho compulsório era benéfico a essa população. Sem o suporte legal que naturalizava essas diferenças, havia a necessidade de a elite buscar novos alicerces para a sustentação das diferenças sociais que persistiram mesmo após a Abolição da escravatura e à Proclamação da República.

As raízes do pensamento raciológico brasileiro precisam ser buscadas antes da Abolição, na relação entre liberalismo⁹ e escravidão. No contexto do Brasil

⁸ Apesar de nunca utilizar essa expressão, há uma clara identificação entre o escritor e sua origem negra. Essa identificação ao mesmo tempo será fonte de um carisma pelo infortúnio dessa gente e de afastamento pelas diferenças culturais que mantinha com eles.

⁹ O termo liberalismo é de difícil definição, como salienta Nicola Matteucci em artigo sobre Liberalismo do Dicionário de Política. Mas vale salientar que “... pode-se afirmar que a concepção liberal é essencialmente competitiva, visto estar orientada a colocar os indivíduos na sua condição máxima de auto-realização, de onde adviria um bem para toda a sociedade. Acredita na competição e no conflito, visto somente estes poderem selecionar aristocracias naturais e espontâneas, elites abertas, capazes

independente, a ideologia liberal, diretamente advinda da Europa, também era hegemônica. Mas, diferentemente desse continente, o liberalismo econômico e político adquiria aqui uma feição diferente. Sem perdermos a igualdade formal entre os seres humanos, princípio norteador da ideologia liberal, estávamos cercados por um sistema de castas dividido formalmente em livres e escravos, mas que na verdade se apresentava como três: senhores, escravos e homens livres que não possuíam propriedades. Como poderia então conviver esse descompasso entre vida ideológica e substrato real? Roberto Schwarz nos dá essa pista:

“Sendo embora a relação produtiva fundamental, a *escravidão não era o nexo efetivo da vida ideológica*. A chave desta era diversa. Para descrevê-la é preciso retomar o país como um todo. Esquematizando, pode-se dizer que a colonização produziu, com base no monopólio da terra, três classes de população: o latifundiário, o escravo e o ‘homem livre’, na verdade dependente. Entre os primeiros dois a relação é clara, é a multidão dos terceiros que nos interessa. Nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e seus bens depende materialmente do favor, indireto ou direto, de um grande.” (SCHWARZ, 2007, p. 15-16) [grifo meu].

Portanto, temos de dividir a vida ideológica do Brasil escravagista em duas, entre os senhores e seus escravos e entre proprietários e libertos. No caso da relação com esse estrato médio livre, o fator de ligação se dá por intermédio do favor. Ele permite que, mesmo sem serem proprietários de terra, se diferenciem dos escravos: “(...) o favor assegurava às duas partes, em especial à mais fraca, de que nenhuma era escrava.” (SCHWARZ, 2007, p. 20). Para esse setor a vantagem era dupla, além de terem sua condição de libertos assegurada, também podiam gozar de certa qualidade de vida garantida pelos seus protetores, desde que respeitadas as regras do favor, e que fosse mantida a execução dos trabalhos manuais à população escrava.

A contradição desse tipo de relação com os princípios liberais é aparentemente clara. Mas o liberalismo nesse contexto não funcionou como uma ideologia que punha à prova a realidade. Antes foi usado como ferramenta para a racionalização do favor que mediava as relações entre os livres. Essa lógica fazia

de impedir a mediocridade do conformismo de massa, administrado por uma rotina burocrática.” Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino. Dicionário de política. Brasília : UNB, 2002. Pp. 701.

com que ambas as partes se engrandescessem, afinal estavam obedecendo a princípios racionais superiores, não havendo motivo, portanto, para desmentirem-na. À elite essa relação fornecia ainda outros benefícios: mantendo o acesso às oportunidades sociais, pedia àqueles que quisessem desfrutá-las a obediência. Esse controle indireto permitia à elite manter sobre seu domínio importantes mecanismos de controle social, como a imprensa e a literatura, fato que limitava ainda mais o poder de ação daqueles que tentassem manifestar opiniões dissidentes.

A relação entre os dois polos da estrutura econômica guarda algumas nuances no seu suporte ideológico. A princípio, a herança direta da ordem escravocrata importada das potências europeias gerou uma acomodação natural à ideia de que se tratava de seres inferiores e que portanto não havia mal na escravidão. Essa ideologia sofre com as mudanças nacionais e internacionais paulatinamente mudando suas bases. O fim do tráfico imposto pela Inglaterra impõe que a manutenção da escravidão após 1850 seja sustentada por argumentos econômicos, a sustentação da lavoura. Ainda nesse período era possível aos senhores e aos homens livres ligados a eles manterem a sustentação do regime de trabalho com argumentos muito semelhantes aos herdados de Portugal.

Esse cenário só começa a se alterar com a gradual derrocada da escravidão. A pressão internacional para seu fim, em conjunto com fatos internos como a Guerra do Paraguai e a percepção de que se poderia substituir a mão de obra escrava pela imigrante com relativo ganho de produtividade, entre outros fatores, fizeram com que por fim fosse declarada a Abolição em 1888. Esse processo foi conduzido por uma parcela da elite que se via alijada da dominação política (ALONSO, 2002), a chamada geração de 1870. Essa geração perfazia aquela fração da elite que, apesar de educada, não tinham acesso à dominação política devido ao longo domínio do partido conservador. Para escapar desse isolamento político, utilizavam como armas textos e discursos voltados à contestação de pontos-chave na estrutura social do Império. Ainda que não seja possível afirmar que foram verdadeiramente revolucionários, podemos afirmar que mantinham um caráter reformista. Dentre essas reformas, a luta pelo abolicionismo foi a que mais chamou atenção na época. Num claro desafio à base do poder das antigas oligarquias e utilizando-se de um

arcabouço científico adaptado ao contexto fizeram uma ampla campanha pela libertação dos escravos.

Apesar de diferenças entre os grupos contestadores do status quo, todos eles defendiam o fim do regime de trabalho servil. Não concordavam na forma de sua extinção, se gradual ou imediata, e no que se transformaria o país com a liberdade do elemento negro. Apesar disso, tinham como cerne a visão do elemento negro como inferior, baseada no cientificismo europeu: “A aceitação de uma hierarquia racial é ponto comum entre a tradição imperial e a política científica. A diferença crucial é que essa desigualdade não se apresenta mais, para a geração de 1870, como justificativa para a hierarquia política e para a marginalização social.” (ALONSO, 2002, p. 195). Mesmo essa hierarquização racial guardava interpretações possíveis; aceito o cânone da diferença, restava ainda como interpretá-la e, mais importante, como construir o futuro ideológico de uma nação mestiça. Passo fundamental para isso foi a interpretação dada à relação entre brancos, negros e mulatos:

“Embora preocupados com o ‘fator étnico’, os abolicionistas acreditavam, como a maioria dos demais brasileiros, que não existia preconceito racial em sua sociedade. Os debates a respeito dos projetos de lei abolicionistas deixam claro o quanto era comum essa convicção em todas as facções políticas” (SKIDMORE, 2012, p. 61).

A percepção do país como uma “democracia racial” é parte importante do esquema interpretativo que se desenvolveu. Dentre a massa já citada de homens livres, uma parcela considerável era de mulatos e escravos libertos. Esses indivíduos descendentes de escravos ou libertos sempre participaram de uma estrutura que permitiu um acesso limitado à parte superior da pirâmide social. O desenvolvimento histórico das relações entre escravos e senhores permitiu que houvesse certa fluidez no contato entre as “raças” (FREYRE, 2004). Apesar da ordem escravocrata determinar uma rigidez nas relações de trabalho, não era impossível a um indivíduo mulato ou negro livre ascender dentro de certos limites. Somando-se a isso a relativa intimidade nas relações pessoais entre negros e brancos (FREYRE, 2003), criou-se um cenário em que era possível se imaginar uma sociedade em que as relações não eram de todo conflituosas. Esse cenário foi desenhado dessa maneira principalmente quando os intelectuais comparavam a

realidade brasileira com a norte-americana, esta sendo o exemplo máximo de luta e preconceito.

Foi possível à intelectualidade brasileira conceber uma ideia relativamente mais amena para a escravidão brasileira em relação às do restante do mundo. Se hoje é difícil estabelecer esse tipo de gradiente, a solução conseguida pelos abolicionistas parecia na época confirmar o cenário que haviam desenhado. Sem que houvesse grandes convulsões, a escravidão foi definhando aos poucos; com o ato final dado pelo governo pareceu que ela foi uma benesse dos brancos. Como também havia diversos exemplos de negros que obtiveram relativo sucesso, o exemplo do abolicionista mulato André Rebouças é dos mais conhecidos, foi possível construir uma ideia, de que era possível àqueles que, mesmo advindo de uma condição biológica inferior, se destacassem por méritos próprios e fossem avaliados no polo mais branco do espectro racial de cores.

A figura fundamental para que todo esse esquema funcionasse era o mulato. Este tornava possível a criação de uma barreira fluida em que a maior ou menor vinculação a determinado grupo social fosse um misto de avaliações sociais e de traços físicos¹⁰. Sendo um tipo intermediário entre o polo negativo (negro) e o positivo (branco), ao mesmo tempo que permitindo interpretações diversas quanto à proporcionalidade “racial”, ele aceitava uma acomodação de conflitos, como bem apresentado por Gilberto Freyre. Essa fluidez inclusive possibilitava a acomodação de um viés claramente racista:

“O fato é que os libertos de cor desempenharam um papel importante muito antes da extinção total da escravatura no Brasil. (...). Essas oportunidades econômicas e sociais por eles desfrutadas atestam que o padrão multirracial de categorização social estava firmado antes da abolição.

(...) é essencial ter presente que a sociedade multirracial repousava em pressupostos implicitamente racistas. O “caucasiano” era tido como o topo natural e inevitável da pirâmide social. O europeu branco representava, idealmente, a ‘imagem normativa somática frase cunhada por H. Hoetink para designar os caracteres físicos socialmente mais valorizados. De modo geral, os brasileiros viam o mais branco como melhor, o que levou,

¹⁰ A regra norte-americana do *one drop*, bastando alguma relação de parentesco com um negro, só foi aplicada no Brasil muito raramente. Apenas naqueles casos em que era necessário rebaixar outrem se recorreu à ancestralidade como forma de racismo.

naturalmente, a um ideal de branqueamento, visível tanto nos textos mais elitistas quanto no folclore.” (SKIDMORE, 2012, p. 86-87).

O pensamento raciológico é parte fundamental do arcabouço ideológico da nação. À primeira vista esse tipo de ideologia guarda um claro intuito de manutenção do domínio de uma elite. Uma análise mais detalhada, no entanto, revela que, além do domínio da elite estar assegurado por diversos outros meios, a raça se torna uma pedra fundamental na reconstrução do imaginário da nação que acabara de mudar seu regime político e de trabalho. Ainda que as elites não tenham tido um papel totalmente ciente na construção dessa nova estrutura, elas buscavam em sua atuação um modelo que comportasse a manutenção de suas condições vantajosas, e dado o contexto em que se encontravam a solução se mostrou adequada. Os primeiros pensadores da realidade brasileira do início do século XX demonstram claramente que o ato de construir simbolicamente a nação estava intimamente ligado à questão da conformação racial:

“A questão racial tal como foi colocada pelos precursores das Ciências Sociais no Brasil adquire na verdade um contorno claramente racista, mas aponta, para além desta constatação, um elemento que me parece significativo e constante na história da cultura brasileira: a problemática da identidade nacional.” (ORTIZ, 2012, p. 13).

No anseio de buscar uma identidade nacional que abarcasse os diversos elementos que fundamentavam a sociedade brasileira, os intelectuais nacionais se debruçaram sobre o que era produzido do outro lado do Atlântico, mas sem que isso significasse uma cópia pura e simples. O foco passa então a ser o mestiço como saída

“O mestiço é, para os pensadores do século XIX, mais do que uma realidade concreta, ele representa uma categoria através da qual se exprime uma necessidade social – a elaboração de uma identidade nacional. A mestiçagem, moral e étnica, possibilita a ‘aclimação’ da civilização europeia nos trópicos.” (ORTIZ, 2012, p. 20-21).

Claro que esse projeto de nação também significa que os elementos negro e mestiço seriam retirados da história. Na melhor das expectativas caberiam a estes elementos o desaparecimento pela incorporação gradual de sangue branco, e na pior o puro e simples desaparecimento pela degenerescência. De qualquer maneira, o projeto nacional, calcado na ciência, reservava pouca perspectiva aos descendentes de escravos.

A busca de uma identidade nacional é que alimentará o anseio dos intelectuais brasileiros pela explicação das diferenças¹¹ e das possibilidades do país. Novamente é necessário retroceder para entender a configuração desse pensamento. Para que todo esse complexo de escravidão, raça, desenvolvimento e liberalismo pudessem ser combinados de maneira homogênea era necessária uma teoria original. Os intelectuais brasileiros foram buscar nas teorias evolucionistas e darwinistas sociais em voga na Europa no início do século XIX explicação para tal questão. Essas teorias surgem em um contexto europeu de rápida expansão colonial no qual se fazia necessário justificar a dominação de povos estrangeiros pela sua inferioridade natural (SCHWARCZ, 2011). São teorias baseadas na premissa de que existe uma diferença intrínseca entre as “raças” humanas¹²; diferença de grau, de qualidade.

Duas correntes principais estão na gênese histórica dessas teorias: o monogenismo (dominante até meados do século XIX) e o poligenismo (surgido após a metade do século XIX) (SCHWARCZ, 2011). Os defensores da primeira corrente acreditavam na origem única da humanidade, que se diferenciou posteriormente; já os defensores do poligenismo acreditavam que os diferentes grupos humanos haviam surgido de diferentes ancestrais. A questão central do debate entre essas duas correntes se dava quanto à diferença entre os grupos humanos; se apenas uma diferença de grau, hipótese monogenista, ou se seriam diferenças intrínsecas, ponto de vista do poligenismo. Com o advento da Teoria da Evolução das Espécies a controvérsia entre essas duas correntes arrefece; a nova teoria permite que os monogenistas defendam o ancestral comum e que os poligenistas defendam o

¹¹ Diferenças entre o Brasil e as nações europeias centrais, principalmente França e Inglaterra.

¹² Apesar de não haver realmente raças humanas, no sentido biológico contemporâneo, essas teorias se apoiaram principalmente no uso de fenótipos como fonte de diferenciação entre os grupos humanos.

isolamento e especialização dos grupos humanos - ou seja, ambas correntes podiam utilizar-se do darwinismo como fonte explicativa, não mais diferenciando o seu núcleo teórico.

Para os monogenistas, a evolução dos primatas primitivos até o ser humano moderno estava então claramente demonstrada pelas semelhanças entre a fisionomia dos primatas modernos e do ser humano, tendo os espécimes intermediários se extinguido. Já os poligenistas, que não podiam mais contestar a origem em um ancestral comum, passam a defender que os grupos humanos já se encontravam há muito tempo isolados, o que permitiu sua diferenciação em espécimes diferentes. Apesar dessas diferenças, ambas as teorias passaram a explicar não apenas as diferenças físicas entre os grupos humanos mas também a utilizar a potência explicativa de suas posições científicas com o intuito de entender e classificar as diferenças culturais entre os grupos humanos (SCHWARCZ, 2011).

“Segundo os evolucionistas sociais [monogenistas], os homens seriam ‘desiguais’ entre si, ou melhor, hierarquicamente desiguais, em seu desenvolvimento global. Já para os darwinistas sociais [poligenistas], a humanidade estaria dividida em espécies para sempre marcadas pela ‘diferença’, e em raças cujo potencial seria ontologicamente diverso.” (SCHWARCZ, 2011, p. 62).

Como é óbvio, a importação direta dessas teorias para o contexto brasileiro representava um problema. Como demonstrei anteriormente, o país era formado por uma massa de mestiços de relativa importância numérica, além de uma enorme massa de negros. Era necessária uma mediação que permitisse manter aquilo que servia ao contexto, descartando o resto, exatamente como se deu com o liberalismo. Dessa forma, foram deixados de lado aspectos das teorias originais, como o caráter necessariamente negativo da miscigenação, e mantido o sentido original de diferenças entre as “raças”.

Essa releitura das teorias raciológicas permitiu soluções que seriam consideradas absurdas no seu berço europeu. A que mais efeito causou no círculo intelectual brasileiro foi a perfectibilidade, aqui entendida como branqueamento. Combinando o darwinismo social, mas rejeitando a noção da mestiçagem como intrinsecamente ruim, foi possível à nossa intelectualidade pensar na imigração

branca como solução para o desenvolvimento da nação. Bastava, portanto, inserir cada vez mais sangue branco para que aos poucos o Brasil se tornasse uma espécie de Europa nos trópicos. Num sincretismo próprio, os intelectuais brasileiros combinaram partes contraditórias das teorias raciológicas de maneira a formar uma teoria nova que explicasse a “natural” dominação branca e o caminho da miscigenação na direção de uma sociedade mais branca.

Claro que houve quem mantiveram uma visão negativa da mistura de raças brasileiras; ocorre que tais teóricos nunca chegaram a compor uma posição que ameaçasse os demais, afinal admitir isso seria decretar a impossibilidade da nação. Outra posição também presente seria mais intermediária. Para alguns pensadores a existência do mestiço era positiva, pois possibilitava ao branco europeu a aclimação aos trópicos, tidos como inóspitos. Este ponto de vista poderia se desdobrar tanto na defesa de que o brasileiro estava se conformando em uma raça própria quanto na de que após esse primeiro período deveria advir mais sangue branco para melhorar a espécie. Mesmo essa concepção do mestiço não deixa de ser uma variação do racismo científico à brasileira, já que incorporava partes antagônicas de diversas teorias¹³.

Tal releitura também permitiu conclusões na área médica que combinavam ideias incompatíveis entre si. Enquanto para os integrantes das faculdades de direito a solução estava na legislação, que limitaria a entrada e a reprodução dos indesejados, para as escolas de medicina essa atuação se fazia de maneira mais direta. Nelas, a eugenia ganhou grande força, cabendo aos cientistas selecionarem aqueles indivíduos naturalmente inferiores que deveriam ser impedidos de se reproduzir – tornando a raça como um todo mais pura. No geral, esses médicos intelectuais procuram uma atuação direta na população. Assim, defendem amplas campanhas higiênicas, como a vacinação obrigatória, o saneamento de amplas

¹³ Como coloca (SCHWARCZ, 2011), essas teorias foram desenvolvidas em diversas instituições, cada uma com uma história própria mas que guardavam entre si o “pensar o nacional”. São instituições como as faculdades de direito de São Paulo e do Recife, as de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, os institutos históricos e geográficos e os museus. Se não cabe aqui desenvolver em pormenores todas essas variações vale o destaque de que “Raça é um dado científico e comparativo para os museus; transforma-se em fala oficial nos institutos históricos de finais do século; é um conceito que define a particularidade da nação para os homens de lei; um índice tenebroso na visão dos médicos. O que se percebe é como em determinados contextos reelaboram-se símbolos disponíveis dando-lhes um uso original. Se a diferença já existia, é nesse momento que é adjetivada.” (SCHWARCZ, 2011, p. 242).

áreas das cidades bem como a internação e a castração de populações inteiras. Ou seja:

“Falar da adoção de teorias raciais no Brasil implica pensar sobre um modelo que incorporou o que serviu e esqueceu o que não se ajustava. No Brasil, evolucionismo combina com darwinismo social, como se fosse possível falar em ‘evolução humana’, porém diferenciando as raças; negar a civilização dos negros e mestiços, sem citar os efeitos da miscigenação já avançada. Expulsar ‘a parte gangrenada’ e garantir que o futuro da nação era ‘branco e ocidental’.” (SCHWARCZ, 2011, p. 242).

Aqueles responsáveis pela criação ideológica eram intelectuais, uma fração da elite, que dependiam de sua produção para se posicionarem politicamente (ALONSO, 2002). Essa relação direta fez com que seus escritos, mesmo os romances, fossem caudatários de uma visão racista. Além disso, a relação de subordinação que os literatos viviam em relação à Europa (tema discutido no terceiro capítulo), fazia com que também seus modelos seguissem os preceitos realistas e naturalistas que viam a ciência europeia como guia:

“Também os romances naturalistas da época faziam larga utilização e divulgação dos modelos científicos deterministas. Essa é a época em que ‘a ciência serve de rótulo ao literato’ (Paes, 1986:9) o qual toma mais e mais a exterioridade do pensamento científico a fim de garantir uma suposta ‘objetividade literária’. Com efeito, a moda científicista entra no país por meio da literatura e não da ciência mais diretamente. As personagens serão condicionadas pelas máximas deterministas, os enredos terão seu conteúdo determinado pelos princípios de Darwin e Spencer, ou pelas conclusões pessimistas das teorias científicas raciais da época: Lenita, heroína de *A carne*, será descrita como ‘um Herbert Spencer de saias’ (Ribeiro, 1888:67); o naturalista Hartt é citado em *o Ateneu* (Pompéia, 1888-1976), e a obra *A esfinge* termina com um discurso que nada acrescenta ao romance central, já que é, antes, um tratado sobre a ‘concorrência e a luta pela correção de uma imperfeição natural’ da nação (Peixoto, 1911:473). Com efeito, modelos e teorias ganhavam larga divulgação por meio dos heróis e enredos dessa literatura, que pareciam guardar mais respeito às máximas científicas evolutivas do que à imaginação do autor.” (SCHWARCZ, 2011, p. 32).

Esse cenário influenciou claramente Lima Barreto. Primeiramente o racismo, direto ou científico, sempre sensibilizou o autor. Uma leitura cuidadosa do seu *Diário Íntimo*¹⁴ revela diversos trechos em que discute a maneira pela qual os negros são vistos. A semelhança que esse material guarda com outros é muito grande para ser ignorada, além de haver uma homologia com o *Diário do Hospício*, que seria transformado em livro – é possível ver que os trechos de crítica se assemelham aos artigos de *Impressões de Leitura* e até mesmo trechos do *Clara dos Anjos* já apareciam nele. De qualquer forma, um dos artigos, escrito em 1905, é revelador da grande influência da ciência na sociedade e na literatura:

“Vai se estendendo, pelo mundo, a noção de que há umas certas raças superiores e outras inferiores, e que essa inferioridade, longe de ser transitória, é eterna e intrínseca à própria estrutura da raça.

Diz-se ainda mais: que os mestiços entre raças são um vício social, uma praga e não sei que coisa feia mais.

Tudo isto se diz em nome da ciência e a coberto da autoridade de sábios alemães.” (BARRETO, 1956, p. 109).

Nesse escrito Lima deixa clara toda a sua revolta com a utilização da ciência para rebaixar o elemento negro – veremos mais à frente que a própria ciência não era bem vista pelo autor. Mas na sua produção ficcional não o tema não é menos presente. Novamente o *Isaías* é aquele que trata dessa temática mais claramente. Sempre se utilizando da sua veia sarcástica Lima coloca um dos personagens, um médico, na redação do jornal onde trabalhava Isaías para emitir sua opinião sobre um crime, o assassinato e decapitação de um casal, que então chamava a atenção da cidade:

“Penso que o exame médico – legal não se deve limitar a uma simples autópsia... Convinha que se o fizesse mais amplo... A exemplo do que se procede na Índia, onde a confusão de raças é imensa e, portanto, a raça é um bom dado para identificar, seria bom que se fizessem mensurações antropológicas...

¹⁴ O *Diário Íntimo* (BARRETO, 1956) foi escrito entre 1903 e 1921 e contém anotações diversas do próprio autor. Há certa controvérsia quanto à sua confecção como material para publicação ou se na verdade se trata de escritos pessoais dispersos reunidos pelo seu biógrafo. O *Diário do Hospício* é também um escrito autobiográfico que guarda as impressões do autor no período de sua segunda internação no hospício (1919) - algo que tratarei à frente.

– Sem a cabeça, é possível doutor? Perguntou Losque.

– Perfeitamente.

E o grande prêmio da Bahia, alternativamente Maeterlink, Charcot e Legrand du Saule, tomou uns ares doutorais como convinha, e continuou:

– O professor Broca indicava trinta e quatro mensurações de primeira ordem; Topinard era de opinião que havia dezoito necessárias e quinze facultativas; mas Quetelet, na sua *Anthropométrie*, exige quarenta e duas.

A redação estava embasbacada. Todos deixaram de escrever para ouvir o sábio moço.

O jovem medalhado passeou um instante pela sala o seu imenso olhar de apetites e ambições. E emendou:

– Dessas, muitas são tomadas nos membros e no tronco: o talhe, a bacia, o fêmur, etc., etc. Demais, ainda se tem outros dados auxiliares: a seção dos cabelos, o exame microscópico do pigmento... Um operador hábil pode com tais meios indicar perfeitamente a raça e a sub-raça” (BARRETO, 2011, p. 237).

Na continuação dessa cena, o doutor é indicado para fazer os exames da autópsia. Em pouco tempo consegue obter os resultados científicos de que se tratava de um mulato. Após essa revelação pelos jornais, um dos policiais resolve confrontar as digitais do cadáver com as fichas disponíveis, descobrindo se tratar de um cidadão italiano. Apesar de demonstrar com ironia o quão falha era essa ciência, Lima mostra que os resultados não influenciam diretamente o destino: o doutor é eleito para o serviço médico-legista do Rio.

Sua verve revoltosa e irônica não aparece somente nos seus romances. Seus contos são uma importante fonte de análise sobre as temáticas de seu interesse. E novamente aqui o ataque ao racismo científico aparece diversas vezes, geralmente combinado com a ojeriza que guardava dos títulos honoríficos¹⁵.

“Meus senhores. Estamos certamente diante de um caso típico de degenerado

(...)

¹⁵ Veremos mais à frente quanto esse ódio também era ligado ao ressentimento por não ter se formado.

- O indivíduo que está aqui, bêbado incorrigível, vagabundo, incapaz de afeições, de dedicações, vai demonstrar com as injeções que lhe vou fazer, a verdade das minhas teorias. Vejamos os pés..

Caruru armou-se de uma das tais réguas, enquanto um servente chorava.

Aplicou-a aos pés do defunto e, pouco depois, exclamou triunfante:

-Vejam só! o pé direito mede quase mais um centímetro quo esquerdo.

Não é que eu dizia? É um degenerado! Essa assimetria dos pés....

O servente que chorava interrompeu-o:

-Vossa Excelência só por causa dos pés do senhor Murga não pode dizer isto. Ele não nasceu assim.

-Como foi então?

-Fui seu amigo e devo-lhe muitos favores. Eu conto a Vossa Excelência... 'Seu' Murga teve um tumor no pé direito e foi obrigado a andar com chinelo num pé, durante cerca de dois meses, enquanto o esquerdo estava calçado. Naturalmente aquele aumentou enquanto o outro ficava parado. Foi por isso." (BARRETO, 2011, p. 415).

Claro que nem todos os escritores se importavam com a questão racial. Para alguns a importância da literatura residia na própria estética do texto; voltaremos a esse ponto mais à frente. De qualquer forma, para uma parcela importante dos artistas, e mais do que isso para a própria construção do pensamento nacional, as teorias raciológicas foram uma pedra basilar. Um exemplo de escritor que coadunava com o arcabouço científico, e que também pensava a sua literatura como meio de ação social era Euclides da Cunha (SEVCENKO, 1999). Em sua obra se mantem todo o vocabulário científico, toda a sua obra é pensada de maneira a analisar um acontecimento sobre a lupa das teorias deterministas em voga. Mesmo sem concordar com a visão negativa sobre o mulato, ou seja, mesmo sendo contrário a maior parte dos intelectuais da sua época, discute com eles utilizando a mesma linguagem. Esse exemplo é importante para salientar o alcance que essas teorias tiveram na intelectualidade brasileira.

Esse conjunto de teorias gestadas no final da Monarquia entra em pleno advento com a República. É preciso destacar o papel que tiveram como manutenção

do poder oligárquico. Apesar de garantida a equidade civil, não estava assegurado o amplo acesso à vida política. Dentre as diversas ferramentas que a elite nacional utilizou para justificar a exclusão da maior parte da população desse processo a inferioridade racial foi uma delas. Ao utilizar-se de argumentos racionais/científicos que determinavam a gradual evolução do elemento negro com base no branqueamento, se viam livres de lidar com a barreira que impuseram à participação na vida política, a alfabetização. Não havia motivo para que buscassem expandir a educação pública para uma população irremediavelmente perdida, ao mesmo tempo em que a injeção de sangue europeu adulto também não exigia tal medida.

Esse instrumento de dominação foi apenas um dos utilizados. Para entender qual era o mundo em que vivia Lima Barreto é necessário atentar tanto para as modificações e permanências que atravessam a elite, quanto as mudanças que a sociedade e a cidade do Rio de Janeiro sofrem.

1.3 O Rio de Janeiro de Lima Barreto

1.3.1 As transformações da política

O período em que o escritor viveu foi marcado por profundas mudanças para a nação e principalmente para a sua capital. Apesar de já citada, é necessária maior atenção para os efeitos que a Abolição causou no Brasil como um todo. Entre a abolição do tráfico negreiro (1850) até a Lei Áurea (1888) a instituição do trabalho servil sofreu uma lenta decadência. Para aqueles que se serviam desses trabalhadores, era patente que sem o constante influxo de negros africanos não haveria como deter o declínio do modelo de lavoura escravocrata (COSTA, 1999)¹⁶. Num primeiro momento, o fim do influxo de escravos africanos foi compensado internamente pela decadência das lavouras de açúcar do norte do país que liberaram braços negros para as lavouras de café do sul.

A mudança na dinâmica econômica para o sul cafeeiro fez com que tanto as elites tradicionais quanto as novas se mostrassem resistentes à Abolição. As antigas

¹⁶ O horizonte do fim do trabalho servil era tão claro para os cafeicultores paulistas que antes do seu fim já haviam tentado a imigração européia como alternativa - movidos pela ideia de ganho de produção que, teoricamente, adviria desse trabalhador.

oligarquias do norte, vendo a decadência de sua produção agrária, tinham nos seus escravos a maior parte do capital de que dispunham um alento à sua decadência econômica. Já no sul a cafeicultura ainda era amplamente dependente dessa mão de obra na lavoura e, pelos altos investimentos que os cafeicultores do sul haviam feito na sua compra, esperavam que houvesse algum tipo de alforria seria indenizada pelo investimento. Assim, mesmo que houvesse uma percepção geral de que não havia um futuro para esse modo de produção, não havia um amplo suporte das elites econômicas para seu fim.

Dessa maneira, a Monarquia, ao decretar a Lei Áurea, abalava seus próprios alicerces já enfraquecidos, colocando a nova elite econômica contra si. Mesmo que apenas uma fração dessa elite tivesse simpatia irrestrita para com o regime republicano, principalmente a juventude e os fazendeiros paulistas, a adesão pós-abolição foi generalizada (NEEDELL, 1993). Isso se deveu menos por um alinhamento ideológico do que pela insatisfação geral para com a Monarquia. Conforme crescia o descontentamento, movido em grande parte pela Lei Áurea, fileiras antes fiéis aos clássicos partidos Liberal e Conservador foram aderindo aos partidos republicanos locais. Quando da queda do regime, esse adesismo foi ainda mais generalizado, com “conversões” automáticas de indivíduos que nunca havia se manifestado a favor da troca de regime. Houve aqueles que resistiram e se mantiveram monarquistas após a queda do Império, mas, além de representarem a minoria, foram rapidamente limados do processo político.

As Forças Armadas tiveram grande influência sobre essa queda. A campanha da Guerra do Paraguai (1865-1870) provocou diversas mudanças nessa corporação. O exército paraguaio, muito mais organizado e eficiente, impôs sérias dificuldades ao brasileiro, apesar da diferença numérica que favorecia este. Esse fato demonstrou à alta cúpula do exército brasileiro o quanto a instituição estava atrasada em relação aos vizinhos, ainda mais se levada em conta a pouca expressividade da economia paraguaia. Como comandante e chefe das Forças Armadas, o Imperador (e conseqüentemente a Monarquia) acabara como alvo das críticas dos militares.

Outro ponto de atrito entre essas instituições foi a própria escravidão. Com o advento da guerra ficou patente que não havia homens livres suficientes na nação

para o esforço de guerra. Isso obrigou o governo a recorrer ao instituto da alforria para todos aqueles escravos que se dispusessem ao *front*, ou que fossem trocados por filhos de senhores. Assim, não apenas a quantidade de negros nas fileiras do exército aumentou, como também ficou notória sua capacidade de combate, que os colocava lado a lado com seus irmãos de armas brancos. Após o fim dos combates, esses fatores despertaram nos militares uma repulsa ao papel contraditório de apreensão de escravos fugidos - e naturalmente à própria escravidão.

As duas oligarquias, do sul e do norte, se não estavam em conflito direto, encontravam-se de lados opostos do poder. As velhas oligarquias do açúcar desfrutavam do poder político, mas já não dispunham mais da premência econômica; o oposto se dava em relação à nova elite cafeeira do sul:

“(...) enquanto por um lado a organização política e os círculos dominantes da monarquia continuavam a servir às antigas elites do Nordeste e do interior do Rio de Janeiro, por outro, os apetites das novas elites permaneciam insatisfeitos. São Paulo passou a suportar cada vez mais a carga do Estado, à medida que sua fenomenal expansão para o oeste gerava progressivos aumentos na arrecadação tributária. No momento em que, na década de 1880, começou a declinar a produção cafeeira das áreas vinculadas ao Rio de Janeiro, a província de São Paulo iniciava sua escalada para a liderança. Mas os fazendeiros paulistas, embora vissem aumentar seu poder econômico e sua carga tributária, estavam conscientes do quão reduzido permanecia seu poder político. E se irritavam com vantagens, cargos e favores desproporcionais reservados às províncias decadentes. Em relação a São Paulo, a mão imperial parecia querer apenas agarrar e interferir nos assuntos provinciais.” (NEEDELL, 1993, p. 21).

O suporte que a Monarquia podia auferir de seus quadros políticos se via assim enfraquecido. Mesmo que contasse com o apoio dos seus antigos colaboradores, senhores de engenho, estes não poderiam sustentar sozinhos o regime, pois já não dispunham do poder econômico, agora nas mãos dos cafeicultores. A saída encontrada pelos fazendeiros do sul para se manterem no poder foi pela via do republicanismo. Ao criarem o Partido Republicano Paulista, estavam pensando em atacar a própria centralização do Estado, da qual a Monarquia era o símbolo máximo. Procuravam a descentralização política, o

federalismo, para que pudessem tratar da política local de maneira relativamente isolada do restante das províncias.

Mesmo que de início os círculos republicanos fossem contrários à participação dos militares (NEEDELL, 1993), acabaram por aceitá-los. Assim, foi possível para um militar derrubar a Monarquia com o apoio de seu grupo e das novas elites. A pouca resistência advinda dos Monarquistas, então em número reduzido, não foi além de discursos e artigos, colocando pouco risco ao novo regime. Nasce a 1ª República com o Marechal Deodoro da Fonseca como presidente, em 1889.

“Resumindo a sequência de acontecimentos: a Questão Militar eclodiu, os republicanos a exploraram, espalharam-se boatos de sanções contra o Exército e contra o seu líder, Deodoro, e este afinal aceitou participar da conspiração republicana. Em uma série confusa de eventos, o Ministério e, depois o Trono foram derrubados a 15 de novembro de 1889. Um Governo provisório, presidido por Deodoro e formado por republicanos proeminentes, logo foi instalado, e a família real enviada para o exílio na Europa.” (NEEDELL, 1993, p. 28-29).

Essa configuração inicial do governo não trouxe alívio aos problemas econômicos e sociais que se arrastavam desde o período final da Monarquia. A combinação de a Abolição, empréstimos externos elevados, baixa do café e o advento da República colocou esse início de governo em meio a uma crise de inflação e de especulação pelo alto crédito. A solução a esta crise dada pelo ministro das Finanças, Ruy Barbosa, a esta crise foi liberar bônus do governo e desregular as atividades financeiras com vistas a incentivar a produção industrial, política que ficou conhecida como Encilhamento. Os resultados não foram os esperados; o que se expandiu foram os mercados de capitais, que em 1892 viram sua quebra. O ápice dessa conturbação no governo foi a tentativa de Deodoro de derrubar o primeiro Congresso (1891), fato que acabou com a sua deposição pelo Marechal Floriano Peixoto que se tornou o segundo presidente da República.

Em meio a esse cenário de crise econômica, o governo teve de lidar com revoltas que colocaram ainda mais pressão sobre o regime: a Revolução Federalista, no sul (1893-1895), a Revolta de Canudos (1896-1897), no norte e a Revolta da Armada (1893-1894), na própria capital (NEEDELL, 1993). Todas essas

sublevações foram combatidas com extremo rigor pelo novo presidente, atitude que lhe deu a alcunha de Marechal de Ferro. Outro fator que contribui para esse apelido foi sua postura em relação às dissidências políticas do Partido Republicano. Unindo-se aos chamados setores jacobinos¹⁷, conseguiu combater os setores monarquistas ou que eram tachados como tal, provocando assim uma maior pacificação interna e solidificando o caminho para o primeiro presidente civil.

Esse cenário foi retratado por Lima Barreto naquele que seria seu livro de maior sucesso, *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Neste romance, talvez o menos autobiográfico do escritor, nos é apresentado o Major Quaresma. O herói é retratado como um autodidata recluso considerado pelos que o conhecem como um “esquisitão”. Isso porque, a partir de seus estudos, tenta desenvolver soluções práticas para os problemas do Brasil. Assim, propõe que o tupi seja adotado como língua nacional, pois que o português além de estrangeiro, estava na época da confecção e da temporalidade do romance sendo amplamente discutido quanto a sua gramática¹⁸, propõe a reforma agrária como forma de solucionar o problema da agricultura e da economia, entre outras. Todas essas teorias se mostram absurdas quando confrontadas com a realidade, não sobrevivem por serem fruto de uma ideia “de gabinete”. Isolado da realidade vivida apenas por aqueles que se aventuram a se confrontar com o dia a dia da atividade humana, não era possível ao major compreender o quão irreal eram suas teorias.

“O major está preso porque denunciara em carta ao marechal o massacre de alguns prisioneiros antiflorianistas. Solitário, no calabouço, vive a cruz da contradição: E quando o seu patriotismo se fizera combatente, o que achara? Decepções. Onde estava a doçura de nossa gente? Pois ele não a viu combater como feras? Pois não a via matar prisioneiros, inúmeros? A pátria que quisera ter era um mito; era um fantasma criado por ele no silêncio de um gabinete. Nem a física, nem a moral, nem a intelectual, nem a política que julgava existir, havia. A que existia de fato era a do Tenente Antônio, a do doutor Campos, a do homem do Itamarati.” (BOSI, 1996, p. 268).

¹⁷ Os jacobinos eram compostos majoritariamente daqueles setores urbanos surgidos no final do Império. Destacavam-se os burocratas, oficiais e subalternos do exército, jornalistas, em suma, a classe média que era uma grande base de suporte da luta pela Abolição e pela República e que mais sofreu com as medidas econômicas desse final de século.

¹⁸ Esta discussão era uma das lutas simbólicas que a Academia Brasileira de Letras se engajou, sem lograr grande sucesso.

Esse idealismo faz com que Quaresma, neste ponto do romance já amplamente desiludido com seus fracassos, mas ainda acreditando na nação, se aliste para combater na Revolta da Armada. Seu afã nacionalista leva-o cegamente a procurar na figura do Marechal de Ferro um salvador, um guia para a nação. Ao se deparar pela primeira vez com o comandante, sempre chamado de ditador, Lima, na figura de Policarpo, desconstrói a figura do Marechal tanto física quanto moralmente. Apesar do Marechal se mostrar, ao menos para o leitor, como um governante fraco e desprovido de caráter, Quaresma ainda mantém a sua fé e apresenta um conjunto de soluções para os problemas do país. Como suas outras ideias essas também são sumamente ignoradas, sobre o brado do Marechal “Você, Quaresma, é um visionário...” (BARRETO, 1999). Apesar disso, não deixa de participar na batalha, podendo com isso ver toda a morte e falta de razão que lhe segue.

A visão que Quaresma tem da nação só muda quando, revoltado com a execução aleatória de alguns presos, escreve uma carta a Floriano. Esse ato de revolta acaba por leva-lo à prisão por traição, e subentende-se que isso o levará à morte. Essa parte do romance, aqui muito resumida, demonstra quais eram os sentimentos que Lima guardava em relação à República. Não sendo propriamente um monarquista, Lima mantinha sua posição política em um terreno ambíguo. De qualquer maneira, com certeza não era Republicano.

Como é possível verificar, esse período foi marcante para a formação do escritor. Na verdade, este foi um período de grandes provações para toda a intelectualidade (brasileira), principalmente pela censura durante o governo dos dois primeiros presidentes. Para Lima especificadamente, os primeiros anos da República marcaram a sua juventude e suas primeiras decepções na sua concepção de futuro. Quando se analisa o *Policarpo* a fundo, perceberemos que os períodos históricos não correspondem exatamente ao do romance. Este acaba no período Florianista, mas toda sua parte anterior é decorrente das observações do próprio romancista que são muito mais calcadas na realidade dos governos que o sucedem. A liberdade artística aqui aparece como forma a dar vazão à crítica política ao militarismo e à República, já que após Floriano o cenário político brasileiro se apresentou menos turbulento.

Prudente de Moraes assume como primeiro presidente civil (1894) em um cenário melhor que seu antecessor, mas que ainda era marcado pela fragilidade da sua base partidária. Se por um lado a elite fazendeira, representada pelo próprio presidente, começava a encontrar seu caminho de volta ao poder, por outro, ainda tinha de lidar com os setores radicais, jacobinos, amplamente contrários às elites latifundiárias. Mas esse grupo político faria uma manobra que selaria a estabilidade que os paulistas procuravam. Em meio ao desfile das tropas que retornavam vitoriosas da Revolta de Canudos um soldado jacobino tentou assassinar o presidente, falhando e matando o Ministro da Guerra. A comoção popular e a habilidade de Prudente de Moraes para aproveitar politicamente o evento renderam o afastamento do grupo radical das fileiras políticas e a certeza da eleição de mais um fazendeiro paulista para a presidência: Campos Sales.

“O governo Campos Sales (1898-1902) consolidou o restabelecimento dos interesses da elite agroexportadora, em detrimento dos grupos urbanos emergentes. Dois aspectos de sua política foram fundamentais para a República que se firmava. Primeiro, a ênfase dada à estabilidade econômica, por meio do conservadorismo financeiro e da manutenção de estreitas relações com o crédito estrangeiro; segundo, um *modus operandi* político que garantia o apoio dos estados para a política financeira do governo, em troca de uma política federal de benefícios para as diversas elites locais estabelecidas.” (NEEDELL, 1993, p. 36-37).

É neste governo que se estabelece a chamada política dos governadores, em que os interesses das elites provinciais são garantidos por meio do incentivo financeiro federal e o governo federal, por sua vez, consegue a garantia de obediência política. Nos anos seguintes essa política continuou, ganhando poucas variações. A de maior relevância foi a composição entre os estados de Minas Gerais e São Paulo com o intuito de se revezarem no comando do poder federal, a chamada política do café com leite. Mesmo com alguns pontos de atrito que surgiram até o fim da 1ª República (1930), não houve mais conflitos internos de grande porte entre a elite política¹⁹ no período que aqui nos interessa (até 1922).

¹⁹ A maior oposição continuava a vir do Rio Grande do Sul. Mas ela não conseguiu grandes frutos políticos até o momento em que a própria estrutura da República já não conseguia mais suportar o ritmo de mudanças da sociedade.

Essa estabilidade econômica foi conseguida com amplos benefícios ao setor agroexportador, em detrimento da indústria e da produção citadina. O abismo que se formou entre as classes apenas piorava com a intervenção do governo, que visava proteger o café acima de tudo. Como a política alfandegária também visava a esse objetivo, as importações tornavam os produtos importados, muito consumidos na capital da República, caros àqueles que não dispunham das rendas do café. Apesar de haver uma expansão das oportunidades de emprego em atividades citadinas, tal qual o jornalismo, elas não representavam um ganho consistente com relação ao padrão de vida que o Rio estava impondo. A cooptação da esfera pública por agentes ligados a interesses econômicos foi alvo de Lima em um artigo intitulado A Política Republicana, também interessante por demonstrar como ele guardava certo saudosismo do antigo regime:

“Não gosto, nem trato de política. Não há assunto que mais me repugne do que aquilo que se chama habitualmente política. Eu a encaro, como todo o povo a vê, isto é, um ajuntamento de piratas mais ou menos diplomados que exploram a desgraça e a miséria dos humildes.

(...)

No Império, apesar de tudo, ela tinha alguma grandeza e beleza. As fórmulas eram mais ou menos respeitadas; os homens tinham elevação moral e mesmo, em alguns, havia desinteresse.

Não é mentira isto, tanto assim, que muitos que passaram pelas maiores posições morreram pobríssimos e a sua descendência só tem de fortuna o nome que recebeu.

O que havia neles, não era a ambição de dinheiro. Era, certamente, a de glória e de nome; e, por isso mesmo, pouco se incomodariam com os proventos da ‘indústria política’

A República, porém, trazendo tona dos poderes públicos, a bôrra do Brasil, transformou completamente os nossos costumes administrativos e todos os ‘arrivistas’ se fizeram políticos para enriquecer.” (BARRETO, [2010], p. 27-28).

Esse ganho em oportunidades de emprego era compensado por novas necessidades de sobrevivência que aumentavam o custo de vida. O Rio de Janeiro estava vivendo um período de transição em que suas características mais ou menos

provincianas estavam sendo substituídas por uma ordem mais cosmopolita. Transformando-se a política e alterando-se a economia haveria necessariamente um impacto no próprio espaço físico das cidades. Isso se torna ainda mais claro se atentarmos para a conformação arquitetônica da capital da nação. Não foram apenas a expulsão da Corte ou o crescimento populacional que fizeram a cidade mudar:

"Assistia-se à transformação do espaço público, do modo de vida e da mentalidade carioca, segundo padrões totalmente originais; e não havia quem lhe pudesse opor. Quatro princípios fundamentais regeram o curso dessa metamorfose, conforme veremos adiante: a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da região central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense." (SEVCENKO, 1999, p. 30).

1.3.2 As transformações urbanas

A partir dos modelos europeus, os governantes procuraram transformar a antiga capital da Monarquia na nova capital da República (NEEDELL, 1993). Tendo como horizonte a Paris da *belle époque*, buscou-se a intervenção urbana direta como forma de modernização. Dentre as obras públicas, as que mais se destacaram foram aquelas orientadas pelo prefeito Pereira Passos. Foram alargadas ruas, abertos bulevares, aterrados terrenos pantanosos, aumentado o porto, etc. O intuito de tornar a cidade mais bela era claro, e o sentido de beleza procurado não poderia ser outro que não do centro irradiador de cultura para o mundo ocidental que era a capital francesa. Buscava-se, assim, eliminar aquelas ruas estreitas, sobrados e mocambos de que fala Freyre (2003), retirar os pobres do centro, permitir a circulação dos veículos mais modernos, em suma, tornar o Rio de Janeiro um símbolo do novo regime.

Essas obras foram feitas à revelia da população mais pobre. Na verdade, esse aspecto era de interesse dos reformadores. Ao buscar um Rio parisiense, também se buscava mostrar um Rio mais branco, em óbvia sintonia com as teorias raciológicas das quais já tratei. Ora, como demonstrei anteriormente a grande massa de pobres era composta majoritariamente por mulatos e negros. Dessa forma, não havia meio mais simples de se segregar esse elemento do que fazendo uma reforma urbana que elevasse o custo de moradia nas áreas centrais. Essa expulsão, em conjunto com a grande migração de ex-escravos e de trabalhadores rurais após a falência da lavoura cafeeira carioca, fez com que houvesse a proliferação de moradias de baixo padrão nos subúrbios e morros cariocas.

Para os habitantes da cidade as mudanças estavam ocorrendo em um ritmo acelerado. A rápida expansão populacional (CARDOSO; et al., 2006) ocorrida com o fim da escravidão e o levante de imigrantes se combinou com a política de urbanização que destruiu os antigos locais de moradia popular perto dos locais de emprego. Para a população pobre isso significou o inevitável deslocamento forçado para os subúrbios ou a sobrevivência em pensões com baixíssima qualidade de vida (SEVCENKO, 1999). Como a estrutura viária que então se criava não fora planejada tendo em vista o interesse dessa camada populacional, não houve correlato investimento em transporte público para os distantes subúrbios, contribuindo para o isolamento dessas populações.

São esses subúrbios que despertarão o interesse de Lima. Sempre apaixonado pela cidade onde residiu a vida toda, Lima constrói seus romances no trânsito entre a cidade e o subúrbio. Observador privilegiado desta região, afinal morava lá, e frequentador do centro, além de possuir uma notável predileção por longas caminhadas, Lima desenhou em seus escritos como o Rio estava se transformando e como se configurou espacialmente. Essas idas e vindas do escritor são a fonte de que bebe para construir o enredo do romance *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*.

Este romance é peculiar na trajetória de Lima. Em muito difere dos que havia publicado anteriormente, *Policarpo* e *Isaías*, pela forma com que a narrativa é construída. Nesse livro, o narrador-personagem, Augusto Machado, trata de sua relação com Gonzaga de Sá, que conhecera numa repartição pública. Essa

inovação narrativa de se narrar um personagem por meio de outro permite que o livro adquira um caráter menos linear que seus antecessores ao combinar o passado e o presente, representados pelas duas personagens que guardavam entre si uma diferença de idade, sem confundi-los (FIGUEIREDO, 1998). Sem que haja um fim procurado pela personagem-título – ao contrário de Isaías que procurava mostrar-se superior à sociedade e Quaresma resolver os problemas da nação- o livro se situa em um constante passeio pela cidade do Rio, de um Rio nem atual nem presente, mas ambos.

“É que o Rio de Janeiro não foi edificado segundo o estabelecido na teoria das perpendiculares e oblíquas. Ela sofreu, como todas as cidades espontâneas o influxo do local em que se edificou e das vicissitudes sociais por que passou, como julgo ter dito já.

(...)

O quilombola e o corsário projetaram um pouco a cidade; e, surpreendida com a descoberta das lavras de Minas, de que foi escoadouro, a velha São Sebastião aterrou apressada alguns brejos, para aumentar e espraizar-se, e todo o material foi-lhe útil para tal fim.

(...)

Esse casarão que contemplamos a custo na Rua da Alfândega ou General Câmara, é dos primeiros anos da nossa vida independente.

(...)

O tráfico de escravos imprimiu no Valongo e aos morros da Saúde alguma cousa de aringa africana(...).

(...)

O bonde, porém, perturbou essa metódica distribuição de camadas. Hoje (ponho de parte os melhoramentos), o geólogo de cidades atormenta-se com o aspecto transtornado dos bairros. Não há terrenos mais ou menos paralelos; as estratificações misturam-se; os depósitos baralham-se; e a divisão da riqueza e novas instituições ajudam o bonde nesse trabalho plutônico.

(...)

Mas, se a sua topografia criou essas dificuldades, deu à nossa cidade essa moldura de poesia de sonho e de grandeza. É o bastante!”(BARRETO, 1990, p. 42-44)”.

Essa longa citação demonstra bem o caráter do livro. Trata-se de uma apresentação do Rio de Janeiro como um todo. Nele aparecem não só as transformações físicas e históricas claras nessa citação: Todo o romance é pontuado pelas temáticas caras ao autor (que serão alvo de nossa análise no próximo capítulo), e que também eram candentes para o restante da sociedade. Como disse, esse romance é como um sobrevoo, não há nenhum momento em que se detêm mais diretamente numa questão específica, o que é a sua força e um dos seus problemas. Para que possamos atentar diretamente para a vida do subúrbio e suas condições desagregadoras é mais útil olharmos para o romance *Clara dos Anjos*.

Aqui me debruçarei sobre a versão final de Clara dos Anjos, publicada após a morte de Lima – tratarei posteriormente das diversas versões pensadas pelo autor para esta obra. A história desse romance é facilmente sumarizada: uma jovem mulata inocente, Clara, conhece um rapaz advindo de uma condição um pouco melhor - baixa burguesia -, Cassi, que vive da renda obtida com rinhas e que tem como único motor a conquista do sexo oposto. Conseguindo o seu objetivo de seduzir Clara, Cassi a engravida e posteriormente foge, deixando-a sem auxílio.

Dentre os romances de Lima já mencionados, Clara dos Anjos é aquele se que apresenta menos inovador. Lança mão de um enredo simples e de um final óbvio sem se deter longamente em sua personagem-título. Apesar disso, ele é aquele que melhor retrata a situação do subúrbio. Enquanto o *Isaías*, o *Policarpo* e o *Gonzaga de Sá* se passam majoritariamente na região central da cidade, o *Clara dos Anjos* tem sua ação inteira no subúrbio. E é justamente daí que retira a sua força. As descrições dos cenários, dos modos de vida e das personagens mostram a vida dessa parte da cidade, renegada nos demais romances. Sobre as características físicas:

“O subúrbio propriamente dito é uma longa faixa de terra que se alonga, desde o Rocha ou São Francisco Xavier, até Sapopemba, tendo para o eixo a linha férrea da Central.

(...)

Há casas, casinhas, casebres, barracões, choças, por toda a parte onde se possa fincar quatro estacas de pau uni-las por paredes duvidosas. Todo o material para essas construções serve: são latas de fósforos distendidas, telhas velhas, folhas de zinco, e, para as nervuras das paredes de taipa, o bambu, que não é barato.

Há verdadeiros aldeamentos dessas barracas, nas coroas dos morros, que as árvores e os bambuais escondem aos olhos dos transeuntes. Nelas, há quase sempre uma bica para todos os habitantes e nenhuma espécie de esgoto. Toda essa população, pobríssima, vive sob a ameaça constante da varíola e, quando ela dá para aquelas bandas, é um verdadeiro flagelo.

Afastando-nos do eixo da zona suburbana, logo o aspecto das ruas muda. Não há mais gradis de ferros, nem casas com tendências: há o barracão, a choça e uma ou outra casa que tal. Tudo isto muito espaçado e separado; entretanto, encontram-se, por vezes, 'correrres' de pequenas casas, de duas janelas e porta ao centro formando o que chamamos 'avenida'." (BARRETO, 1997, p. 94).

Mas o subúrbio de Lima não se constrói apenas como um conjunto de casas, ruas e veículos. Antes a vida propriamente dita deste local só pode ser compreendida quando esse espaço físico é preenchido pelas pessoas. Vale mencionar que a relação do autor com as pessoas que o cercavam em seu local de morada sempre foi dupla. Sua identificação de grupo estava cindida entre a imagem que fazia de si, a de intelectual criado no seio da elite, e sua sensibilidade calcada na origem social, que passava pelos desafortunados de sua cor. Analisarei mais à frente os motivos dessa dupla ligação, mas por ora fiquemos com suas próprias palavras:

"Eu tenho muita simpatia pela gente pobre do Brasil, especialmente pelos de cor, mas não me é possível transformar essa simpatia literária, artística, por assim dizer em vida comum com ele, pelo menos com os que vivo, que, sem reconhecerem a minha superioridade, absolutamente não têm por mim nenhum respeito e nenhum amor." (BARRETO, 1956, p. 66).

Definitivamente havia uma relação próxima entre o autor e seus vizinhos. Lima deixa tal fato transparecer no *Clara* ao continuar o trecho supracitado. Agora atentando para o elemento humano:

“Mais ou menos é assim o subúrbio, na sua pobreza e no abandono em que os poderes públicos o deixam. Pelas primeiras horas da manhã, de todas aquelas bibocas, alforjas, trilhos, morros, travessas, grotas, ruas, sai gente, que se encaminha para a estação mais próxima; alguns, morando mais longe, em Inhaúma, em Caxambi, em Jacarepaguá, perdem amor a alguns níqueis e tomam bondes que chegam cheios às estações. Esse movimento dura até às [sic] dez horas da manhã e há toda uma população da cidade, de certo ponto, no número dos que nele tomam parte. São operários, pequenos empregados, militares de todas as patentes, inferiores de milícias prestantes, funcionários públicos e gente que, apesar de honesta, vive de pequenas transações, de dia a dia, em que ganham penosamente alguns mil-réis. O subúrbio é o refúgio dos infelizes. Os que perderam o emprego, as fortunas; os que faliram nos negócios, enfim, todos os que perderam a sua situação normal vão se aninhar lá; e todos os dias, bem cedo, lá descem à procura de amigos fiéis que os amparem, que lhes dêem alguma coisa, para o sustento seu e dos filhos.” (BARRETO, 1997, p. 96-97).

A sensibilidade que tinha com os moradores pobres da cidade, tornava possível ao autor ver como as mudanças afetavam a vida destes. Essas mudanças normalmente traziam consigo um elemento impositivo ao elemento popular. O impulso modernizador que combinava o intuito de se parecer europeu com a racionalidade científica culminou em algumas intervenções públicas altamente truculentas. Das diversas ações que ficariam marcadas na história, a obrigatoriedade da vacinação, que culminaria na Revolta da Vacina (1904) – revolta que aparece satiricamente em *Isaías* como o episódio da obrigatoriedade dos sapatos -, é o melhor exemplo. Acerca de todas essas mudanças, o que devemos ter em mente é seu caráter impositivo em relação à população em piores condições. Mesmo que os governantes tenham pensado que estavam perseguindo o bem comum, faziam isso sem que houvesse qualquer tentativa de compreensão do estrato mais baixo. Dessa forma, a parcela mais rica da população usufruiu das benesses da modernização, tendo prevalecido os malefícios para a mais pobre.

Apesar da maior diversificação econômica que estava em curso, o Rio de Janeiro desse início de século ainda era uma cidade baseada em seu porto e na

administração pública. Havia uma planta industrial nascente, principalmente de manufatura de roupas, e um setor de serviços razoavelmente desenvolvido, mas nada que pudesse dar oportunidades à maior parte da população pobre, negra e sem instrução. Os empregos públicos podiam ser uma opção apenas para aqueles poucos que detinham a rara condição da alfabetização²⁰ ou que estavam em uma situação privilegiada dentro da estrutura de patronagem. Para os demais havia empregos esporádicos na indústria e no comércio, nos quais deviam enfrentar uma ampla concorrência com seus iguais e principalmente com a nova massa de imigrantes mais bem preparados.

Apesar da vida no Brasil desse período ainda ser altamente dependente do campo, há uma crescente diferenciação na sociedade carioca do início do século XX. Durante a Monarquia, a elite dominante era aquela diretamente ligada à reduzida corte, e aos modos e ideias dos chefes rurais. Mesmo com a presença de alguns elementos pertencentes a uma classe intermediária, os homens livres, não havia suficiente separação entre essa classe e a elite²¹, gerando um conjunto de ideias homogêneo. Apesar de não ter havido desenvolvimento social que levasse ao descolamento completo das classes sociais no período da Primeira República ocorreu ao menos uma diferenciação crescente que separou a vida urbana da do campo. O surgimento de uma classe média urbana²² possibilitou o desenvolvimento de uma vida intelectual diferenciada daquela existente durante a Monarquia. Esse novo grupo não apenas se opôs intelectualmente ao antigo grupo dominante (negando os valores Românticos) como também cultivou modos de vida que eram estranhos aos que ainda mantinham suas raízes na fazenda. As relações deixam de ser do tipo tradicional - relações familiares e clânicas - para se aproximarem de um tipo mais individualista e racional:

“Verifica-se a tendência à dissolução das formas tradicionais de solidariedade social, representadas pelas relações de grupos familiares,

²⁰ Acima de 60% da população com 15 anos ou mais era analfabeta. Fonte: Brasil em números. IBGE. 1997. V. 5. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2/bn_1997_v5.pdf

²¹ Essa ligação é explicitada pelo império do favor o qual salienta o caráter altamente dependente dessa classe social (SCHWARZ, 2007)

²² Uma definição precisa desse grupo social é impossível. Compunham-na aqueles setores que se encontravam entre os trabalhadores em situação mais precária e os barões do café- profissionais como escritores, pequenos burgueses, trabalhadores públicos, etc.

grupos clânicos, comunidades vicinais, relações de compadrio ou relações senhoriais de tutela. As relações sociais passam a ser mediadas em condições de quase exclusividade pelos padrões econômicos e mercantis, compatíveis com a nova ordem da sociedade. Por todo lado ecoam testemunhos amargos sobre a extinção dos sentimentos de solidariedade social e de conduta moral, ainda vivos nos últimos anos da sociedade senhorial do Império. A nova sociedade orienta-se por padrões muito diversos daqueles e mais chocantes.” (SEVCENKO, 1999, p. 39).

Em contraponto ao que representou para a parte mais desamparada da população a modernização da sociedade teve um caráter ambíguo para o estrato médio em ascensão. Ao mesmo tempo em que permitia melhores colocações de trabalho tornava seus ganhos insuficientes, enquanto criava uma aura cosmopolita em que os intelectuais se destacavam, obrigando-os a se curvarem ao mundanismo. Dentre todas essas mudanças, houve uma mais importante; para percebê-la é necessário sempre atentar que entre a massa iletrada e pobre e o estrato médio havia uma grande distância, assim como destes para aqueles que comandavam o país:

“(...) ao contrário do período de Independência, em que as elites buscavam uma identificação com os grupos nativos (...) e manifestavam ‘um desejo de ser brasileiros’, no período estudado, essa relação se torna de oposição, e o que é manifestado podemos dizer que é ‘um desejo de ser estrangeiros’. O advento da República proclama sonoramente a vitória do cosmopolitismo no Rio de Janeiro.” (SEVCENKO, 1999, p. 36).

Embora a preocupação no momento seja tratar de aspectos mais gerais da sociedade (brasileira e carioca), a colonização dos modelos literários por uma europeização merece uma breve menção antes de tratar mais pormenorizadamente do assunto em outro capítulo. Na Monarquia, a literatura tinha uma função clara de ser um instrumento de propagação da ideologia dominante. Com os conflitos entre os conservadores e liberais no final desse regime há também a luta por dirimir as bases do poder conservador. Dentre os pilares atacados pelos intelectuais liberais que estavam tentando acabar com o domínio saquarema (do partido conservador) em fins do Império estava o romantismo indianista (ALONSO, 2002). Quando finalmente conseguem o poder, os liberais conseguem afastar o romantismo e alçam novas tendências literárias.

Os modelos desse novo paradigma, como não poderia deixar de ser, eram europeus, notadamente franceses. Além do Realismo e do Naturalismo que surgem ainda em tempos imperiais, o Simbolismo e o Parnasianismo ganham importância nos primeiros anos da jovem República - principalmente o último. O Parnasianismo se desenvolveu como uma corrente focada na rigidez da forma, no conteúdo acessível e na herança latina (NEEDELL, 1993), características essas muito distantes da vida cotidiana do Rio de Janeiro, e principalmente do restante do Brasil²³. Sem a preocupação de afirmação do nacional tal qual havia no período Romântico anterior, restava-lhe apenas um conteúdo vazio, de pura aparência. Assim, a literatura acabou por ser apropriada como elemento distintivo: seus executores procuravam apresentá-la como um ornamento, com sua principal função de posicionar o indivíduo em relação à sociedade e não de realmente se fazer arte (NEEDELL, 1993).

Vivendo entre o mundo dos excluídos e o dos intelectuais Lima se via dividido. Como na confissão em seu diário, ele ao mesmo tempo que se sensibiliza com a condição dos seus irmãos não consegue se mesclar com eles. A literatura que era feita e admirada por grande parte dos seus pares lhe parecia insensível demais para merecer esse nome, o que consideraria verdadeira literatura era algo muito diferente do que então se fazia. São questões assim que perpassarão toda a vida do escritor e que para seu completo entendimento precisam ser balizadas com a trajetória do autor.

²³ Euclides da Cunha poderia ser considerado uma exceção a essa regra. Mas, como coloca SEVCENKO (1999), o sucesso que obteve com uma obra de caráter propositivo em muito se deveu a forma quase científica que o livro assume, aproximando-o do ensaio.

Capítulo II - Lima Barreto, *Flâneur* da *Belle Époque* carioca.

“Para o perfeito flâneur, para o observador apaixonado, é um imenso júbilo fixar residência no numeroso, no ondulante, no movimento, no fugido e no infinito. Estar fora de casa, e contundo sentir-se em casa onde quer que se encontre; ver o mundo, estar no centro do mundo e permanecer oculto ao mundo, eis alguns dos pequenos prazeres desses espíritos independentes, apaixonados, imparciais que a linguagem não pode definir senão toscamente.” Charles Baudelaire. O pintor na vida moderna.

Até o momento optei por apenas indicar algumas relações entre obras e o contexto social em que viveu Lima Barreto com o intuito de indicar as aproximações entre ambos. Como colocado anteriormente, há certa homogeneidade em suas obras no que tange aos temas que percorrem suas páginas (LINS, 1976). Por isso, escolhi por separar dentre eles aqueles de maior relevância os que aparecem com maior frequência ou que ocupam lugar de destaque em suas obras. Ao invés de percorrer um único romance ou então apresentar exaustivamente todas as vezes em que aparecem essas temáticas, entendo ser mais profícuo separar a análise em tópicos. Isso permitirá enxergar a sociedade pela visão de Lima. Utilizando o conjunto de suas obras como lente teremos um prisma que comporá um mosaico amplo o suficiente para entender qual era o sentido da trajetória do autor.

2.1.1 Bovarismo

O *Bovarismo* (Le Bovarism) é uma obra de Jules Gaultier inspirada na de Flaubert, principalmente no *Madame Bovary*, que tem como núcleo a teoria de que o equilíbrio psicológico do indivíduo é conseguido no momento em que as representações que faz de si se coadunam com a sua realidade (AIEEX, 1990). Quando isso não ocorre, a representação que a pessoa faz de si se descola desse substrato real e causa um comportamento patológico. Apesar de essa teoria

procurar explicar o comportamento individual, ela não se limita a isso, expandindo a possibilidade do bovarismo como fenômeno social.

Esse livro influenciou Lima Barreto - constava na sua biblioteca e no seu *Diário Íntimo* (BARBOSA, 1988) - de duas maneiras. A primeira é a aplicação desse conceito como reflexão pessoal. O escritor tinha o vivo sentimento de que a ideia que fazia de sua vida e capacidades não condizia com a realidade que vivia. Em diversas partes do seu *Diário Íntimo* aparecem trechos em que relata como se considerava superior à maioria daqueles em seu entorno, mas que isso não se refletia nem em sucesso literário nem em melhorias de condição de vida:

“Demais, meu pai aluado, na saleta, e o baile, a roncar na de visitas. Não me contive e manifestei logo o meu descontentamento. Isso, ao depois das visitas saírem, deu lugar a um destampatório familiar.

A minha vida de família tem sido uma atroz desgraça.

Entre eu e ela há tanta dessemelhança, tanta cisão, que eu não sei como adaptar-me. Será o meu ‘bovarismo’? ” (BARRETO, 1956).

Esse sentimento de inaptidão era inflado pelo racismo. Vivendo uma dupla exclusão, tanto na sua casa do subúrbio quanto na “cidade”, não podia deixar de questionar os motivos que o impediam de conseguir melhor status social. A única conclusão a que chegou é de que “[o] complexo de cor como que exacerbava o seu bovarismo.” (BARBOSA, 1988, p. 122). Partindo sempre de uma ideia de si como superior aos seus pares nunca encontrara o seu lugar, a idealização do lugar social que mereceria ficaria sempre além da real.

Quanto à segunda maneira que *O Bovarismo* influenciou Lima, mais próximo de uma visão geral da sociedade, há um desenvolvimento mais interessante para a análise de suas obras. Com as lentes do bovarismo foi possível ao autor desenvolver uma leitura própria dos aspectos sociais que observava na sociedade. A tendência dos intelectuais brasileiros de imitarem modelos estrangeiros era o principal alvo dos ataques que Lima desferia utilizando o escudo do bovarismo, seja nas artes, seja no terreno da economia.

Nas artes, os escritores de seu tempo, notadamente os parnasianos, que como vimos procuravam imitar os modelos europeus - principalmente os de temática grega -, foram suas principais “vítimas”. Apesar da aparência de que tal crítica

“(...) sugere, à primeira vista, sua aversão à imitação de um modelo estrangeiro. Não é esta sua intenção. Sua busca de uma forma literária condizente com o tempo presente não se traduz na aceitação do falso problema do modelo interno ou externo. O que ele critica na imitação é a aceitação de um modelo que não corresponde ao seu conceito de literatura militante.” (AIEX, 1990, p. 40-41).

O problema central do bovarismo na literatura não se referia à escolha de um modelo estrangeiro como fonte de inspiração. Na visão de Lima, a arte deveria trazer consigo uma função, portanto deveria conter além dessa “importação” uma reflexão sobre a realidade nacional. Para Lima, uma arte que preza pela estética apenas, por representações de lugares distantes, deixaria de atentar para os problemas nacionais, para o que há de real no país e que deveria ser representado, o verdadeiro sentido da literatura a ser analisado adiante.

O bovarismo aparece também com muita força quando Lima trata da influência estrangeira no Brasil e do capitalismo. A influência estrangeira era sentida fortemente na capital da República após as primeiras reformas do prefeito Pereira Passos. Por mais que a Europa ainda fosse o foco irradiador da cultura, após a Primeira Guerra essa influência diminui, tornando-se os Estados Unidos uma potência de efeito considerável. Áreas como a arquitetura (com os *sky-scrapers*²⁴), o consumo de bens (carros) e o direcionamento da política estrangeira, seriam influenciadas por esse país. Tais modelos de vida quando aplicados no Brasil provocavam a deturpação do nacional, daquilo que legitimamente compunha a sociedade brasileira. Isso não significa que Lima tenha deixado de se pronunciar contra as influências europeias, mas sim que passou também a se preocupar com a crescente influência norte-americana. O capitalismo de feição norte-americana, cada vez mais pronunciado no cenário internacional, se torna então um de seus alvos prediletos:

²⁴ Como eram chamados os altos edifícios na época, numa clara influência americana.

“Liberto do mal do pensamento, que o havia picado na adolescência, passaria a condenar, na maturidade, a todas as manifestações artificiais, copiados dos figurinos europeu ou norte-americano, do nosso *après guerre*.

(...)

Com ciúme de nativo, não admitia que tocassem na sua cidade, como não podia pensar na mudança da capital para o interior do País- ideia que tachou de ‘imitação *yankee*’ (BARBOSA, 1988, p. 231)”.

Um exemplo desses dois usos do bovarismo como fator de criação artística aparece no *Polícarpo Quaresma*. Este personagem representa a inaptidão pessoal de se adaptar à realidade. Tecendo as suas teorias de seu escritório, Quaresma não consegue perceber que a imagem que faz de si, da sua capacidade intelectual, não condiz com o que os outros pensam dele. Assim, é motivo de chacota por quase todos; os poucos personagens que guardam alguma simpatia por ele são pessoas mais simples, caso de sua irmã e do seu empregado do sítio Sossego, ou então, como sua afilhada Olga, são pessoas que mais se compadecem do que concordam com suas teorias. Sua incapacidade de perceber a realidade perante seus olhos, mesmo depois de incontáveis fracassos, só arrefece no final do livro quando do seu cárcere:

“Mas, como é que ele tão sereno, tão lúcido, empregara sua vida, gastara seu tempo, envelhecera atrás de tal quimera? Como é que não viu nitidamente a realidade, não a pressentiu logo e se deixou enganar por um falaz ídolo, absorver-se nele, dar-lhe em holocausto toda a sua existência?” (BARRETO, 1999, p. 167).

Essa falta de conexão entre a realidade e o ideal que o personagem faz de si também aparece em um plano mais macro. Além da já citada diferença entre a visão que sobre o Marechal e sua figura “real”, outro exemplo diz respeito à agricultura. Enquanto a possibilidade de se cultivar gêneros alimentícios parecia algo útil e factível numa terra como o Brasil, suas possibilidades reais se mostravam muito diferentes. Além das dificuldades impostas pelas intempéries naturais, havia o fato de que o governo não tinha interesse no desenvolvimento agrícola do país, mas sim no mandonismo político. Isso fica claro quando Quaresma, ao se recusar a participar

de eleições fraudulentas, sofre como represália a taxaço dos parcos vencimentos obtidos em sua colheita.

Parte dessa crítica aos Estados Unidos era fruto de um sincero desprezo pela burguesia²⁵, a qual identificava com interesses semelhantes. Esse desprezo era alimentado pela aversão que sentia em relação a tudo que considerava utilitarismo vazio. Para Lima Barreto, o dinheiro - e principalmente a necessidade de tudo se dobrar a ele - era um mal em si, que deveria ser combatido de todas as maneiras. A imagem que fazia das atividades humanas, como a arte, e das pessoas, principalmente dos pobres pelos quais sentia uma “sincera simpatia”, como providos de valores intrínsecos tornava sua colonização por interesses capitalistas mais um exemplo do bovarismo.

2.1.2 Maximalismo, Anarquismo e Monarquia.

Diversas vezes se tentou tachar Lima Barreto por algum epíteto, Anarquista, Maximalista, Monarquista, etc. Essa dificuldade de filiar o autor a qualquer uma dessas correntes decorre da volubilidade de suas ideias em relação ao que seria um bom modo de se governarem os homens. Melhor seria dizer que Lima se configurou como um artista de ideias ecléticas. Combinava aspectos das diversas correntes com vistas a embasar a sua crítica (BOTELHO, 2001).

O escritor tinha certa nostalgia da Monarquia, apesar disso, quando atacava a República, não significa que gostaria de restaurar o trono. É preciso salientar que essa visão advém em grande parte devido a experiências negativas na sua passagem para a idade adulta. Tais experiências guardam íntima relação com a mudança do regime e das consequências diretas e indiretas que recaíram sobre sua família. De acordo com Lima os erros na República continuaram, se aprofundaram, ou então se combinaram com novos vícios políticos.

²⁵ “Uma das mais urgentes medidas de nosso tempo é fazer cessar essa fome de enriquecer característica da burguesia que, além de todas as infâmias que, para tal, emprega, corrompe, pelo exemplo, a totalidade da nação.” (BARRETO, 1923, p. 47)

É preciso contextualizar a crítica barretiana como uma crítica à tomada da esfera política pela econômica. Quando consideramos a relação Monarquia-República descolada da crítica à sociedade burguesa estamos deixando de lado um importante aspecto que matiza todo o diálogo, o da defesa contra a expropriação de recursos em benefício dos mais ricos. Na visão de Lima, a República se mostrava como uma máquina que beneficiava os mais poderosos sem nenhuma consideração à população mais pobre. Nos momentos de crise, como a Primeira Guerra, os exemplos dessa dinâmica ficam exacerbados. Enquanto a população sofria os efeitos da carestia, a elite exportadora mantinha preços reduzidos para o estrangeiro, o que permitia manter a competitividade externa e um sobre lucro no mercado interno.

É também nessa chave de crítica às condições impostas aos mais necessitados que deve ser entendida a simpatia que Lima manteve com o maximalismo e com o anarquismo. O início do século XX foi marcado pelo advento dos primeiros movimentos anarquistas no Brasil, geralmente trazidos pelos operários europeus imigrantes. Organizados em comitês, esses trabalhadores reivindicavam melhorias sociais e de trabalho que poucos anos antes eram impensáveis. Um movimento formado por uma parcela excluída da população, que tinha como horizonte uma melhoria das condições gerais da humanidade, não poderia deixar de despertar o interesse de Lima. Este momento de aproximação com o anarquismo e o socialismo corresponde justamente à sua maior insatisfação e consequente afastamento do serviço público que sentia lhe prender:

“Dentro em pouco, não respeitará mais as limitações que lhe impunham um meio silêncio, arrancando da boca a mordaca do convencionalismo. Não o desviará do caminho da luta social nem mesmo o receio de perder o emprego público, que sempre refreava os seus impulsos revolucionários, pois era da repartição que tirava o sustento do pai enfermo. Os irmãos estavam crescidos. Trabalhavam. Contribuíam, como ele, para o sustento da casa. Tinha chegado a hora de gritar: basta!” (BARBOSA, 1988, p. 204).

Vendo que a cidade que tanto amava se partia cada vez mais em duas, aquela saneada, bela, branca, rica em contraposição àquela doente, feia, negra e pobre, se levantava contra o modelo de sociedade que se impunha utilizando-se para isso de qualquer modelo que lhe parecesse prover uma solução para tal

dilema. Os constantes ataques que os operários sofriam em suas greves, sendo por vezes expulsos do país, somaram-se à utilização da máquina pública para a repressão, e o ideário igualitário por detrás da teoria anarquista despertaram o interesse de Lima Barreto. Se o escritor se levanta em defesa do movimento anarquista operário, credito essa defesa menos a uma filiação estreita aos seus princípios, vide que continuava a defender a existência do Congresso, e mais a um alinhamento sentimental - a luta contra o capitalismo e a burguesia poderia se servir de qualquer arma.

O mesmo pode ser dito de sua filiação à corrente chamada de maximalista. Tendo vivido durante os primeiros anos da Revolução Russa de 1917 e recebendo informações limitadas quanto a ela, nutre um sincero interesse pelas teorias que a sustentam. A dificuldade de angariar informações em uma época de comunicações por meios físicos além da pouca disponibilidade de livros sobre o comunismo e sobre a Rússia fizeram com que Lima tomasse conhecimento do ideário Russo por meio do autor argentino Ingenieros²⁶. Este estudioso argentino se inspira diretamente em Lênin para propor o que chama de maximalismo - interpretado por Lima como a defesa do máximo de reformas no menor tempo possível. Seguindo esse teórico e adaptando ao contexto local, Lima propõe quatro reformas para o seu programa maximalista: revisão dos fundamentos da propriedade; confisco dos bens de certas entidades religiosas; fim do direito de testar (fazer testamento); instituição do divórcio.

Esses princípios são expostos pelo escritor em um artigo de 1918, publicado no jornal *A.B.C.*, intitulado *No ajuste de contas* – também conhecido como manifesto maximalista. Partindo de uma crítica geral à burguesia, e ao enriquecimento sem limites que ela consegue à custa dos pobres, coloca:

“A propriedade é social e o individuo só pôde e deve conservar, para elle, de terras e outros bens tão somente aquillo que precisar para manter a sua vida e de sua família, devendo todos trabalhar da forma que lhes fôr mais agradável e o menos possível, em beneficio commum.” (BARRETO, 1923, p. 44).

²⁶ José Ingenieros (1877-1925), pensador Argentino responsável pelo discurso intitulado *Ideales viejos e ideales nuevos. Significación histórica del Movimiento Maximalista* (1918). É sobre esse discurso que Lima Barreto se apoia para fazer o seu manifesto (BARBOSA, 1988).

Seus ataques se direcionam ao regime de propriedade, num claro apoio a uma política redistributiva, mas sempre mantendo a característica nacional em primeiro plano:

“Caracterizando, assim, o que ele considera como o aspecto social da propriedade, e salientando a importância de considerá-la voltada para o bem-estar da comunidade, ele está mostrando que o seu usufruto deve ser proporcional à necessidade individual. Situando esse ponto de vista no contexto da sociedade brasileira, Lima Barreto propõe a terceira e mais importante medida de seu manifesto maximalista, ou seja, a reforma agrária.” (AIEX, 1990, p. 21).

Apesar de sempre buscar combater as injustiças com a sua pena, Lima nunca participou ativamente de organizações políticas. Apesar de ter participado de alguns movimentos, como a Liga em defesa dos Aliados (da qual posteriormente se retirou) e a campanha civilista, nunca se filiou a um partido político ou seguiu de maneira constante qualquer um deles. Mesmo apoiando diversas noções que tais movimentos defendiam, não estava completamente de acordo com eles. Ficava, por assim dizer, em um meio termo, guardava certa proximidade com alguns deles, mas sua veia crítica não era posta de lado. Lima não era verdadeiramente um anarquista ou maximalista, mas antes de tudo um anti-capitalista:

“Diante dessa ‘confissão’ e do próprio alcance até certo ponto limitado do ‘ajuste de contas’ proposto à sociedade brasileira, fica evidente que seria precipitado e inadequado classificar Lima Barreto de maximalista ou socialista. O mais apropriado seria admitirmos que tamanha era sua insatisfação e sua crítica em relação ao capitalismo, que a vontade de subvertê-lo era capaz de mantê-lo permanentemente mobilizado nesse sentido. Para isso, aceitava ser chamado e até mesmo se autodenominava anarquista, maximalista ou socialista, por exemplo, mas porque não suportava viver numa sociedade marcada por profundas e desumanas desigualdades de toda ordem.” (BOTELHO, 2001, p. 132).

2.1.3 Feminismo

De todas as reformas que propõe uma se destaca:

“Todas estas medidas [propostas do maximalismo] têm caracter financeiro, sem deixar de ter social; mas, a que me parece, mais urgente, é uma reforma radical do casamento, medida puramente social. (...) Continuará a monogamia a ser a forma legal do matrimônio, mas suprimiria toda essa palhaçada de pretoria ou juizadas de paz. O Estado só interviria para processar e condenar o bigamo; tudo o mais correria por conta das famílias dos nubentes. Os pães e que se encarregariam do processo, hoje chamado — papeis de casamento — e das cerimônias que fossem de seu gosto realizar; e o Estado só saberia do caso, como actualmente, com o nascimento, por comunicação escripta das partes, para o competente registro. Não haveria nunca comunhão de bens; a mulher poderia soberanamente dispor dos seus.” (BARRETO, 1923, p. 48).

Diferentemente das outras propostas que têm entre si um caráter assumidamente econômico, a possibilidade de separação parece conter no seu cerne apenas a luta pela igualdade. De fato, Lima Barreto nutria um ódio em relação aos uxoricidas, que nesta época tinham como justificativa padrão a defesa da honra. No entanto, não é possível dizer que sua ojeriza se baseava pura e simplesmente em um ódio irracional. Sua defesa do direito das mulheres de se separarem dos seus maridos deve ser entendida na mesma lógica dos demais pontos do seu manifesto maximalista. Há na defesa de Lima o mesmo combate à propriedade, ou seja, ao capitalismo, que há nas demais. O problema central aqui não é tanto os direitos das mulheres em si, mas o homem torna-las propriedades negando a busca da felicidade.

Essa defesa fica mais clara quando contrapomos o que expõe no seu Manifesto com o tratamento que dá ao movimento feminista. Mesmo apoiando a libertação das mulheres do casamento, que considera uma quase-escravidão, fez diversas críticas ao movimento feminista de sua época. Na sua visão, o movimento feminista não passava de um “partido de cavação” em que a luta travada por seus membros era para ocuparem o maior número de cargos possíveis, e não a “verdadeira libertação feminina”²⁷

“(...) contra tão desgraçada situação da nossa mulher casada, edificada com a estupidez burguesa e a superstição religiosa, não se insurgem as

²⁷ É de se ressaltar que, no ataque, Lima se utiliza de uma leitura da Constituição que destaca o gênero masculino das palavras utilizadas na carta para defender a empregabilidade apenas dos homens.

borrabotas feministas que ha por ahi. Ellas só tratam de arranjar manhosamente empregos públicos, sem lei hábil que tal permitta. E' um partido de 'cavação', como qualquer outro masculino.” (BARRETO, 1923, p. 112).

Ao contrário do que a princípio nos pareceria, Lima Barreto não poderia ser intitulado um feminista. Na realidade, se contrapunha a diversos desejos dos nascentes movimentos feministas. Para o escritor, não havia motivos para que se igualassem mulheres e homens nos seus direitos cívicos, afinal as mulheres tinham uma educação voltada para fins diversos do masculino. Assim, questiona pontos fundamentais do movimento, como o acesso a empregos públicos. Não quero entrar na discussão dessa aparente contradição do autor. O intuito aqui é apenas demonstrar que não se pode entender Lima Barreto como um feminista, assim como no tópico anterior não poderíamos filia-lo diretamente a uma corrente anarquista. É necessário matizar a defesa que faz das mulheres, não as trata como uma minoria que deveria ter sua igualdade reconhecida, mas pelo viés de quase mercadoria que esse gênero sofre ao ser trocado entre homens pelo ato do casamento. Se nos parece estranho que um escritor sensível perante o problema do negro, não disponha da mesma percepção perante a mulher, é porque olhamos o objeto com olhos de um pesquisador do século presente. Por mais que houvesse um movimento feminista nascente, ele não detinha ainda a proeminência de lutas mais antigas e estabelecidas - e porque não dizer masculinas.

Apesar disso, não é possível isentar completamente Lima desses ataques a uma minoria excluída, talvez exemplo único em seu *corpus*. É apenas possível conjecturar sobre os motivos que levam Lima a essa contradição; poderia ser a aversão ao utilitarismo? Dificilmente a busca dessa explicação seria profícua. De qualquer maneira, é interessante se afastar do simplismo que algumas interpretações carregam ao salientar a falta de um olhar ao elemento feminino como diretamente caudatária da ausência de um contato mais íntimo com mulheres (BARBOSA, 1988).

No capítulo seguinte reconstruirei a trajetória de vida de Lima Barreto, mas podemos nos adiantar no ponto em questão. Como assinala Barbosa (1988), não há indícios de que Lima Barreto tenha tido relações íntimas duradouras com mulheres, ou mesmo que travasse diálogos constantes com elas (com exceção de sua irmã) –

seu trato com as mulheres sempre se mostrou respeitoso, mas distante. Na biografia que constrói do literato, Barbosa deixa claro em diversos pontos que o mundo em que Lima transitava um mundo exclusivamente masculino. As mulheres não apenas não faziam parte de sua vida íntima como também não despertavam o mesmo interesse que seus companheiros do sexo masculino. Assim, optava por se manter afastado de conversas que trouxessem algum caráter obsceno. Essa característica do escritor parece a Barbosa se refletir também na sua produção artística:

“Ao contrário dos personagens masculinos, de traços vigorosos, gente viva, de carne e osso, as mulheres que transitam nos seus romances são apenas desenhadas, vagas, imprecisas, faltando-lhes densidade, por culpa talvez desse desconhecimento da alma feminina” (BARBOSA, 1988, p. 235).

Por mais que seu afastamento do mundo feminino tenha contribuído para a pouca base criativa à disposição para a construção romanesca, há de se buscar outras explicações para a lateralidade das personagens femininas. Seu intuito de fazer uma literatura que militasse em diversas frentes provocava a necessidade narrativa de personagens masculinos: dado o protagonismo social do homem neste período, não havia como o romancista colocar uma personagem feminina no centro de sua obra sem perder o efeito de realidade que surge da conexão entre obra e sociedade. Lembremos que se trata de uma sociedade machista na qual o homem é o centro efetivo da vida política e econômica, portanto, para que fosse possível conjugar as diversas temáticas que sua produção abarca, fez-se necessário que Lima escolhesse figuras masculinas como personagens centrais.

Um exemplo significativo nesse aspecto é o conto, depois transformado em romance, *Numa e a Ninfa* (BARRETO, 1950). Neste romance o eixo central gira em torno de Numa, um aspirante aos altos cargos da política. Antes que conseguisse seus objetivos políticos, e como era quase um padrão na sociedade de então, Numa se casa com Edgarda, filha de um importante chefe político. Esse casamento, além de selar um acordo político, acaba por se revelar a chave para o sucesso na tribuna de Numa, pois que sua pusilanimidade no Congresso só é compensada pela qualidade dos discursos que a sua esposa escreve. Dessa forma, temos uma reviravolta no romance, onde a carreira aparentemente fadada ao sucesso de Numa só é completamente concluída com a inserção do elemento feminino, que é claro, deve ficar escondido da sociedade. Para salientar esse fato, Lima insere a traição de

Edgarda e o posterior descobrimento da infidelidade da esposa por parte de Numa como elemento caricato que salienta a necessidade de que Numa tinha da mulher – o elemento cômico é conseguido pela aceitação da traição como forma de não perder os discursos de sucesso.

Assim, neste romance um personagem central masculino que é na verdade um espectro do feminino. Enquanto o polo masculino é determinado pela incapacidade intelectual e pelo arrivismo, o feminino é dotado de uma vontade de viver e de uma inteligência acima de seu meio. Apesar disso, a essa personagem não é permitido ocupar o primeiro plano do romance. Toda a ação tem de ser feita de maneira a se respeitar um sentido de realidade que só comporta o homem como figura de ação, mesmo que como mera marionete da mulher. O exemplo de *Numa e a Ninfa* mostra como o combate ao feminismo que Lima perpetuava não significava que compactuasse da ideia de inferioridade intrínseca do intelecto feminino. Não negava a capacidade intelectual delas, mas não compactuava com o uso de um movimento social com vistas a um ganho profissional que parecera a Lima apenas uma tentativa de angariar cargos. Vejamos a seguir o exemplo de outra obra de Lima, uma em que a personagem feminina é central, e que trata a problemática feminina de um ângulo diferente.

A obra *Clara dos Anjos* parece exercer um contraponto à tese de uma personagem feminina seria frontalmente contrária ao senso de realidade do leitor – já que a personagem-título é feminina. Apesar disso, todo o enredo parece contradizer essa impressão primeira. Como vimos, não é Clara quem dá o tom do romance: antes é Cassi quem movimenta a narrativa. A personagem principal, definida pelo seu próprio criador como amorfa, não consegue se impor em nenhum momento, sempre se apresentando como um objeto que recebe passivamente a ação das personagens ao seu redor. Em tudo Clara se apresenta como um oposto de Edgarda; não é possível a ela nenhum tipo de protagonismo, nenhum grande arroubo de inteligência, apenas aparecendo um lampejo de consciência no fim do romance. Pareceria então que este romance serve para comprovar que Lima realmente tinha algum tipo de preconceito contra as mulheres. Uma leitura profunda revela que na verdade aqui se dá o mesmo sentido que defendi anteriormente. Clara não é fraca por ser uma mulher, mas por ser o fruto de seu meio e de uma educação

perniciosa - muito semelhante ao sentido que Isaías é construído. A crítica que subjaz é, portanto, à condição desprivilegiada em que mulatas do subúrbio são relegadas pela sociedade, logo temos novamente uma crítica ao sistema.

Mesmo a reduzida presença feminina nas páginas dos escritos de Lima merece uma atenção especial. Apesar de ocuparem um espaço secundário em relação aos personagens masculinos, dão movimento à narrativa pela contraposição com estes. Na relação entre os gêneros são ressaltadas as características dos homens, as mulheres servem como instrumento narrativo de ampliação – uma verdadeira lupa ao leitor. Olga, a afilhada do Marechal Policarpo Quaresma, é aqui o melhor exemplo. Não apenas ela representa um quase ideal do que seria uma mulher independente na visão de Lima, excetuando-se o fato de ter se casado por obrigação, como também é ao mesmo tempo simpática e crítica ao padrinho. Pelos olhos dela nos é possível decifrar o quanto as ideias de Quaresma parecerão sem sentido quando confrontadas com a realidade. Mesmo que a presença de uma personagem feminina com tal impacto na obra seja rara na produção barretiana, ela demonstra que o motivo disso não era um desconhecimento completo do mundo feminino, mas uma escolha narrativa. Essa escolha passava pelo seu crivo crítico a um sistema que impunha uma condição subjugada às mulheres.

Se algumas vezes Lima foi tratado como antifeminista pelos ataques que fez contra o nascente movimento, é preciso contextualizar novamente seus escritos para que tenham o devido entendimento. O que critica nestes movimentos não é seu caráter de defesa da mulher, mas antes o que via como uma tentativa de angariar empregos e sinecuras em detrimento das habilidades pessoais.

2.1.4 Literatura

“(...) assim como querem todos os mestres, eu tento também executar esse ideal em uma língua inteligível a todos, para que todos possam chegar facilmente à compreensão daquilo a que cheguei através de tantas

angústias. No mundo, não há certezas, nem mesmo em geometria; e, se alguma há, é aquela que está nos Evangelhos: amai-vos uns aos outros.”²⁸.

Pelo que já expus, se nota que Lima Barreto não se eximia de temáticas polêmicas. Para o escritor, sua pena era uma arma de ataque, deveria ser utilizada como instrumento de libertação dos homens. É sobre essa visão própria da literatura que irei me deter. Abordarei mais à frente a condição da literatura neste período, mas para melhor compreender o que Lima entendia por literatura uma breve introdução se faz necessária. Partindo da noção construída por Bosi (1973) na sua classificação do pré-modernismo, temos neste período poucas inovações estéticas e temáticas. Encontramos neste período dois grupos: de um lado os realistas e naturalistas. Advindos de uma geração anterior, já estavam estabelecidos como escritores. De outro, temos os simbolistas e parnasianos, uma geração surgida já na República.

Furtar-me-ei aqui de entrar numa discussão sobre os estilos literários. Não apenas isso foge do escopo da pesquisa, mas, principalmente, é uma tentativa inócua para ela de enquadramento de um conjunto de intelectuais em uma ou outra corrente com traços semelhantes. Voltando aos grupos, os realistas e naturalistas, já tinham chegado a seu auge quando Lima começa a escrever e são representados principalmente pela figura de Machado de Assis. Apesar de vários deles continuarem vivos e ativos na sua produção no período em que Lima viveu, já demonstravam clara perda de vigor no volume de produção e na penetração de sua literatura. Já o segundo grupo, apesar de ser mais atual em relação a Lima, no sentido geracional, não guardava as mesmas preocupações de ligar o fazer literário à ação política. Neste grupo se destacou no Brasil o parnasiano, que tinha como cerne de suas obras uma estética helenizante e uma preocupação formal com a linguagem. Apesar das exceções, essas correntes literárias não mantinham o que poderíamos chamar de literatura militante.

Por literatura militante entendo aquela produção que propõe um sentido de mudança na sociedade nacional. Sei da fragilidade desse termo, mas opto por usá-lo para diferenciar esse tipo de literatura tanto daquela superficial quanto da

²⁸ BARRETO, Lima. *Amplius*. 2011.

puramente crítica. Ao analisar as obras de Euclides da Cunha e de Lima Barreto, Sevcenko (1999) mostra que uma de suas semelhanças é a busca de um sentido para a humanidade, notadamente para a civilização brasileira. Ambos os autores procuram nas suas obras refletir sobre o destino dos homens e propor um caminho que julgam mais adequado. No entanto, discordam profundamente sobre qual seria o melhor caminho a ser trilhado. O que quero ressaltar é que ambos procuram fazer de sua literatura um instrumento para a mudança social. É assentada sobre o intuito de mudança da sociedade brasileira, pensada em termos de uma originalidade nacional, que a literatura de ambos se constrói. Lima Barreto e Euclides da Cunha são dentro do universo de literatos de sua época exceções ao unirem literatura com mudança social, se guardam diferenças entre o caminho, o fim que procuram é essencialmente o mesmo.

Não bastava para Lima a mera descrição da sociedade. Tampouco era suficiente a crítica pela crítica. Que sempre lhe parecera vazia de sentido, pouco comprometida com o efetivo sentido de mudança que carrega. A literatura deveria carregar consigo um sentido maior, algo que as demais atividades humanas não podiam carregar. Neste aspecto é interessante tomarmos como contraexemplo o maior expoente literário da época, Machado de Assis.

Uma leitura superficial das produções ficcionais do fundador da Academia Brasileira de Letras deixa de lado a crítica subsumida nos dramas dos personagens que se entrelaçam de maneira a formar uma teia reveladora dos dilemas da sociedade burguesa em que se situam. Ao cotejarmos a obra de maneira a penetrar sua opacidade, a crítica à sociedade burguesa é levada à luz, tornando-se um elemento fundamental para a economia do romance. Essa vertente crítica atravessa seus melhores romances sem que seja feita em uma síntese, sem que sejamos apresentados a uma conclusão de qual caminho deveria ser seguido. Torna-se, assim, algo aberto à interpretação do próprio leitor, como se a ambiguidade de Bentinho em relação à Capitu, por exemplo, pudesse ser estendida a toda a crítica da obra. Apesar disso, essa visão reveladora da sociedade não se condensa e, projeto político de mudança.

A necessidade de uma leitura aprofundada da obra machadiana para o discernimento da crítica subjacente ao texto é um dos fatores que diferenciam os

autores. Para o leitor de Machado há a necessidade de uma reflexão profunda que envolva texto e contexto de maneira a desvelar o subtexto. Já o texto barretiano envolve uma discussão muito mais direta: sua crítica, mesmo que também se referindo ao contexto, é elevada à superfície textual. A diferença entre as posturas críticas dos autores se devia menos à leitura que faziam da sociedade e mais da função que imputavam a sua literatura.

Justamente esse aspecto pouco intervencionista da literatura de Machado era o alvo da crítica barretiana. Reconhecia a capacidade artística de Machado, mas não pactuava com sua perspectiva de literatura. Isso fica claro, em um artigo intitulado *Uma Fita Acadêmica* para o jornal A.B.C. em 1919 no Lima Barreto responde as opiniões de Pedro Lessa no seu discurso para a Academia de Letras:

"A Arte cujo dever é representar, com os seus recursos e os seus métodos, tendo por 'limite' a Natureza, há de abstrair muito e muito menos que qualquer das ciências elevadas. Pode haver nela uma espécie de abstração, mas não de que nos fala o doutor Pedro Lessa.

Um escritor cuja grandeza consistisse em abstrair fortemente das circunstâncias da realidade ambiente, não poderia ser - creio eu - um grande autor. Fabricaria fantoches e não almas, personagens vivos.

Os nossos sentimentos pessoais, com o serem nossos, são também reações sociais e a sociedade se apóia na terra.

No meu humilde parecer, Machado de Assis não abusava, como quer o Senhor doutor Pedro Lessa, do poder de abstração.

Não tocava, é verdade, em certos detalhes, em certas atitudes de seus personagens por isso ou aquilo; evitava pôr em cena certos ou punha pelos nomes aqueles personagens indispensáveis às suas criações com as quais antipatizava; mas indicava ligeiramente êsses detalhes, essas atitudes, para poder caracterizar a sua novela.

É a sua fraqueza, que o Senhor doutor Pedro Lessa quer fazer fôrça."
(BARRETO, 1956, p. 38).

Este trecho deixa entrever ao mesmo tempo o que Lima entendia ser o dever da literatura e, por conseguinte, o que pensava de Machado de Assis. É claro que reconhece a qualidade do escritor, ao mesmo tempo em que aponta como seu maior

defeito justamente o fato de não direcionar esse talento para a mudança social. Tal aspecto da literatura machadiana é tão premente que nesse mesmo artigo, ao questionar as comparações de Pedro Lessa entre Machado e outros escritores define a literatura deste da seguinte maneira:

"Machado era um homem de sala, amoroso das coisas delicadas, sem uma grande, larga e ativa visão da humanidade e da Arte. Ele gostava das coisas decentes e bem postas, da conversa da menina prendada, da garridice das moças. Quem inventou êsse negócio de humoristas ingleses para ele, foi o grande José Veríssimo que admirava com toda a razão Machado de Assis: mas eu sei bem porque êle inventou essa história..." (BARRETO, 1956, p. 41).

Tomei o caso de Machado justamente porque ele se contrapõe à maior parte dos seus contemporâneos. Enquanto a literatura machadiana é carregada de uma crítica social, a de outros autores da mesma época, com raras exceções, é marcada pela ausência de crítica ou militância. Colonizada pelo mundanismo, a literatura da *Belle Époque* se mostrava refratária a qualquer discussão mais profunda sobre a ordem social. Sua superficialidade permitia que ela mantivesse sempre *pari passu* com as tendências da moda, em detrimento de um espaço de reflexão política mais detida.

Nada podia estar mais afastado da concepção de literatura de Lima. Para ele a literatura não era apenas um veículo de transmissão de ideias entre os homens: ela guardava um caráter transcendental em relação à própria existência, permitindo que as almas se comunicassem entre si com vistas a um melhor entendimento dos seres humanos em busca da felicidade. Fundindo essa concepção mística com sua identificação com aqueles seres humanos mais desafortunados, pressupunha ser possível mudar o destino dos oprimidos a partir do momento em que toda a humanidade compreendesse que era una, inclusive no seu sofrimento. Há uma dificuldade interpretativa dessa concepção *sui generis* do que seria a função da literatura para Lima que passa pela ausência de um conceito elaborado de maneira coesa. A falta de um conjunto de escritos que defina em linhas precisas o que seria essa literatura não permite que seja traçada uma definição precisa.

De qualquer forma, podemos inferir o quanto sua concepção de literatura se afastava na prática da militância que apregoava. A comunhão dos homens de que

fala Lima carece de quaisquer apontamentos que demonstrem de qual maneira poderia ser posta em prática. Essa característica intangível de sua concepção faz com que a militância de sua literatura se enfraqueça, tornando opaca sua diferenciação em relação à literatura crítica.

Apesar dessa falta de aplicabilidade de um conceito tão etéreo quanto a função da literatura, é notório o intuito de rompimento com uma ordem opressiva. Nada poderia ser mais distante desse objetivo que uma literatura que prezasse apenas pela estética, principalmente se esta estética fosse baseada em modelos estrangeiros e passadistas como a dos parnasianos. Vejamos o autor em suas próprias palavras:

“Isto [militam] em geral dentro daquele preceito de Guyau que achava na obra de arte o destino de revelar umas almas às outras, de restabelecer entre elas uma ligação necessária ao mútuo entendimento dos homens. Eu chamo e tenho chamado de militantes, às obras de arte que têm semelhante escopo.

(...)

A velha terra lusa tem um grande passado. Nós não temos nenhum; só temos futuro. E é dele que a nossa literatura deve tratar, da maneira literária. Nós nos precisamos ligar; precisamos nos compreender uns aos outros; precisamos dizer as qualidades que cada um de nós tem, para bem suportarmos o fardo da vida e dos nossos destinos. Em vez de estarmos aí a cantar cavalheiros de fidalguia suspeita e damas de uma aristocracia de armazém por atacado, porque moram em Botafogo ou Laranjeiras, devemos mostrar nas nossas obras que um negro, um índio, um português ou um italiano se podem entender e se podem amar, no interesse comum de todos nós.

A obra de arte, disse Taine, tem por fim dizer o que os simples fatos não dizem. Eles estão aí, à mão, para nós fazermos grandes obras de arte.” (Literatura Militante. A.B.C. 7-9-1918) ²⁹.

É possível tirar dessa e de outras produções do autor diversos fragmentos que indicam aquilo que entendia como papel da literatura, mas, assim como nas suas posições políticas, não encontraríamos um todo acabado e coerente. Podemos

²⁹ BARRETO, Lima. In: *Marginália*. Pp. 43-44.

discernir o âmago desse posicionamento, aquele centro que parece irradiar os seus ataques. Esse centro é um misto de missão com espiritualismo. A literatura deveria ser feita para melhorar a vida dos seres humanos, isso só seria possível através da sua capacidade de se comunicar ao espírito. Tal significa que, irradiando as concepções do autor, sua literatura ecoaria nos seus semelhantes de maneira a trazer maior compreensão, e logo maior comunhão. Essa concepção guarda, portanto, uma chave mística, em grande parte inspirada em Tolstói, em tudo avessa ao utilitarismo corrente na literatura de sua época.

Os diversos embates em que Lima se colocou, seja em sua produção ficcional ou não ficcional, se tornam mais claros quando compreendemos sua ligação com a função da literatura. Esse estilo combativo não foi fruto de um momento libertário surgido após sua ligação com os movimentos anarquistas. Toda sua concepção de literatura já havia sido estabelecida quando da confecção da *Floreal* (1907). Podemos ver que sua produção e sua simpatia pelo anarquismo mantêm uma semelhança: o eixo principal que move ambas é a preocupação com a mudança social. O que há de fundamental nas produções de Lima, sejam literárias ou políticas, é a busca pelo desenvolvimento da humanidade no sentido de torná-la algo no qual os seres humanos poderiam partilhar uma experiência de vida com menos agruras. Essa concepção transparece na referida revista:

“Temos grandes duvidas, insisto, mas não tantas que façamos residir toda a grandeza da litteratura, todo o seu alcance e destino superiores, em rutilantes chronicas duvidosamente impressionistas ou no desenvolvimento em conto das anedoetas da folhinha Laemmert.

Taes cousas podem ser justas, como descanso de obra maior ou como meio de vida, mas não dando nunca direito aos pontificados literários que hoje, devido ao tam-tam dos jornaes, dão aos que usam e abusam dellas.

E de tal forma sentimos que o publico (tão habituado anda elle aos processos jornalísticos!) nos era inaccessible se não lhe déssemos aqui alguma cousa do jornal, que fomos buscar numa revista estrangeira um modelo que participasse das duas cousas.” (BARRETO, 1907, p. 6).

Nessa época, Lima ainda não havia construído por completo o seu arcabouço teórico - na realidade ele nunca parou de construí-lo. De qualquer maneira, com o passar dos anos complexificou sua teoria tornando-a mais coesa. Em uma conferência na única viagem que fez para fora do estado do Rio de Janeiro, à cidade paulista de Mirassol, expressa todo seu pensamento:

“Sendo assim, a importância da obra literária que se quer bela sem desprezar os atributos externos de perfeição de forma, de estilo, de correção gramatical, de ritmo vocabular, de jogo e equilíbrio das partes em vista de um fim, de obter unidade na variedade; uma tal importância, dizia eu, deve residir na exteriorização de um certo e determinado pensamento de interesse humano, que fale do problema angustioso do nosso destino em face do Infinito e do Mistério que nos cerca, e aluda às questões de nossa conduta na vida.” (BARRETO, [2010], p. 37) ³⁰.

Há nisso uma forte aproximação com o místico. Embora não fosse um fervoroso religioso, Lima Barreto também não podia ser classificado como um ateu. Seus modelos nesse aspecto se aproximavam dos escritores russos, principalmente Tolstói e Dostoiévski, com os quais compartilhava o sentido de uma cristandade mística e difusa. Isso se mostra com toda a sua força em trecho da mesma conferência mencionada acima, onde Lima compara a trama em torno do crime perpetrado pelo personagem dostoiévskiano de *Crime e Castigo*, Raskolnikov, e a obra dos escritores parnasianos:

“Nisso tudo que é, resumida e palidamente, a obra do grande escritor russo, não há nada de comum com o que os escritores mais ou menos helenizantes chamam belo; mas, se assim é, onde está a beleza dessa estranha obra? - pergunto eu.

Está na manifestação sem auxílio dos processos habituais do romance, do caráter saliente da idéia. Não há lógica nem rigor de raciocínio que justifiquem perante a nossa consciência o assassinato, nem mesmo quando é perpetrado no mais ínfimo e repugnante dos nossos semelhantes e tem

³⁰In: Impressões de Leitura, O Destino da Literatura. Revista Sousa Cruz, ns. 58-59, outubro e novembro de 1921

por destino facilitar a execução de um nobre ideal; e ainda mais no ressumar de toda a obra que quem o pratica, embora obedecendo a generalizações aparentemente verdadeiras, executado que seja o crime, logo se sente outro — não é ele mesmo.

Mas esta pura idéia, só como idéia, tem fraco poder sobre a nossa conduta (...) É preciso que esse argumento se transforme em sentimento; e a arte, a literatura salutar tem o poder de fazê-lo, de transformar a idéia, o preceito, a regra, em sentimento; e, mais do que isso, torná-lo assimilável à memória, incorporá-lo ao leitor, com auxílio dos seus recursos próprios, com auxílio de sua técnica.

(...)

a arte literária se apresenta com um verdadeiro -poder de contágio que a faz facilmente passar de simples capricho individual, em traço de união, em força de ligação entre os homens, sendo capaz, portanto, de concorrer para o estabelecimento de uma harmonia entre eles, orientada para um ideal imenso em que se soldem as almas, aparentemente mais diferentes, reveladas, porém, por elas, como semelhantes no sofrimento da imensa dor de serem humanos.

É por aí, segundo a minha humilde opinião, que devemos orientar a nossa atividade literária e não nos ideais arcaicos e mortos, como este, variável e inexato, que a nossa poesia, tanto velha, como nova, tem por hábito atribuir à Grécia. Insisto neste ponto porque ele me apaixona, tanto assim que, aqui e ali, sempre que posso, tenho combatido esse ideal grego que anda por aí.“ (BARRETO, [2010], p. 38-39)³¹.

Como é claro no excerto acima, literatura era para Lima Barreto o oposto daquilo que faziam os parnasianos. Esse ataque direto se fazia porque o ideal tipo daquilo que um literato não deveria executar do ponto de vista de Lima Barreto era a própria literatura parnasiana. Não que outras correntes e autores não fossem alvo de sua crítica, como o próprio Machado o foi pelo caráter “burguês” e “de alcova” da sua literatura (BARBOSA, 1988), mas nenhum representou com tantos traços o que não era verdadeira literatura para Lima.

Os diversos posicionamentos de Lima podem ser considerados como ambivalentes. Afastando-nos momentaneamente da discussão do projeto literário de

³¹ ibidem.

Lima em si, focarei na relação entre Lima e Machado para demonstrar como essa ambivalência é reveladora de um movimento de aproximação e afastamento entre as possibilidades que se lhe apresentam. Essa movimentação não se dá a esmo nem é apenas um reflexo de uma estrutura superior, antes o agenciamento de si é uma característica importante para entendermos a trajetória de Lima Barreto. Seguiremos de perto o recente artigo de Lilia Schwarcz (2014) no qual a autora faz um balanço das relações entre os dois autores, notadamente na auto e alter construção da imagem de Lima como contraposta à de Machado. Se para o autor de *Policarpo Quaresma* era inegável a qualidade artística do autor de *Memórias Póstumas* - basta comparar tais críticas com as que desferiu à Coelho Neto - também era impossível que aceitasse subservilmente a superioridade machadiana. Esse conflito, deixemos claro, não ocorreu de maneira aberta. Publicamente Lima criticou apenas uma vez Machado, na conferência aludida acima, mas em correspondências pessoais e no subtexto de seus textos curtos tais críticas eram mais constantes. Essa crítica não se tratava essencialmente de um antagonismo de Barreto à pessoa de Machado, mas sim em relação ao que ele representava:

“Dessa maneira, Machado ia virando referência de referência; símbolo de uma situação social e econômica que nosso escritor sempre alegava não possuir (ou desejar). O truque, tal a insistência, vai virando discurso recorrente. Identidade é construção social, marca de pertencimento e, ademais, é sempre produzida em relação. No conjunto dos textos, em pequenos fragmentos ou referências soltas, Lima vai moldando seu perfil, por oposição a uma série de personagens e instituições. A ABL e o Itamaraty estavam no centro desse alvo, assim como Coelho Neto, Rui Barbosa e sobretudo nosso Machado. (...). É esse o modelo preconizado por Lima Barreto, o qual, a despeito de se apresentar como ‘vítima’ de seu momento -e evidentemente o é- também negocia com seu tempo e manipula no sentido de se construir na contracorrente” (SCHWARCZ, 2014, p. 48-49).

Nessa construção por oposição a Machado de Assis, Lima alicerça o seu conceito de literatura. Apesar de suas ambiguidades, essa visão nos permite enxergar o que o próprio autor definira como literatura pela oposição ao que estava em voga. Essa postura não se reflete apenas nessa concepção, perpassando desde as suas atitudes boêmias até a forma que escolhe para a sua literatura. O

posicionamento de Lima é sempre fruto de uma dupla afirmação, tanto do que dizia ser quanto de contra quais posições estava dialogando.

Em sua correspondência (BARRETO, 1956) há algumas referências que demonstram que não gostava da comparação com o ícone da literatura nacional. Essa aversão, estranha para um escritor que almeja o sucesso literário acima de tudo, não pode ser buscada apenas pela falta de combatividade que via em Machado. É preciso entender que a recusa da comparação tem como intuito maior (oculto) o de diferenciação. Lima Barreto queria acima de tudo ser reconhecido pelo seu talento, não queria ficar à sombra de quem quer que fosse. Ao deslocar o eixo argumentativo da qualidade literária machadiana para a potencialidade transformativa dela, opera uma tentativa de capitalização pela diferenciação que dependeria seu logro do reconhecimento dos pares.

A questão da função literária está intimamente ligada à maneira que Lima concebe de produzir literatura. Dentro do seu projeto de literatura militante, exposto no seu artigo *Amplius*, alguns pontos sobressaem como fundamentais. O primeiro deles é quanto ao uso da linguagem, da forma de escrever. O próprio Lima foi alvo por diversas vezes de críticas em relação à maneira que escrevia, numa linguagem direta e pouco rebuscada. Essa maneira de escrever se ligava ao ponto de que para ele o fundamental era a mensagem, conseguir se comunicar com o seu público e por meio da palavra chegar aos corações dos leitores. Assim, o hermetismo próprio do texto parnasiano e simbolista lhe pareciam uma verdadeira afronta ao motivo de ser da literatura.

A linguagem utilizada em seus escritos foi umas das inovações formais que Lima alcançou. Se o público alfabetizado era reduzido, o público leitor de livros era ainda mais, e a maneira que encontrou para se comunicar com o maior número possível – lembremos do seu objetivo ao escrever - foi por meio de uma linguagem acessível. É óbvia a ligação que tal linguagem guarda com o seu intuito de ganhar os corações e almas, mas uma ressalva precisa ser feita. Parece-nos que há algo mais em jogo quando se trata de escolher a forma de escrita. Poderíamos imaginar que, com os mesmos objetivos, Lima chegasse a conclusão diversa, e ainda válida, de que deveria se tornar um sucesso de venda. Afinal, se o intuito era de máxima comunicação, não haveria como fazê-la sem leitores.

Somando-se a isso o claro embate que há entre a posição político-literária de Lima e a dos parnasianos, parece se revelar outra motivação – talvez inconsciente. Há nas suas declarações uma tentativa de se posicionar em relação aos demais. Se a maneira que o escritor racionaliza essa luta toma a aparência de um embate sobre os destinos da humanidade, encobre o jogo de posicionamento literário que contém um *ethos* próprio (questão a ser tratada em capítulo posterior).

O fazer literário para Lima também implicava na recusa de temáticas importadas, fator intimamente imbricado com o bovarismo. Neste ponto é preciso deixar muito claro que ele não se opunha à leitura e inspiração em correntes e literatos estrangeiros, como as próprias fontes inspiradoras de sua literatura deixam claro. O que combatia era uma mimese descolada da realidade nacional, uma mera importação que não trouxesse uma reflexão para e sobre o Brasil. É neste ponto que critica o helenismo dos parnasianos, pelo vazio que essa literatura carrega quando transposta para um contexto completamente diferente da sua origem. Procurava com essa nacionalização não tanto a criação de uma literatura nacional como a que a geração Romântica procurara – uma diferenciação com o centro europeu – mas uma reflexão nacional. Para Lima, a questão nacional estava presente, mas não como motor de sua produção, e sim como preocupação de fundo. Deveria ser buscado o máximo de inspiração nos grandes autores e pensadores estrangeiros, mas tal não significava uma transposição pura e simples. O papel dos homens de letras deveria ser utilizar esse ferramental estrangeiro de maneira a melhor refletirem sobre a nação com vistas a leva-la a um futuro melhor.

A literatura e as demais questões tratadas anteriormente podem ser entendidas dentro da perspectiva de Schwarcz, como posicionamento e, ao mesmo tempo, criação de uma imagem de si. Essa agência de Lima teve seu preço em termos de possibilidades (tema do capítulo final):

“Essa opção, literária, política e institucional, por uma arte voltada para o social, e por Lima definida como literatura militante, representou uma saída mas também um impedimento. Era uma porta de escape urdida na luta por um ‘lugar ao sol’ no jardim da literatura. Mas era também uma barreira, uma vez que o recurso caiu pesado na história da crítica literária brasileira.” (SCHWARCZ, 2014, p. 57).

A sua literatura era, portanto, um ataque. Não concebia o escrever bonito, o ideal de arte pela arte, a literatura para um grupo seletivo de pessoas. Lima Barreto escrevia em uma linguagem direta, clara, com personagens caricaturais, tematizando sobre problemas das pessoas de sua época. Tratava-se de um iconoclasta; rompia, assim, com os diversos dogmas que pairavam na literatura da época, não importando que isso significasse se opor a todas as correntes que encontrava no pequeno mundo literário da Primeira República. A literatura era a sua verdadeira paixão e dela fazia tão alta conta que se considerasse necessário romper com todos assim o faria. Esse aspecto “revolucionário” de sua produção é que permitirá a união das diversas temáticas de que tratou, mas também será a fonte da revolta que sentirá por não alcançar seus objetivos, canalizada em outra de suas principais temáticas: o preconceito racial.

2.1.5 Raça e racismo

Raça e racismo eram temas recorrentes na vida de Lima Barreto. De um lado o racismo foi uma constante na sua produção artística, aparecendo como um dos principais motores dos seus enredos. De outro, também teria relevância na concepção que o autor fazia de seu destino. Não acreditando nas teorias raciológicas em voga, mas percebendo sua ação racionalizante sobre o preconceito, por diversas vezes Lima deixa transparecer sua angústia por sentir-se alvo desse preconceito.

O escritor sempre teve em alta conta o seu potencial, sempre se considerou de uma inteligência superior e, quando criticava outros autores de sucesso, sempre o fazia com um misto de despeito, ressentimento e amor-próprio. Pensando-se como um ser superior, tendo exemplos fartos de outros literatos que conseguiram o sucesso, em sua opinião, com menos capacidade - o nome de Afrânio Peixoto sempre presente -, não podia se furtar à conclusão de que se tratava de puro e simples preconceito.

O exemplo mais claro disso se dá com seu romance de estreia, *Isaías Caminha*. O silêncio que se formou ao redor desta obra só foi quebrado quando o

classificaram negativamente como *roman à clef*³², fato que não havia impedido outros romances do mesmo gênero de obter sucesso. Assim, a conclusão de Lima só poderia ser uma:

“À condição de mulato, Lima Barreto atribuiria sem dúvida a má vontade para com o seu livro de estréia. No seu entendimento, a restrição ao romance *à clef* não passava de simples pretexto, encobrindo o verdadeiro objetivo do revide. Tendo o complexo da cor como ponto de partida, o escritor começava a traçar paralelos entre o ‘seu’ caso e o dos ‘outros’.” (BARBOSA, 1988, p. 154).

Também podemos ver a aproximação entre esse romance e a própria história de Lima. Em um episódio contado no seu *Diário Íntimo* (BARRETO, 1956), Lima mostra o seu desgosto ao ser considerado como ocupante de um cargo abaixo do seu, cargo este que já não era elevado, por diversas vezes. A única explicação que pôde formular para essa cena foi o preconceito com sua origem. Uma situação semelhante acontece com Isaías quando, indo para o Rio de trem, reclama o troco de seu café, recebendo uma resposta atravessada do funcionário. Como para deixar claro para o leitor esse preconceito, o rapaz loiro ao seu lado recebe seu troco de maneira imediata.

Não me alongarei nessa análise do preconceito que Lima acreditava ser alvo. Interessa para a presente análise como sua percepção da situação do negro e do mulato aparece em sua produção artística de maneira a conformar-se como exemplo díspar dentre a literatura de sua época.

O terreno de luta simbólica entre Lima e os defensores do racismo se dava ao redor da mesma linguagem, compartilhavam as mesmas referências e os mesmos termos: Lima em diversos artigos e trechos de romances combate com ferocidade a inferiorização do negro pelo cientificismo, apesar disso, não pode escapar da arena em que se estava travando o combate. Saliento esse ponto para demonstrar que, ao negar a validade das teorias raciológicas de sua época, Lima não tinha outro conjunto teórico que pudesse confrontar àquele – ou pelos menos não o utilizou.

³² Tipo de romance sobre a vida real coberto com uma camada de ficção e requer uma chave (*clef*) para que seja possível desvendar sua ligação com a realidade. Essa chave pode tanto vir explícita quanto implícita nos recursos literários – caso este do romance em questão.

Dessa maneira, ao confrontar seus adversários, negava os pressupostos de suas teorias apresentando um vago conjunto de ideias: a comunhão entre os homens.

Interessante notar que, apesar dessa crítica à inferiorização dos negros no Brasil, Lima guardava ainda mais rancor com o racismo nos Estados Unidos. Para ele o racismo que lá havia era de um tipo diferente, mais bruto e mais segregacionista. Por oposição, e seguindo sua linha de pensamento, podemos pensar que havia algo de mais brando nas relações entre negros e brancos no Brasil, assim como vários interpretaram as obras de Freyre. Apesar dessa aproximação, é preciso destacar que Lima não apenas escreveu sobre o racismo, mas também utilizou a sua pena para enfatizar a realidade social pós-escravista de seus irmãos de cor, algo que considero um efeito mais amplo da relação escravista (FERNANDES, 1965).

“(...) Esse breve esboço do significado de Lima Barreto visa situá-lo como um dos primeiros autores que refletiam sobre a condição social do negro e do mulato após a Lei Áurea. Ao procurar uma reabilitação da literatura enquanto veículo de crítica social do primeiro período republicano - antecipando, desse modo, a crítica ao esteticismo parnasiano levado a cabo pelo levante modernista de 1922 - Lima Barreto colocou em pauta o destino dos seus ‘irmãos de infortúnio’ dentro da nova ordem social emergente (...)”

Nessa perspectiva, o escritor carioca construiu uma visão que denunciava a discriminação e a segregação do negro, na medida em que este se via impossibilitado de ascender numa sociedade que o obrigava a ocupar os lugares mais ínfimos. Portanto, Lima Barreto pode ser lido como um autor que não se rendeu às teorias racistas que prevaleceram no meio intelectual brasileiro dos fins do século XIX e início do século posterior.” (GILENO, 1997, p. 37-38).

A maior parte da produção de Lima Barreto passa pela temática do elemento negro de maneira quase indireta. Quando consideramos a maneira pela qual são construídas as personagens e as cenas romanescas, em alguns pontos sobressalta a questão racial muito claramente, mas isso não é uma regra na obra do autor. Antes, seus personagens e a realidade em que se movimentavam eram construídos de maneira a incorporar a marginalidade do negro como pano de fundo, como um pressuposto que o leitor deveria aceitar. Misturando a realidade social multifacetada do subúrbio com os diversos tipos humanos que desenvolveu, criou um todo

complexo onde não havia uma determinante que se pudesse estabelecer como fonte do comportamento de suas personagens. Ponto interessante de dissociação com o pensamento raciológico, já que deste ponto de vista apenas as determinações biológicas é que poderiam explicar o comportamento das personagens. Assim, a marginalidade na construção da obra limiana permitiu que ele trouxesse outros elementos que se combinavam para compor um todo mais rico.

É dentro dessa perspectiva de marginalidade que analiso a questão racial para Lima Barreto. Quando constrói suas personagens, o autor as insere em um meio coercitivo na qual sua capacidade de ação é limitada. As limitações que seus personagens sofrem são múltiplas, a “raça”, o subúrbio, o emprego, a pobreza, etc., mas não as mesmas para todas. Se a cor da pele é um fator fundamental para Isaías e Clara, não podemos dizer o mesmo em relação a Policarpo e a Gonzaga. Os dois últimos vivem suas condições marginais de outra maneira - o primeiro pelo afastamento que o gabinete traz em relação à vida cotidiana, e o segundo pela própria distância da qual perscruta a sociedade.

Voltemos à questão do negro. Num mundo onde impera o liberalismo - teórico - essa classe de pessoas não consegue inserção social. Isso mesmo quando são, como Isaías, dotados de inteligência superior à média. Falta sempre um elemento necessário a todo e qualquer indivíduo que não desfrutasse de uma condição de saída vantajosa - leia-se branco - na vida e desejoso de um futuro melhor: se curvar ao favor³³. Ao elemento marginal, para ter acesso às oportunidades que de outra forma lhe seriam vedadas, só lhe resta se submeter ao branco dominante que mantém para si o domínio da porta de entrada e de saída da sociedade, submissão essa que apresenta o seu efeito máximo no branqueamento, não o das teorias raciológicas, mas o simbólico, aquele que faz de um Machado de Assis mais branco do que negro (veremos neste ponto como a opinião de Joaquim Nabuco é reveladora). Essa transmutação simbólica permitia que a aceitação de elementos “de cor” em contextos sociais brancos se desse de maneira mais fácil.

Essa condição de dependência simbólica e material da população negra era um fruto direto do desenvolvimento da República estudado anteriormente. Na perspectiva barretiana essa questão está presente ao imputar à República a culpa

³³ Na verdade Isaías se curva a ele, mas de maneira incompleta, como demonstrarei adiante.

da ausência de assistência em que a população negra e mulata fora deixada no novo regime (GILENO, 1997). É claro neste ponto o quão próxima essa perspectiva está daquela defendida por Fernandes (1965), já que para ambos a integração do negro nesse novo mundo sempre se deu na periferia do sistema. A diferença entre as posições de Fernandes e de Lima está no fato de que para o primeiro o problema central se dava em torno da integração econômica, enquanto para o segundo a chave do problema se apresentava na forma de racismo puro. Aqui imperava a visão do autor sobre o seu próprio insucesso. Como entender que alguém de valor em uma sociedade liberal não fosse reconhecido? Porque era negro, era a resposta que sempre lhe vinha em mente.

Ao limitar a explicação a apenas a questão racial não atentou para as nuances do nosso sistema de classificação racial. Mais próximo neste aspecto da uma visão norte-americana, Lima deixa de perceber aqueles negros e mulatos que ascendiam socialmente, enbranquecendo no processo. Deixava de perceber ou então simplesmente não procurou aquilo que ruiria com sua explicação simplista. De qualquer maneira, o fato é que foge a Lima uma compreensão mais profunda da inserção do elemento negro na sociedade brasileira. Não percebe que as teorias raciais que tanto critica muitas vezes comportam o elemento mulato numa clara contradição com as teorias raciológicas européias. É impossível afirmar que o motivo se devesse à ignorância de Lima dessas fontes, mas o fato é que deixava de salientar os mulatos e negros como Nabuco e Machado que haviam galgado lugares de destaque na sociedade.

A contradição de sua produção artística aqui se salienta. Enquanto na confecção dos seus personagens e histórias o autor incorpora diversos elementos que tornam o todo mais complexo, na sua conclusão sobre os determinantes da trajetória do negro opta pelo caminho mais simples de culpabilizar apenas o preconceito. Talvez seja isso a fonte do tom de revolta que aparece em alguns livros e que por diversas vezes acaba por prejudicar a economia da obra.

2.2. Trajetória de Lima Barreto

Antonio Candido em *Literatura e Sociedade* (2008) defende uma perspectiva de análise da obra literária que congrega três elementos em relação: o autor, a obra e o público. Preocupado com as formas pelas quais a sociedade e a arte se relacionam, o crítico mostra que, para a sociologia moderna, interessa menos o conteúdo social da obra ou o efeito que esta causa naquela, mas a análise dos tipos de relações e fatos estruturais ligados à vida artística; o verdadeiro objeto do sociólogo que investiga a arte.

“Assim, a primeira tarefa é investigar as influências concretas exercidas pelos fatores socioculturais. É difícil discriminá-los, na sua quantidade e variedade, mas pode-se dizer que os mais decisivos se ligam à estrutura social, aos valores e ideologias, às técnicas de comunicação. O grau e a maneira por que influem estes três grupos de fatores variam conforme o aspecto considerado no processo artístico” (CANDIDO, 2008, p. 31).

Em perspectivas clássicas, essas interações entre os elementos foram tomadas de maneira direta. O autor seria ou o produto direto da sociedade, ou um gênio criativo completamente descolado dela – a obra desse ponto de vista, não seria mais do que um meio de transmissão inócuo. Rejeitando essa ideia, Candido defende que sempre é possível apreender a presença do meio na confecção da obra literária, mas que essa relação pode ser vista sobre diversos ângulos que agregam os três polos da relação autor-obra-público:

“O público dá sentido e realidade à obra, e sem ele o autor não se realiza, pois ele é de certo modo o espelho que reflete a sua imagem enquanto criador. Os artistas incompreendidos, ou desconhecidos em seu tempo, passam realmente a viver quando a posteridade define afinal o seu valor. Deste modo, o público é fator de ligação entre o autor e a sua própria obra.

A obra, por sua vez, vincula o autor ao público, pois o interesse deste é inicialmente por ela, só se estendendo à personalidade que a produziu depois de estabelecido aquele contato indispensável. Assim, à série autor-público-obra, junta-se outra: autor-obra-público. Mas o autor, do seu lado, é intermediário entre a obra, que criou, e o público, a que se dirige é o agente que desencadeia o processo, definindo uma terceira série interativa: obra-autor-público.” (CANDIDO, 2008, p. 48).

A complexidade da obra de arte barretiana exige que façamos uma análise que compreenda todas essas relações. Uma análise formalista das obras não

agregaria os elementos pessoais e sociais que se relacionam dentro dela e que dão a densidade da literatura de Lima Barreto. Por outro lado, não é possível uma ligação direta entre o autor e sua época, pois que, se fruto de seu tempo, Lima nunca foi um exemplar típico dele. Seguindo a ideia de que é necessário também compreender as relações do autor com sua obra e seu tempo, o presente capítulo tomará como centro o próprio escritor como forma de elucidar as relações que desenvolverá com sua obra e com o público - aqui entendido de maneira ampliada³⁴.

2.2.1 Início de carreira

Lima Barreto viveu uma vida que se confundia com os próprios caminhos que a sociedade carioca do início da República estava tomando. Como guia pela sua trajetória de vida utilizarei como fonte principal o livro de Francisco de Assis Barbosa, *A Vida de Lima Barreto*³⁵. Apesar da utilização desse material requerer alguma ponderação devido ao acesso indireto aos fatos que cercam a vida do biografado, temos aqui um caso em que pouco poderá ser questionado. Com o acesso aos escritos que Lima Barreto produziu a fidedignidade da análise biográfica perante o material disponível é averiguável. Uma análise preliminar dos escritos autobiográficos³⁶ de Lima demonstrou que não há diferença significativa entre o percurso da biografia e da própria vida do biografado.

Em que pese a qualidade da análise é preciso problematizar sua utilização como material de pesquisa. Da mesma maneira que tratei os materiais de Lima Barreto com um olhar crítico, mostrando que o autor também se constrói enquanto escreve, é necessário proceder assim também em relação à sua biografia. O

³⁴ Pela relação do autor com sua obra entendo os diversos aspectos que o termo comporta: a escolha de temas, a confecção do escrito em si, o formato e o meio de difusão escolhidos, etc. No caso específico de Lima Barreto o que considero no polo do público inclui não apenas o público leitor direto de suas obras, mas também a própria relação que o autor guardava com a sociedade carioca – perfazendo um polo sociedade/público. A razão para isso será desenvolvida em pormenores mais adiante, mas, previamente, podemos levantar que tanto a recepção quanto o relacionamento entre a o campo literário e o autor são fatores preponderantes para essa escolha.

³⁵ A Primeira edição deste livro data de 1952. A que utilizei aqui é de 1988- sétima edição.

³⁶ Principalmente o *Diário Íntimo*, *O Diário do Hospício* e os trechos selecionados de sua correspondência aos quais tive acesso.

primeiro aspecto que é necessário destacar é de que forma são selecionados e rearranjados os fatos da vida do biografado. Por mais que, à primeira vista, pareça lógico que uma biografia deva ser feita seguindo a linha temporal da vida, na verdade sua construção é feita com recortes selecionados sob a perspectiva de um observador externo e que viveu em outro tempo e contexto. Dessa forma, o que se considera relevante quando se olha um Lima Barreto que já foi “resgatado” do limbo em que se encontrava, não é o mesmo que ele próprio, ou seus pares, consideraria relevante – por mais que se tome cuidado ao selecionar o máximo aquilo que mais importava ao próprio literato.

Barbosa, atento a esta questão, procura sempre se referir ao que o próprio Lima escreveu, ou ao que escreveram sobre ele, sobre suas ações e pensamentos. Apesar de válido, esse movimento faz com que haja uma sobreposição de diversos momentos temporais na biografia. Isso porque, quando cria a estrutura da biografia pensa-a calcada nas questões que moveram a vida do biografado – a criação de uma obra, por exemplo -, mas agrega a elas tanto a reflexão de momento quanto aquelas feitas posteriormente. Ou seja, ao mesmo tempo em que utiliza materiais produzidos no calor do momento, trata como equivalentes outros que só foram criados após anos de reflexão e de história acumulada. Apesar disso não invalidar a construção de Barbosa, é preciso cautela para que também fique clara a construção que Lima fez de si mesmo, olhando sua vida própria retrospectivamente³⁷.

Tomando o trabalho de Barbosa como um todo, a imagem que o leitor é levado a construir sobre o biografado não é isenta. Assim, ao se ler toda a biografia o que salta aos olhos é um ser humano que teve diversas dificuldades em vida, muitas criadas por ele mesmo, que tinha uma qualidade indiscutível e um temperamento irascível. O que se desenha é a imagem de um incompreendido, alguém que deveria ter um lugar no mundo que lhe foi negado injustamente. Se realmente há uma boa dose de verdade nisso, por outro lado essa visão é muito caudatária das avaliações que o próprio Lima fazia de si e da crítica literária posterior que o resgatou do esquecimento. Essa postura faz com que características importantes da vida de Lima ganhem um tom diferente do que tiveram na realidade,

³⁷ O exemplo da Primavera de Sangue que veremos à frente mostra o quanto Lima podia interpretar os fatos de sua vida de maneira a também construir sua história.

principalmente aquelas características negativas que ficam por debaixo do pano da narrativa.

Tratando a biografia em si, ela se inicia por um recorte temporal, seguindo a vida de Lima a começar pelas suas origens. Por mais que devamos levar em conta o que ocorre antes da entrada de Lima no meio literário, outra perspectiva de abordagem biográfica é mais útil. Pretendo focar na própria carreira literária, e, deste ponto de vista, o fato que mais marca a trajetória de Lima – e que será meu ponto inicial – é a loucura de seu pai. Esse infortúnio familiar que faz com que Lima tenha de deixar os estudos, deixar o sonho de ser “doutor”, para ser o provedor da família, altera todos os possíveis de sua carreira. Mas, para que seja possível compreender de qual maneira essa tragédia altera as perspectivas do autor, tomado aqui em seus próprios termos, é necessário um preâmbulo.

João Henrique, pai de Lima, começou sua carreira como tipógrafo, uma carreira de nível técnico, galgando aos poucos, pela eficiência de seu trabalho, posições melhores na imprensa. A escolha de um órgão da imprensa para trabalhar não foi isenta. Apesar de mulato, nascera livre, e vira nisso um valor, defendido também pelo Partido Liberal, ligado ao jornal A Reforma no qual João começa a trabalhar. A partir desse contato com o Partido Liberal, conhece o senador Afonso Celso de Assis Figueiredo, o futuro Visconde de Ouro Preto³⁸, notório defensor do regime monárquico (Barbosa, 1988), que lhe consegue o emprego na Imprensa Nacional.

É nesse período que conhece e se casa com Amália Augusta Pereira de Carvalho, a mãe de Lima. Com a mudança da família, da qual a mãe de Amália era escrava, para a corte, apenas os escravos “da família” foram mantidos, ela dentre eles. Sendo tratada como agregada da família, a jovem mulata recebeu boa instrução, conseguindo concluir o curso para professora pública. Conhecendo João Henrique, se casa e monta uma escola de ensino primário que consegue manter até o momento que adoece devido a complicações do parto, o que eventualmente levaria a sua morte (1887).

³⁸ Seria no futuro também padrinho de batismo de Lima.

Com o advento da República, a situação de João e de seu padrinho político se deterioraram: o Visconde é deportado e o funcionário público acaba por perder seus dois empregos. Esse episódio causa um profundo ressentimento em Lima Barreto e, embora não possa ser tratado como única influência, foi determinante para a ojeriza à República que deixaria transparecer em diversos escritos:

"São palavras duras, [contra a República] que revelam talvez o ressentimento, vindo de longe, com a derrocada que ocasionou na vida paterna a implantação da República. É bem de imaginar-se a situação de João Henriques, perdendo, ao mesmo tempo, o lugar na Imprensa Nacional e o emprego na Tribuna Liberal." (BARBOSA, 1988, p. 45).

Não demora para que João Henrique consiga outro emprego, agora como escriturário da Colônia de Alienados na Ilha do Governador. Os primeiros anos de Lima nessa nova morada³⁹ foram de relativa harmonia. Sua família conseguira alguma estabilidade financeira e sua vida não tinha grandes percalços. Pôde então guardar recordações, mais tarde incorporadas em suas obras, de lugares, atitudes e pessoas que compunham a sua vida, sendo a figura do agregado da família, o velho preto Manoel de Oliveira, antigo caseiro da Ilha, uma das imagens mais carinhosas e delicadas que se metamorfoseiam em personagens de suas obras – aparecendo com maior ênfase no *Policarpo Quaresma*.

Nessa época, Lima Barreto ainda era estudante da escola politécnica. Nunca se mostrou um aluno brilhante, ou pelo menos as constantes reprovações assim indicavam⁴⁰, e isso atrasou sua formatura. Se não tinha grande pendor para os estudos das ciências exatas, já demonstrava interesse pela literatura. Desde sua infância lera alguns livros, os de Júlio Verne, por exemplo, mas seu gosto foi sofrendo modificações conforme crescia e tomava conhecimento de escritos científicos. Além do contato com a filosofia positivista, então em franca ascensão, também pode desfrutar da Biblioteca Nacional e do seu vasto acervo de filosofia – se aprofundando principalmente na francesa. É nesta época que o estudante tem seu primeiro contato com o jornalismo. Funda com seus colegas um pequeno jornal destinado a circulação interna, *A Lanterna*. Assim, se configura um interesse duplo,

³⁹ Lima frequentava a ilha apenas nos finais de semana pois durante a semana estava no internato em que estudava.

⁴⁰ Essas reprovações foram, em sua maior parte, atribuídas pelo estudante ao professor Licínio Cardos, que estaria perseguindo-o.

tanto como admirador da literatura, quanto pela confecção de algo no reino das letras, ainda que o jornal estudantil não possa ser propriamente considerado como imprensa. As coisas pareciam ter um caminho estabelecido para Lima, mesmo com alguns percalços: que se tornaria um “doutor” e futuramente poderia se aventurar nas letras.

Vale aqui interromper a reconstrução biográfica. Até este momento, por mais que pudéssemos buscar alguma indicação de que havia no jovem Lima Barreto alguma característica fora do comum, não encontraríamos nada. Bem vimos o quanto a formação do “doutor” era uma marca constante tanto para o mulato que queria ascender quanto para o homem de letras que gostaria de alguma colocação profissional. Era comum para os futuros intelectuais desde os tempos monárquicos fazerem literatura na sua juventude e depois a abandonarem (ponto a ser tratado adiante). Ainda que Lima parecesse não querer seguir a carreira de engenheiro, bem poderia ter exercido essa profissão e continuar com a literatura como segunda atuação, caminho possível na República. Ou seja, nada indicava que houvesse algo como uma predisposição inata de Lima em direção às letras. Também não significa o oposto. Lima já nutria desde jovem um sentimento de ligação perante as letras que deve ser considerado, mas dentro de uma análise que permita salientar de que maneira as escolhas pessoais são influenciadas pelas possibilidades sociais e de que maneira estas respondem às estratégias individuais.

Essa relativa placidez teria uma data para terminar. Sem maiores avisos, João Henrique enlouquece. Diante desse fato, o jovem Lima, como filho mais velho, assume a responsabilidade de cuidar de seus irmãos e do pai adoentado. Isso o obriga a deixar de lado os estudos, assumir o emprego de amanuense e a se mudar para a periferia da capital. Culpando o próprio regime republicano pela sequência que levaria seu pai à loucura, e conseqüentemente à sua própria condição, guarda um rancor cego em relação à República que nunca desaparecerá. Além dessa ferida, a mudança em sua vida também marca o início da trajetória dele no jornalismo, na vida boêmia e no funcionalismo público.

Depois de desistir da carreira de engenheiro, frequentando a Rua do Ouvidor⁴¹, Lima entra em contato com ex-colegas da Politécnica e outros intelectuais que o introduzem no meio jornalístico profissional. Profissional porque, antes disso, como já mencionado, Lima participava de publicações estudantis, periódicos de curta vida e de circulação restrita⁴². O que nos importa salientar dessas contribuições jornalísticas é o seu caráter de formação de grupo, pois que, a partir delas, Lima pôde travar conhecimento com elementos que viriam a ter relativa proeminência social. O maior exemplo é a amizade que firma com Antônio Noronha dos Santos, que conhecerá como estudante e se tornará um dos seus colaboradores nas suas futuras aventuras literárias.

Não é claro qual o real motivo de Lima para a entrada no jornalismo, se pela necessidade financeira ou pela atração da própria carreira – talvez essa conjectura nem seja cabível tal pergunta, já que esse parecia ser o passo natural de todo aspirante a homem de letras. De qualquer maneira, o exercício dessa profissão fornecerá neste início de vida uma estratégia para a ideia de ser literato da qual ainda não desistira:

“No início da sua atividade como jornalista e como escritor, levaria tais escrúpulos [não colocar em risco seu emprego] às últimas consequências. Julgava então que era possível contemporizar, servindo-se da imprensa burguesa como único meio para se tornar conhecido e fazer publicar os seus livros. Caro lhe custaria a experiência, várias vezes recomeçada. Jamais amoldaria o temperamento às restrições que a vida profissional impõe à inteligência e até mesmo ao caráter

Na sua aparente humildade, não era homem para se dobrar a ninguém. O orgulho doía-lhe mais que o estômago. E assim, as oportunidades que apareciam não foram aproveitadas, por inteiro, contribuindo apenas, a cada malogro, para aumentar lhe o sentimento de revolta, que foi nele, por assim dizer, inato.” (BARBOSA, 1988, p. 131).

Se a sua estratégia inicial falhava, ao mesmo tempo rendia novas concepções de vida que seriam aproveitadas em sua empreitada literária futura. A primeira delas

⁴¹ A principal rua da boemia carioca da *belle époque*. Nela se reuniam romancistas, jornalistas, políticos, em suma, toda a sociedade intelectualizada do Rio. Tais encontros normalmente se davam em rodas de conhecidos que se reuniam nos diversos cafés, livrarias e confeitarias que então se multiplicavam.

⁴² Esses periódicos são: *A Lanterna*, *A Quinzena Alegre*, *Tagarela*, *O Diabo* e *Revista da Época*.

foi a consciência da vida jornalística e das ligações que mantinha com os interesses de uma minoria. Para o escritor, a massa dos jornalistas, e principalmente os dirigentes dos jornais, se preocupavam em escrever sobre assuntos desimportantes, de baixa qualidade, pautados em interesses externos ao jornalismo. A única preocupação deles seria a de vender mais jornais, não importando se isso significasse imprimir apenas temas levianos da alta sociedade.

A estratégia de Lima para fugir desse meio foi lançar-se numa empreitada própria. Junto com alguns colegas de boemia, lança a revista *Floreal* (1907) com o intuito de divulgar sua produção literária, percebendo que utilizar a imprensa burguesa como meio de divulgação de suas ideias não era algo profícuo. Apesar da revista realmente ser um esforço coletivo, inclusive financeiramente, os artigos que compunham sua estrutura tinham um caráter pessoal. A *Floreal* não tinha um sentido editorial coeso, como consta no seu artigo de abertura: “É um revista individualista, em que cada um poderá, pelas suas paginas, com a responsabilidade de sua assignatura, manifestar as suas preferencias, communicar as suas intuições, dizer os seus julgamentos, quaesquer que sejam.” (BARRETO, 1907, p. 4-5). Percebe-se já nesta introdução que faz como editor da revista que, mesmo mantendo uma linha editorial mínima pela escolha dos escritores, a *Floreal* não será editorada no mesmo sentido que o eram jornais e revistas que então circulavam. Nesta mesma introdução, Lima explicita então a própria razão de ser desse periódico:

“Mas, comquanto as nossas divergências sejam grandes, ha entre nós uma razão de completo contacto: é a nossa incapacidade de tentar os meios de publicidade habituaes e o nosso dever de nos publicar.

Este caminho se nos impunha, pois nenhum de nós teve a rara felicidade de nascer de pae livreiro, e pouca gente sabe que, não sendo assim, só ha um meio de se chegar ao editor—é o jornal. Pouca gente sabe também que o nosso jornal actual é a cousa mais inintelligente que se possa imaginar. É alguma cousa como um cinematographo-, menos que isso, qualquer cousa semelhante a uma féerie, a uma espécie de mágica, com encantamentos, alçapões e fogos de bengala, destinada a alcançada tocar, a emover o maior numero possível de pessoas, donde tudo o que for insufficiente para esse fim deve ser varrido completamente.

Cada um de nós está certo de que seria perfeitamente incapaz de levar emoções aos habitantes respeitáveis de Paracutú ou de attrahir leitores da rua Presidente Barroso ou Marquez de Abrantes; mas, estamos certos também que essa média entre a sensibilidade obstruída de afastados compatriotas, o semi-analfabetismo de uns e a futilidade de outros, actualmente representada pelo jornal diário, não tem direito a distribuir celebridade e a estabelecer uma escala de méritos intellectuaes.

Demais, para se chegar a elles, são exigidas tão vis curvaturas, tantas iniciações humilhantes, que, ao se attingir ás suas columnas, somos outros, perdemos a pouca novidade que trazíamos, para nos fazermos iguaes a todo o mundo. Nós não queremos isso. Burros ou intelligentes, geniaes ou mediócrees, só nos convenceremos de que somos uma ou outra cousa, indo ao fim de nós mesmos, dizendo o que temos a dizer com a mais ampla liberdade de fazel-o.” (BARRETO, 1907, p. 5-6).

É clara e direta, bem ao estilo que Lima manteve por toda a vida, a motivação de confeccionar essa revista. Alguns materiais, principalmente crônicas, eram de publicação mais fácil dentro da imprensa. Apesar disso, ainda deviam se submeter ao crivo dos editores, mais difícil de ser ultrapassado na publicação de um romance. Assim, uma saída possível para essa dificuldade estrutural seria a confecção de sua própria revista. Dentro desse projeto de resposta ao mundo jornalístico, lança a *Floreal* composta de duas partes, uma destinada a publicações típicas de revistas da época e outra de material propriamente jornalístico. Sua publicação se daria bimensalmente e seu financiamento seria custeado pelos próprios autores.

Apesar da pequena vida da revista - durou apenas quatro números - ela representou o início da carreira de romancista de Lima, já que nela foram publicados os primeiros capítulos de seu livro *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*⁴³ que, se não teve a recepção imediata desejada pelo autor, recebeu uma crítica positiva de José Veríssimo⁴⁴ sobre os dois primeiros capítulos da obra que haviam sido impressos. Não conseguindo terminar a publicação do romance devido ao fim da revista, resta ao escritor retrair sua estratégia.

⁴³ A análise mais detalhada desse romance será feita adiante no trabalho.

⁴⁴ José Veríssimo Dias de Matos (1857-1916) foi um dos principais críticos literários da Primeira República. Também foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras.

É interessante que a criação de uma revista com vistas à libertação das condições laborais impostas pela grande imprensa carregue justamente um romance que critica a imprensa. Considerando a importância dessa revista para o então jovem escritor, e analisando-se que além da nota editorial e do romance não publicou mais nada nela, podemos antever que havia a aposta na *Floreal* como instrumento de liberação da grande imprensa.

A ideia inicial de procurar editoras brasileiras foi um esforço inútil, já que nenhuma delas estava disposta a investir em um escritor desconhecido e sem patronos. Resta então ao escritor procurar editoras portuguesas, uma prática muito comum então (BARBOSA, 1988). João Pereira Barreto, colega de *Floreal*, foi o editor a que Lima recorreu para a publicação. Entretanto, nesta época Lima já possuía outro livro escrito, o *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, que preteriu em relação ao *Isaías Caminha*. Os motivos dessa escolha por parte do autor são clarificados por ele mesmo em carta ao colega Antônio Noronha e resumidos na análise de Barbosa: “Estrear com barulho, ser discutido, analisado, criticado, atacado, numa palavra, ser notado, ser alguém! Era o que visava com a publicação do manuscrito que Antônio Noronha Santos encaminharia ao editor português.” (BARBOSA, 1988, p. 141).

O intuito de aparecer, de ser colocado no centro da discussão crítica sempre foi seu desejo, mas novamente sua estratégia é falha. A escolha do *Isaías Caminha*⁴⁵ acabou por gerar o efeito oposto ao que desejava seu criador, pois praticamente não houve qualquer veículo que divulgasse sua estreia literária. O motivo principal é bem claro: os capítulos iniciais demonstram uma unidade e uma síntese dos constrangimentos que um mulato jovem e inteligente tem de passar na sociedade carioca, já o final do livro passa para um tom de ofensiva contra a imprensa e seus componentes. Se o período em que o escritor trabalhou nos diversos jornais serviu de inspiração para a confecção dessa parte do romance, sua visão e temperamento é que talharam tal matéria de forma transformá-la um ataque direto aos principais órgãos de imprensa da época – principalmente o jornal *O Correio da Manhã*. A reação do jornal, também seguida pelos demais, foi de silêncio. Os poucos críticos que se debruçaram sobre a obra mantiveram o tom de censura

⁴⁵ A análise mais detalhada desse romance será feita adiante no trabalho.

da pintura feita por Lima Barreto de personalidades da vida carioca e do excesso de personalismo que no livro toma ares de vingança.

A estratégia literária tomada por Lima também teria seus reflexos em sua vida prática. O tom geral do livro, principalmente no tocante ao ataque que fazia às instituições republicanas, não ajudou na sua busca por promoções dentro do serviço público. Apesar de ambicionar uma carreira literária, O escritor desejava a ascensão profissional – e estava ciente de que necessitava dela para que sua família desfrutasse de uma condição material mais confortável. Ainda sim, mesmo sabendo quais seriam as estratégias mais sensatas para conseguir uma promoção não segue o próprio receituário:

“Sabia de antemão que o *Isaías Caminha* não poderia melhorar, para ele, o ambiente na repartição, nem lhe daria prestígio junto aos chefes. Era um livro áspero e amargo, com páginas fortemente agressivas contra as instituições, a sociedade, os preconceitos, o Exército. Um livro assim não agradaria jamais aos que põem e dispõem das situações e dos empregos públicos, os quais, em geral, desejam a vida dos protegidos pautada dentro de regrinhas convencionais. Só os bons moços, medíocres e bem comportados, conseguem despertar-lhes simpatias. Os inquietos, os insatisfeitos, os rebelados do tipo de Lima Barreto não os atraem” (BARBOSA, 1988, p. 146).

Essa dupla consequência da obra, tanto na vida profissional quanto na fortuna crítica, pode ser sintetizada nas críticas que recebeu o romance ao ser classificado como um *roman à clef* e, por isso, tomado como inferior. Para Lima o que mais doía era a redução de seu livro a apenas um “álbum de fotografias”, deixando de lado toda a história da luta do mestiço contra a sociedade que o esmaga. Seria incapaz de digerir essa crítica por considera-la acima de tudo hipócrita, pois que diversos outros romances elevados pela crítica ao mais alto nível da literatura nacional eram justamente deste gênero ⁴⁶. Assim, o mesmo sentimento de que seu romance havia sido preterido pela sua condição de mulato também se revelaria na sua tentativa de promoção no emprego: “À porta da Cidade das Letras, como na da Escola Politécnica ou na da Secretaria da Guerra, haveria de encontrar sempre quem o

⁴⁶ O caso mais explícito é do romance *A Esfinge* de Afrânio Peixoto. Este é um clássico romance *à clef*, onde se faz um retrato da sociedade carioca nos seus extratos mais altos. Quando da publicação do romance (1911) ele já fazia parte da ABL – mesmo que tendo publicado apenas um romance (*Rosa Mística*) no exterior.

advertisse: é proibida a entrada aos homens de cor, especialmente aos mal comportados.” (BARBOSA, 1988, p. 153-154).

2.2.2 Primavera de Sangue

O título deste segmento alude a um conflito ocorrido no Rio de Janeiro em 1909, no qual um grupo de estudantes que protestava contra as atitudes do chefe de polícia é brutalmente reprimido, culminando com dois estudantes mortos e diversos feridos. O contexto de fundo desse protesto foram as agitações que a campanha de sucessão de Afonso Pena⁴⁷ gerou quando foram confrontados de um lado o militar Hermes da Fonseca e de outro o civil Ruy Barbosa. Esse clima de agitação política influenciou também Lima Barreto, que optou por defender o candidato civil pela aversão que sentia à possibilidade de um militar como presidente. Lembre-se que nutria uma aversão aos militares desde que viu os primeiros governos republicanos de Floriano e Deodoro, algo que recuperou no *Policarpo*. Mas a principal influência que esses eventos teriam no escritor se deveu à sua presença no tribunal do júri que julgou os militares envolvidos no tumulto.

A atuação de Lima precisa ser analisada por duas frentes. O julgamento foi de grande repercussão na imprensa da época. Somado a isso, o grande volume de trabalho que demandou fez com que poucos jurados conseguissem uma imagem positiva por parte da imprensa (normalmente por dormirem em plena sessão), mas dentre esses poucos estava o escritor. Também uma suposta atuação dele no sentido de defender energicamente a punição dos envolvidos foi apontada pela imprensa⁴⁸ – nunca desmentida pelo próprio Lima (BARBOSA, 1988). Ou seja, ele se tornou uma espécie de exemplo máximo da defesa da vontade popular. Essa exposição, na avaliação do próprio autor, fez com que sua carreira pública fosse prejudicada (vale lembrar que trabalha no Ministério da Guerra e o julgamento era de um militar), mas essa não foi a principal marca que o julgamento deixou no autor.

⁴⁷ O presidente [Afonso Pena] morre durante a campanha para sua sucessão, assumindo então seu vice Nilo Peçanha.

⁴⁸ Um jornalista do Correio da Manhã supostamente viu por uma fresta da janela da sala do júri a atuação enérgica de Lima perante o cansaço geral. (BARBOSA, 1988)

Após a condenação inicial houve um segundo julgamento, ao qual Lima não foi chamado para compor o júri, e no qual o réu, Tenente Wanderley, foi absolvido de todas as acusações. Esse episódio marca uma inflexão na sua própria noção de uma nação justa. Esse período é também aquele em que o escritor entra na sua fase de maturidade artística, então com 20 anos, servindo quase como um ritual de passagem. O julgamento desfez as últimas esperanças que ainda tinha em algum tipo de “justiça”, de que a cada um seria dado aquilo que merece. Isso faz com que, a partir de 1911, se inicie uma fase de sua vida que combinará a bebida como lenitivo da alma e a confecção de seus principais escritos: “Não há que duvidar, pois, que em 1911 significa a fronteira de uma vida, a bem dizer normal, para outra, a de boêmio, por consequência, anormal.” (BARBOSA, 1988, p. 173). Se uma vida era normal e a outra anormal é um julgamento que não posso fazer, mas esta citação demonstra bem o efeito que um evento que não aparenta ser algo com maiores consequências pessoais poderia ter para o equilíbrio psíquico do escritor.

O estado de confusão espiritual em que Lima passa a viver não impede que neste mesmo ano acabe mais um romance, *Triste fim de Policarpo Quaresma*, e outros importantes contos como *A nova Califórnia*, *O homem que sabia Javanês*, entre outros. Se Lima mantém a sua produtividade e a sua convicção na literatura, também começa a perder as esperanças de que ela possa lhe dar algum futuro. Isso é indicado principalmente pelas primeiras experiências do autor no romance folhetinesco, com o claro intuito de satisfazer suas necessidades materiais. Mas ao que parece, a relação que desenvolvera com a literatura, ou a imagem que construiu para si do que ela deveria ser, não permitiu que se prolongasse nessa empreitada, despertando o vivo sentimento da impossibilidade de se viver exclusivamente de literatura no Brasil (BARBOSA, 1988).

Esse quadro de desalento fez com que o escritor, já frequentador de rodas boêmias, se entregasse completamente ao vício no álcool. Nesta fase de sua vida, deixa de lado as bebidas mais caras para se embriagar com parati em bares que não fazem parte dos círculos literários em que antes convivia. Dono de uma curiosa

mania de andarilho, Lima era conhecido entre seus amigos por deixar sua roda e vencer grandes distâncias a pé pelo Rio, parando de bar em bar para beber⁴⁹.

Esse vício acabaria por culminar na sua internação no hospício. O motivo imediato dessa internação foram os delírios alcoólicos que vinha sofrendo, e que obrigaram seu irmão a essa medida drástica. Essa primeira internação, de agosto a outubro de 1914, representou para o próprio escritor o ponto mínimo de sua vida. As impressões que esse local deixou, tanto nessa primeira internação quanto em internação posterior, seriam material profícuo para a criação de contos, tal como no relato ficcional baseado na sua viagem de carro forte em *Como o 'homem' chegou* e, principalmente, para as obras *Diário do Hospício*, conjunto de recordações sobre as internações e suas impressões, e o romance semibiográfico e inacabado *Cemitério dos Vivos*⁵⁰.

Essa internação, no entanto, não serviu apenas como material literário. Saindo dessa reclusão, Lima pôde desfrutar de um período de licença do trabalho que proporcionou certa liberdade criativa. Nesse curto período, retoma o conto *Numa e a Ninfa*, transformando-o num pequeno romance caricatural, *roman à clef*. Se o julgamento da “Primavera de Sangue” marca o fim daquela esperança numa vida mais justa, esse período após sua internação marca a mudança que sua carreira literária tomará:

“Longe de ser um grande livro, *Numa e a Ninfa* serve entretanto como ponto de referência na carreira literária de Lima Barreto. Nesse novo roman à clef, acentuam-se os pendores do panfletário, cuja atuação será, doravante, permanente e ativa na imprensa. Com *Numa e a Ninfa*, inicia-se de fato uma nova fase da vida do escritor, a do articulista, tornando-se, pela sua constante vigilância, como bem acentuou um crítico da nova geração (...)” (BARBOSA, 1988, p. 192).

O caráter panfletário desse novo romance denota claramente uma inflexão do autor no sentido de se curvar a um estilo mais vendável. Assim, foi lançado em folhetim, um formato que escancarava seu intuito – com caricaturas dos líderes que

⁴⁹ Muito do conhecimento que adquirira da cidade veio dessas andanças. Lima já praticava essa mania de andarilho muito antes da piora de seu vício. Juntando-se a ela o fato de morar no subúrbio, pode-se entender como o escritor podia conhecer praticamente todos os cantos da capital.

⁵⁰ Vale aqui colocar novamente como mesmo nas situações mais desesperadoras, Lima procurava na literatura algum consolo, algo que pudesse dar sentido à sua vida.

criticava. São figuras políticas que, hoje esquecidas, estavam então em plena atividade e que apareciam de maneira caricata, para não dizer patética, ao redor da ação principal. Esse escrito, que se afastava dos ideais de Lima em relação à literatura, no entanto serviria como um suporte (assim esperava o escritor) para o seu verdadeiro projeto, a publicação do *Triste Fim*. Bem vemos então que sua concepção de arte não mudara, mas mudou a forma como Lima enxergava as limitações que o mercado editorial lhe imponha, bem como a forma como agia em relação a elas. Desistindo completamente de utilizar as vias normais da imprensa para a divulgação de sua produção, passa a entender que outra maneira de se custear era ganhando dinheiro produzindo escritos palatáveis ao público, ou seja, mais próximos daquilo que os editores dos jornais procuravam. É difícil saber até que medida essa estratégia deu certo, mas não por acaso ela coincide com o aumento de suas publicações nos jornais, o que permitiu sua subsistência praticamente apenas através de sua escrita.

Publica então, não sem necessitar de um empréstimo, o *Policarpo Quaresma* em 1916. O aparecimento do livro, hoje considerado a obra-prima do escritor, provoca uma reação crítica diferente dos anteriores. Alguns críticos elogiam o livro, chegando a comparar Lima à Machado de Assis, principalmente pelo complexo cenário da República que constrói. Apesar dessa recepção positiva, também houve aqueles que levantaram ressalvas, principalmente quanto à sua linguagem. O traço caricatural de algumas de suas personagens desagradava uma parte significativa da crítica, mas o que mais tocava sua sensibilidade (de forma negativa) era o seu estilo de linguagem direta, objetiva e sem floreios, o que ia diretamente contra os cânones dos quais mesmo os mais avançados literatos não conseguiam se desprender totalmente. A estas críticas, Lima responderá da mesma maneira que escrevera na *Floreal* em um artigo na revista *A Época* intitulado *Amplius*⁵¹:

“Parece-me que o nosso dever de escritores sinceros e honestos é deixar de lado todas as velhas regras, toda a disciplina exterior dos gêneros, e aproveitar de cada um deles o que puder e procurar, conforme a inspiração própria, para tentar reformar certas usanças, sugerir dúvidas, levantar julgamentos adormecidos, difundir as nossas grandes e altas emoções em face do mundo e do sofrimento dos homens, para soldar, ligar a

⁵¹ Escrito em 1916

humanidade em uma maior em que caibam todas, pela revelação das almas individuais e do que elas têm em comum e dependente entre si.

(...)

Não desejamos mais uma literatura contemplativa, o que raramente ela foi; não é mais uma literatura plástica que queremos, a encontrar beleza em deuses para sempre mortos, manequins atualmente, pois a alma que os animava já se evoluiu com a morte dos que os adoravam.

Não é isso que os nossos dias pedem; mas uma literatura militante para maior glória da nossa espécie na terra e mesmo no Céu. " (BARRETO, 2011, p. 58-59).

Apesar de um relativo sucesso de público e crítica, o *Policarpo* não alça o autor à fama. Ainda que o livro tenha conseguido uma recepção acima da média dos outros escritos de Lima, e convém salientar que dos seus grandes romances apenas o *Isaías* estava publicado, não chega perto dos mais vendidos de sua época (MACHADO, 2001). A vendagem de um livro não é o único fator a se considerar como critério de sucesso; também é importante atentar para o impacto que a obra cria nos seus pares. Esse aspecto é difícil de ser avaliado já que depende de uma leitura subjetiva da recepção. Alguns indicativos de que o *Policarpo* – apesar de ter um sucesso relativamente maior que o *Isaías* – não alcançara um grau diferenciado de sucesso são que as críticas que lhe fizeram foram rotineiras. Com isso quero dizer que o livro foi alvo da atenção de alguns intelectuais, mas se levarmos em conta a maneira que se articulava a produção crítica brasileira veremos que o padrão era emitir críticas a quase toda literatura que a capital produzisse. Outro indicativo foram as vendas, que nunca alcançaram grandes números.

Durante essa fase da vida de Lima, eclode a Primeira Guerra Mundial. Inicialmente, Lima se posicionou a favor dos aliados e, posteriormente, foi pouco a pouco direcionando a sua pena a favor da neutralidade, posição política mais próxima dos anarquistas. Com a Revolução Russa de 1917 e a consequente divulgação do comunismo, Lima se aproxima intelectualmente do que então se conhecia como Maximalismo, sobre o qual já discorri anteriormente. Além da afinidade que mantinha com esse movimento, uma razão de cunho pessoal permite a ele lançar seu Manifesto Maximalista em 1918. Desgostoso como sempre do seu trabalho como amanuense, agora não tinha mais motivos para se manter preso a

essa carreira: seus irmãos estavam crescidos e seu rendimento com os textos publicados em jornais aumentaram. Dessa forma, aos poucos vai se afastando do serviço até requerer sua aposentadoria em meados de 1918.

Dos três principais livros de sua vida apenas um continuava inédito, o *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Essa condição mudaria pelas mãos de outro escritor: Monteiro Lobato (1882-1948) ⁵². Se sua situação dentro do campo literário continuava como de pária, pelo menos agora podia contar com a admiração do famoso editor paulista. A relação entre ambos foi de admiração, o que fica claro na troca de correspondências e no artigo de Lima intitulado *Problema Vital* (BARRETO, 1923, p. 77), no qual discorre sobre o livro *Urupês* de Lobato. Apesar da admiração mútua, a distância – Lobato morava em São Paulo – impediu que as relações entre os escritores fosse mais próxima. Além disso, uma oportunidade de encontro, durante uma visita de Lobato ao Rio, foi impedida pela embriaguez de Lima na ocasião. É de se imaginar se uma relação de amizade como essa, afastada do eixo carioca, não poderia trazer algum alento à carreira de Lima, tendo sido possível a este aproveitar apenas parcialmente as possibilidades que lhe abriam.

O *Gonzaga de Sá* seria o primeiro livro de Lima editado em condições “normais”, isto é, sem que ele mesmo tivesse de custear a edição e por meio de um contrato acordado entre as partes. Além do rendimento que a obra gerara, anormal para Lima, a crítica também foi diferente do que normalmente ocorria com as suas publicações. Ainda que não tenha sido uma reação efusivamente positiva, o livro recebeu elogios de críticos de importância. Mas novamente essa recepção positiva não tinha sido suficiente para alçar o livro e seu escritor a uma posição de destaque. Tentara um prêmio da Academia Brasileira de Letras de melhor livro do ano, sendo derrotado, mas ganhando ao menos uma menção honrosa. Com uma produção mais extensa e com livros que despertavam a atenção da crítica, Lima considera-se suficientemente bom escritor para a tentar o ingresso no rol dos imortais da Academia⁵³.

⁵² Escritor e editor paulista famoso em sua época pela editoração de novos escritores nacionais. Sua Revista do Brasil teve importante papel na tentativa de lançar novas figuras das letras.

⁵³ A Academia Brasileira de Letras é uma instituição que marca a época e que será tratada em maiores detalhes adiante. Mas vale adiantar que teve inicialmente um caráter de confirmação dos pequenos grupos que frequentavam a Rua do Ouvidor, notadamente aqueles ligados ao grupo de Machado de Assis na livraria Garnier (MACHADO NETO, 1973).

Na aparência Lima Barreto tinha um desprezo pela, mas, na verdade, não era contra a Academia em si que se erguia – tinha até certo apreço - tinha até certo apreço pela sua ideia, como veremos adiante -, mas à sua composição e ao seu elitismo. A ABL surge a partir do círculo literário dominante ligado a Machado de Assis e seus primeiros escolhidos são caudatários dessas ligações. Com a morte de Machado, a Academia incorpora cada vez mais o mundanismo presente no mundo das letras, aceitando desde dândis até políticos que nunca escreveram propriamente literatura (MACHADO NETO, 1973). Era contra essa colonização da literatura, ainda mais no que deveria ser seu templo de adoração, que Lima se posicionava.

Lima Barreto tenta adentrar a imortalidade por três vezes: em 1917 na vaga de Sousa Bandeira, em 1919 na vaga de Emílio de Menezes e em 1921 na vaga de Paulo Barreto⁵⁴. Na primeira vez envia uma carta ao então presidente da Academia, Rui Barbosa, que não foi levada em consideração no escrutínio. Na última, o próprio Lima retira sua candidatura por meio de carta enviada à Academia alegando motivos pessoais (BARRETO, 1956).

A sua segunda tentativa é aquela que levarei em consideração como símbolo de seu posicionamento perante a instituição. Os eleitos para a ABL deveriam ser escolhidos pelos imortais em escrutínio secreto, mas que poderia ser declarado, sendo eleito aquele que obtivesse maioria absoluta do total de votantes. Esse processo de escolha não está completamente clarificado no estatuto da ABL, mas é possível aferir que, em caso de não obtenção dessa maioria, outros escrutínios são feitos sucessivamente até um candidato obter a maioria absoluta. Assim, nessa segunda tentativa, Lima obtém dois votos no primeiro e no segundo escrutínio e apenas um nos dois subsequentes. De acordo com Barbosa (1988), esse voto constante é atribuído ao crítico literário João Ribeiro. De qualquer maneira, é óbvia a baixa aceitação que o escritor tinha dentro da academia - mesmo João Ribeiro havia criticado a sua boêmia.

Quais os objetivos do autor ao se candidatar à imortalidade? Imaginar que Lima desconhecesse sua recepção entre os membros da Academia seria irreal. O intuito de se posicionar perante o mundo como um literato de renome, e o

⁵⁴ Foram eleitos respectivamente: Hélio Lobo, Humberto de Campos e Constâncio Alves.

ressentimento por não conseguir, estão expostos no artigo que escreve ao jornal Careta:

“A MINHA CANDIDATURA

Vou escrever um artigo perfeitamente pessoal; e é preciso. Sou candidato à Academia de Letras, na vaga do Sr. Paulo Barreto. Não há nada mais justo e justificável. Além de produções avulsas em jornais e revistas, sou autor de cinco volumes, muito bem recebidos pelos maiores homens de inteligência de meu país. Nunca lhes solicitei semelhantes favores; nunca mendiguei elogios. Portanto, creio que a minha candidatura é perfeitamente legítima, não tem nada de indecente. Mas... chegam certos sujeitos absolutamente desleais, que não confiam nos seus próprios méritos, que têm títulos literários equívocos e vão para os jornais e abrem uma subscrição em favor de suas pretensões acadêmicas.

Que eles sejam candidatos, é muito justo; mas que procurem desmerecer os seus concorrentes, é coisa contra a qual eu protesto.

Se não disponho do Correio da Manhã ou do O Jornal, para me estamparem o nome e o retrato, sou alguma coisa nas letras brasileiras e ocultarem o meu nome ou o desmerecerem, é uma injustiça contra a qual eu me levanto com todas as armas ao meu alcance.

Eu sou escritor e, seja grande ou pequeno, tenho direito a pleitear as recompensas que o Brasil dá aos que se distinguem na sua literatura.

Apesar de não ser menino, não estou disposto a sofrer injúrias nem a me deixar aniquilar pelas gritarias de jornais.

Eu não temo abaixo-assinados em matéria de Letras.

Careta, 18-8-1921⁵⁵.

Uma resposta parcial à motivação do escritor ao tentar a candidatura à Academia pode ser buscada em outro artigo, agora do jornal A.B.C.: “(...) A Academia Brasileira começou com escritores, por patronos, também escritores; e vai morrendo suavemente em cenáculo de diplomatas chics, de potentados do ‘silêncio é ouro’, de médicos afreguesados e juízes *tout à fait*.”⁵⁶. Neste artigo Lima Barreto

⁵⁵ Barreto, Lima. In: *Marginália*. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000158.pdf>

⁵⁶ Barreto, Lima. *Mais Uma*. Rio de Janeiro. 31 de Mar. de 1917. In: *Vida Urbana*. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000161.pdf>

explicita toda a admiração que tinha em relação à instituição, principalmente na sua fundação, que pôde acompanhar de perto. Mas sua opinião muda, pois, com o tempo o intuito da ABL foi sendo deturpado – do ponto de vista de Lima - em direção a uma constituição de seus membros cada vez mais fundada em nas relações sociais que mantinham com o polo do poder e, portanto, cada vez mais distante de uma constituição propriamente de literatos.

Fica a questão do porque, justamente nesse contexto de mundanismo reinante na Academia, Lima tenta sua candidatura. Nosso guia para esta questão são principalmente os apontamentos do autor sobre o tema, que com certeza não são isentos. Uma primeira questão, levantada em carta de Lobato, era quanto à sobrevivência material que a ABL poderia fornecer. As entrelinhas revelam que Lima gostaria desse aporte financeiro, inclusive pelas suas candidaturas terem sido após o período em que os auxílios financeiros se iniciaram. Outro motivo, mais interessante do ponto de vista sociológico, pode ser inferido de seus artigos. Suas tentativas de adentrar o rol dos imortais se configuram em um movimento antagônico de rejeição e aceitação. Gostaria de ser visto como um verdadeiro escritor, de ter a consagração simbólica que a ABL realmente poderia lhe dar. Mas, ao mesmo tempo, rejeitava a sujeição a um modo de ser que era o único aceito dentro das paredes do *Petit Trianon*. Racionalmente sabia que as duas posturas não poderiam conviver - ou deixava sua maneira de ser de lado e talvez tivesse uma chance, ou então não seria aceito:

“Nunca fui sinceramente candidato. A primeira vez que o fui, não sinceramente – é bem de ver – foi quando o Hélios [Lobo] se apresentou. Só para lhe fazer mal, porque eu o atrapalhava e me vingava das desfeitas que me fizera, tendo-me tratado antes, a modos de pessoa poderosa. A carta que enviei, embora registrada, desapareceu e Hélios, apesar do Gustavo Barroso, foi eleito maciamente. Sei bem que não dou para a Academia e a reputação da minha vida urbana não se coaduna com a sua respeitabilidade. De motu-proprio, até, eu deixei de frequentar casas de mais ou menos cerimônia – como é que eu podia pretender a Academia? Decerto, não.” (BARRETO, 1956)⁵⁷.

⁵⁷ Carta de Lima à Monteiro Lobato. Sem data

A racionalização que fez do seu próprio processo de alienação do grupo dominante demonstra ao menos o conhecimento das regras que regiam aquela casa. O que nos é impossível afirmar com certeza é de se esse posicionamento era consciente ou não. Pela trajetória que reconstruí até aqui, a probabilidade maior é a de que o escritor já havia absorvido um *ethos* de escritor marginal do qual nem sempre tinha plena ciência. Não podendo escapar da armadilha que essa situação lhe impunha, lhe pareceria que o papel de vítima era mais interessante. Assim, sua candidatura pode ser interpretada de duas maneiras: como uma forma de posicionamento em relação ao mundanismo reinante e como uma esperança, mesmo que vaga, de ser reconhecido e obter as vantagens pecuniárias e simbólicas da imortalidade. No nosso entender, nenhum dos objetivos lograram êxito, o segundo por motivos óbvios, e o primeiro pelo pouco eco que sua postura encontrou dentro dos muros do *Petiti Trianon*.

Sem o emprego público, Lima ao mesmo tempo sentia a necessidade de maiores rendimentos e o desembaraço de não mais depender do Estado. Assim, sua participação na vida jornalística aumenta, principalmente através da produção de panfletos e crônicas que tratam de temas diversos, entre eles o bovarismo, o *football*, o Rio de Janeiro, o feminismo, etc. O autor destacava o estrangeirismo seja na remodelação arquitetônica da capital, seja no esporte bretão; defendia o divórcio como forma de libertação da mulher; atacava o descaso em que vivia a população pobre enquanto se construíam luxuosos cassinos e prédios. É essa a fase em que podemos ver mais claramente quais são as preocupações de Lima e qual o caminho que o seu pensamento vinha sendo construindo até desembarcar numa forma final opaca. Se for preciso buscar algo que una essa miríade de escritos, encontraríamos sempre um escritor que olha a partir das margens do sistema, de fora para dentro, trazendo a perspectiva do que não tinha voz.

Chegamos aqui ao ponto final da vida do escritor. Vitimado pelo vício e pela angústia é internado novamente no hospício em 1919. Sua segunda estadia se diferenciaria da primeira por alguns aspectos importantes. Primeiramente a seção em que ficou, e o médico-chefe com quem travou alguma amizade, permitiram que houvesse condições mínimas para que Lima escrevesse o *Diário do Hospício* e o *Cemitério dos Vivos*. Essas obras são um fruto direto das angústias e humilhações

que sofreu durante esse período. Acima de tudo, elas representam para o próprio autor a sua decadência final e sua humilhação perante a sociedade, chegando mesmo a desejar a morte em alguns pontos do escrito autobiográfico.

Como pensar o vício etílico que o levava a essas intenações? Essa é uma questão praticamente impossível de ser respondida apenas de uma maneira. Se a maior parte dos que se debruçaram sobre a vida de Lima Barreto entendem que o autor começou a abusar do álcool como lenitivo para os sofrimentos, há também outras perspectivas que devem ser levadas em conta. Do ponto de vista social, da forma que a sociedade via o alcoólatra, temos duas estigmatizações: aquela dos modos e aquela da hereditariedade. A primeira se referia aos bons modos, a maneira correta de se portar na sociedade que então era altamente prezada. Numa sociedade marcada por salões e pelo convívio íntimo, a embriaguez ocasional não era vista sempre num contexto negativo, mas o alcoolismo e estar constantemente embriagado, sim. A segunda estigmatização se referia mais diretamente à questão da raça. Para os médicos, o vício etílico seria uma das características das raças degeneradas, de forma que o defeito de Lima não seria nada mais que a confirmação dessa relação. O escritor sentia a pressão de ambas estigmatizações; se podia se afastar do convívio social, não podia do julgamento:

“Oh! Meu Deus! Como eu tenho feito o possível para extirpá-lo [o vício] e, parecendo-me que todas as dificuldades de dinheiro que sofro são devidas a ele, e por sofrê-las, é que vou à bebida. Parece uma contradição; é, porém, o que se passa em mim. Eu queria um grande choque moral, pois físico já os tenho sofrido, semimorais, como toda espécie de humilhações também. Se foi o choque moral da loucura progressiva de meu pai, do sentimento de não poder ter a liberdade de realizar o ideal que tinha na vida, que me levou a ela, só um outro bem forte, mas agradável, que abrisse outras perspectivas na vida, talvez me tirasse dessa imunda bebida que, além de me fazer porco me faz burro.

Não quero morrer, não; quero outra vida.” (BARRETO, 2010, p. 57-58).

O final dessa citação autobiográfica é interessante. Ela traz uma nítida vontade de viver que é exacerbada pelo confronto com a possibilidade da morte. Nesses casos o instinto de vida é levado à tona e toma a proeminência sobre todo o resto, encobrendo questões que poderiam demonstrar os motivos que levaram a

essa situação limite. Lembremos do autor em sua juventude, época em que muitos cometem os maiores excessos de sua vida, completamente sóbrio. Comparemos essa confissão com outra:

“16 de julho.

Desde menino, eu tenho a mania do suicídio. Aos sete anos, logo depois da morte de minha mãe, quando eu fui acusado injustamente de furto, tive vontade de me matar. Foi desde essa época que eu senti a injustiça da vida, a dor que ela envolve, a incompreensão da minha delicadeza, do meu natural doce e terno; (...). Outra vez que essa vontade me veio foi aos onze anos ou doze, quando fugi do colégio. Armei um laço numa árvore lá do sítio da ilha, mas não me sobrou coragem para me atirar no vazio com ele ao pescoço. Nesse tempo, eu me acreditava inteligente e era talvez isso que me fazia ter medo de dar fim a mim mesmo.

Hoje, quando essa triste vontade me vem, já não é o sentimento da minha inteligência que me impede de consumir o ato: é o hábito de viver, é a covardia, é a minha natureza débil e esperançada.

(...).

Mas de tudo isso, o que mais me amola é sentir que não sou inteligente. Mulato, desorganizado, incompreensível e incompreendido, era a única coisa que me encheria de satisfação, ser inteligente, muito e muito! A humanidade vive da inteligência, pela inteligência e para a inteligência, e eu, inteligente, entraria por força na humanidade, isto é, na grande humanidade de que quero fazer parte.

(...).

Eu fico só, só com os meus irmãos e o meu orgulho e as minhas falhas.

Vai me faltando a energia. Já não consigo ler um livro inteiro, já tenho náuseas de tudo, já escrevo com esforço. Só o Álcool me dá prazer e me tenta... Oh! meu Deus! Onde irei parar?

Tenho um livro (trezentas páginas manuscritas), de que falta escrever dois ou três capítulos. Não tenho ânimo de acabá-lo. Sinto-o besta, imbecil, fraco, hesito em publicá-lo, hesito em acabá-lo.

É por isso que me dá gana de matar-me; mas a coragem me falta e me parece que é isso que me tem faltado sempre.” (BARRETO, 1956, p. 135-137).

Interessante essa contradição entre os dois autodepoimentos. Este último foi escrito alguns anos antes do anterior, é preciso ter isso em mente, mas a diferença fundamental entre eles é a de que Lima realmente podia ver sua decadência física quando no hospício. Não é possível afirmar apenas por esse depoimento que Lima tivesse alguma tendência suicida, já que nos faltam dados para comprovar essa tese. Apesar disso, há em comum entre ambas as confissões a bebida e a morte. Ele de fato entendia que a bebida era o que estava levando-o à desgraça. Acreditava que mais cedo ou mais tarde iria morrer por isso, mas sempre a buscava. Desse aspecto, é plausível considerar que o que fez trata-se na realidade de um longo e lento suicídio. A solução final, que alega não ter coragem, parece ter sido de um entorpecimento gradual até o descanso final.

Esse vivo sentimento de que o fim se aproximava fez com que Lima escrevesse muito nos seus últimos anos de vida. Mesmo que de tudo que tenha escrito nesse período apenas o conjunto de contos *Histórias e Sonhos* tenha sido publicado em vida, Lima Barreto deixou inacabadas ou não publicadas obras que deixaram antever muito do que pretendia fazer. Além do *Cemitério*, que apesar de contar à época com editor apalavrado nunca foi desenvolvido até o fim, Lima retomou a sua obra de juventude, *Clara dos Anjos*.

Por fim, vale ressaltar a relação breve que Lima teve com o grupo modernista de 1922. Para alguns integrantes desse grupo o *Triste Fim* era uma obra admirável, trazendo alguns elementos que defendiam (BARBOSA, 1988). Essas características que traziam admiração à nova geração eram notadamente a linguagem direta e a ironia que caracterizam as obras de Lima. Esse entusiasmo do grupo modernista com as obras do escritor carioca não foi correspondido por este com o mesmo sentimento. Quando o representante do modernismo paulista no Rio, Sérgio Buarque de Holanda, traz a Lima um exemplar da revista modernista *Klaxon*, Lima demonstra como via com ressalvas a importação de correntes estilísticas da Europa, notadamente o futurismo, colocando o próprio movimento em xeque:

“O FUTURISMO

São Paulo tem a virtude de descobrir o mel de pau em ninho de coruja. De quando em quando, ele nos manda novidades velhas de quarenta anos. Agora, por intermédio do meu simpático amigo Sérgio Buarque de Holanda, quer nos impingir como descoberta, dele São Paulo, o tal 'futurismo'.

Ora, nós já sabíamos perfeitamente da existência de semelhante maluquice, inventada por um Senhor Marinetti, que fez representar em Paris, num teatro de arrabalde, uma peça – *Le roi bombance* – cuja única virtude era mostrar que 'il Marinetti' tinha lido demais Rabelais.

Sabemos todos que o cura de Meudon floresceu no século XVI. Assim sendo, vejam os senhores como esse futurismo é mesmo arte, estética do futuro.

Recebi, e agradeço uma revista de São Paulo que se intitula Klaxon. Em começo, pensei que se tratasse de uma revista de propaganda de alguma marca de automóveis americanos. Não havia para tal motivos de dúvidas, porque um nome tão estrambótico não podia ser senão inventado por mercadores americanos, para vender o seu produto.

(...)

Disse cá comigo: esses moços tão estimáveis pensam mesmo que nós não sabíamos disso de futurismo? Há vinte anos, ou mais, que se fala nisto e não há quem leia a mais ordinária revista francesa ou o pasquim mais ordinário da Itália que não conheça as cabotinagens do 'il Marinetti'.

A originalidade desse senhor consiste em negar quando todos dizem sim; em avançar absurdos que ferem, não só o senso comum, mas tudo o que é base e força da humanidade.

O que há de azedume neste artiguete não representa nenhuma hostilidade aos moços que fundaram a Klaxon; mas sim, a manifestação da minha sincera antipatia contra o grotesco 'futurismo', que no fundo não é senão brutalidade, grosseria e escatologia, sobretudo esta. Eis aí.⁵⁸

Claro que os modernistas paulistas não deixariam de dar a sua resposta, atacando principalmente a ideia de Lima de que imitavam o futurismo italiano, colocando o escritor carioca como um ignorante dos novos movimentos. Não é possível saber se Lima tomou conhecimento do artigo modernista, mas, de qualquer

⁵⁸ BARRETO, LIMA. *Careta* - 22.07.1922. in: FERNANDES, ANA HELENA COBRA. *Bagatelas em perspectiva : Lima Barreto - crônicas anotadas*. Campinas. 2010.

maneira, essa pequena querela literária não teve maior repercussão. O principal motivo disto é a separação que havia entre o mundo literário carioca e o paulista. Essa separação passava tanto pela distância física entre as cidades, que contava apenas com viagens longas de trem para dirimi-la, mas também o relativo isolacionismo literário que então vivia a capital da literatura nacional – principalmente pela pouca adesão as correntes advindas dos demais estados no cânon literário. Ademais, a morte que então se aproximava de Lima seria um outro fator determinante para que não houvesse maior contato entre o grupo paulista e ele.

Capítulo III - O mundo literário da Belle Époque carioca

A literatura como objeto de estudo representa um desafio à objetivação científica devido à veneração que está imbuída por todos aqueles que desde cedo aprenderam os ritos de adoração (BOURDIEU, 1996). Bourdieu detectou essa dificuldade ao estudar o campo literário francês no seu processo de autonomização. No caso francês, a literatura e seus agentes se apresentavam de maneira a conformarem regras próprias que guardavam pouca ou nenhuma relação com outros campos. Isso permite a existência de um jogo próprio, no qual as regras são estabelecidas internamente, e internalizadas nos seus agentes.

No caso de um campo ainda não autonomizado, ou subordinado, as regras e o capital específico são dados de maneira exógena. Nesse caso, a luta dos agentes do campo subordinado, por exemplo o literário, está subordinada à lógica de outro campo, por exemplo o econômico. Nesse exemplo, teríamos o campo de produção econômica subordinando a produção simbólica a critérios seus – limitando a produção dos artistas para os artistas, da arte pela arte.

“Em outros termos, quanto mais o campo estiver em condições de funcionar como a arena fechada de uma concorrência pela legitimidade cultural, ou seja, pela consagração cultural e pelo poder propriamente cultural de concedê-la, tanto mais os princípios segundo os quais se realizam as demarcações internas aparecem como irreduzíveis a todos os princípios externos de divisão (...).” (BOURDIEU, 2007, p. 106).

Sem que haja limites claros entre o que seria o *habitus* do produtor cultural que cria a obra de arte com base em crenças propriamente artísticas e daquele que cria procurando satisfazer demandas da elite econômica se torna mais difícil estabelecer quais são os modos de agir e pensar que caracterizariam os produtores culturais. Essa heteronomia como que nubla os limites do sentido da ação dos agentes, permitindo que eles transitem entre lógicas de campos distintos. Para a pesquisa isso implica estabelecer os elos e os hiatos entre o que poderíamos chamar de elite econômico-política, a fração dominante do campo do poder, e a fração subordinada encarregada da criação cultural. Apenas quando se entende as trocas entre as diferentes frações é que se tornam claros os movimentos dos artistas num campo não autonomizado.

Ao tratar do caso brasileiro de finais do século XIX e início do século XX, não afirmo que se trata de um campo literário autônomo. Isso significa que, para entender como os agentes se movem na estrutura, é de suma importância compreender como a literatura se relaciona com as demais esferas da atividade humana, afinal:

“É apenas em um campo literário e artístico levado a um alto grau de autonomia, (...), que todos aqueles que pretendem afirmar-se como membros com plenos direitos do mundo da arte, e sobretudo aqueles que aí entendem ocupar posições dominantes, sentir-se-ão obrigados a manifestar sua independência com relação aos poderes externos, políticos ou econômicos; então, e apenas então, a indiferença em relação aos poderes e às honras, mesmo as mais específicas aparentemente, como a Academia, ou até o prêmio Nobel, a distância em relação aos poderosos e seus valores serão imediatamente compreendidas, ou mesmo respeitadas e, com isso, recompensadas, e tenderão, por esse motivo, a impor-se cada vez mais amplamente como máximas práticas das condutas legítimas.” (BOURDIEU, 1996, p. 78)

Neste capítulo, pretendo demonstrar que a literatura brasileira desse período não apenas estava longe de se configurar como autônoma, mas também detinha características próprias na sua relação com a política e a economia que só podem ser entendidas quando atentamos para as trocas que os agentes e estruturas de cada um dos campos mantinham. A compreensão dessa teia de relações elucidará tanto a importância do contexto sócio-histórico já elaborado em capítulo anterior quanto os movimentos dos agentes dentro dessa imbricada rede. Deixando mais claras as estratégias dos seus agentes em relação às possibilidades que se lhes apresentavam.

3.1. Estrutura geral do mundo das letras

A complexidade da criação artística da Primeira República brasileira não permite que façamos uma divisão taxativa entre as estruturas mais institucionais de produção e consagração - Academia Brasileira de Letras e periódicos - e aquelas menos institucionais - *coteries* e criações avulsas (subsidiadas pelos próprios

escritores). Uma separação, criando como dois mundos estanques, encobriria as trocas e determinações recíprocas que aconteceram e marcaram sempre a produção literária brasileira. Apesar disso, para fins de análise, dividirei o estudo entre o mundo formal e o informal - no que tange a sua institucionalização -, sem nunca esquecer essa íntima relação.

Quando se trata de uma situação em que o artista aparece desvinculado de qualquer instituição, a criação pode parecer à primeira vista como fruto de um puro gênio individual, o mito do gênio inciado. Quando não há uma instituição ou grupo coeso que consiga definir com relativo grau de previsibilidade as regras pelas quais uma obra literária é avaliada, parece ao público que o artista consegue se mover livremente numa estrutura anárquica – como se pudesse definir o que é considerado como arte pela sua própria régua. Essa aparência não resiste a uma análise pormenorizada. Ao atentar para os movimentos que os literatos e os pequenos grupos que formam vemos que a realidade demonstra um conjunto de regras implícitas tacitamente obedecidas pelos iniciados que não se revelam diretamente ao observador. Por mais que haja uma resistência à objetivação por parte da literatura e dos literatos, é necessário construir a teia de relações que os permeia e que dá possibilidade à suas ações e ao valor que a obra de arte assume como primeiro passo dessa análise.

O início da República se mostrou um tempo de transformações políticas, econômicas e sociais. Essas mudanças também se fizeram sentir nas letras. Nos seus primeiros anos conviviam intelectuais da “geração de 1870” que lutaram pela abolição, boêmios dos cafés e a então em ascensão boêmia dândi (BROCA, 2005). Os primeiros se configuravam como a geração mais velha, daqueles intelectuais já consagrados e de idade avançada. Não é possível afirmar que essa geração mais velha ditava os rumos literários dos mais jovens, mas é certo que terão papel preponderante na construção das estruturas formais, principalmente a Academia.

A boêmia dos cafés – também chamada de romântica - se configurava no início do século XX como um grupo em declínio. Esse grupo surgiu durante o Segundo Reinado e nesse mesmo período viu seu auge. De acordo com Ubiratan Machado (2001), os românticos viveram o início da ampliação do público leitor além do aumento dos meios de publicação e divulgação. Após a segunda metade do

Segundo Reinado, aproximadamente 1850, começam a se expandir as livrarias, as editoras e os jornais, que até então eram praticamente inexistentes. Além dessa expansão, pela primeira vez a literatura passa a ocupar um espaço de destaque na sociedade:

“O progresso material e o orgulho de ser brasileiro - este tão ostensivo nos românticos- amoldam de certa forma a vida literária, ainda bastante incipiente nos anos 30 e 40. A literatura ganha prestígio rapidamente, mas de maneira ambígua. Torna-se poderoso fator de distinção social, mas ao mesmo tempo parece invalidar seu cultor para certas atividades.

Nas décadas de 50 e 60, romancistas e poetas são figuras obrigatórias nos salões. Não conseguem superar, porém, o menosprezo e a desconfiança com que são tratados por algumas camadas sociais: a burguesia endinheirada, os comerciantes, a classe médica, a maioria dos políticos. É uma pressão violenta, que lhes fecha portas, e muito mais forte do que a admiração enlevada de D. Pedro II. Mesmo assim, a influência dos escritores cresce, por meio dos folhetins, das poesias recitadas em público e dos livros, consolidando a frágil indústria editorial brasileira

A literatura tem afinal seu público: um tanto ingênuo, entusiasta das soluções de capa e espada, mas que começa a prestigiar o artista da terra, apesar das ciúmeiras deste em relação a seus colegas do exterior, que já chegavam aqui sagrados e consagrados. Nunca o escritor brasileiro foi tão valorizado e amado; jamais sua contribuição foi tão decisiva para a nacionalidade.” (MACHADO, 2001, p. 17).

Como atrações para os divertimentos mundanos essa classe tinha um relevo social de destaque, o mesmo não se dando na sua atuação profissional. Por atuação profissional, é bom esclarecer, não entendo apenas a produção de escritos literários. Um escritor verdadeiramente profissional é aquele que conseguia retirar parte significativa de seu sustento material da atividade e que com ela se identificava. Neste período poucos são aqueles que efetivamente utilizam-se das letras como profissão, mesmo se tratando de jornalistas. Antes, a maior parte da produção do período romântico era de jovens universitários que durante a sua mocidade tinham algum tipo de pendor literário. Após sua formatura, nas recém-criadas faculdades de direito e de medicina, deixavam de lado a pena para se dedicarem as suas carreiras de médicos, políticos, advogados, etc. Os que infringiam essa regra eram tidos com desprezo pela sociedade. Assim, um médico de formação como Manuel Antônio de

Almeida nunca exerceu sua profissão por saber o quão difícil seria abrir uma clínica e continuar escrevendo.

As opções com as quais os intelectuais contavam para o seu deleite mundano eram esporádicas e pouco diversificadas. Se os salões começam a se espalhar tanto na capital quanto naquelas províncias mais desenvolvidas, e que normalmente contavam com alguma faculdade, ainda eram uma oportunidade muito restrita de vivência mundana. Necessitados de qualquer diversão que desse algum alívio ao tédio que uma sociedade ainda altamente provinciana, procuravam os tipos mais extravagantes de divertimento:

“As condições para a eclosão de uma boêmia literária só amadureceram com o surgimento das faculdades de direito de São Paulo e do Recife. Vivendo em repúblicas, livres das pressões familiares, sem freios que os impedissem de fazer o que bem entendessem, encharcados de literatura e liberdade, nada mais natural que os estudantes se entregassem à vida de boêmia.

A embriaguez da liberdade foi logo contaminada pelo micróbio byroniano. Fascinados pela figura de lorde Byron, os estudantes proclamaram o ideal de reproduzir em pleno Brasil suas loucuras, farras e extravagâncias. Se bem pensaram, melhor fizeram, inspirados no exemplo de Tibúrcio Antonio Craveiro.” (MACHADO, 2001, p. 101).

Essa era a vida dos escritores no período mais estável da Monarquia. Viviam a atividade literária como uma experiência de divertimento, algo que os jovens produziam para que pudessem alimentar seus espíritos inquietos. Com o passar dos anos, a condição social do literato muda numa direção de maior prestígio, principalmente quanto à possibilidade de produção após os estudos universitários. Também as suas possibilidades de acesso a um mercado literário melhoram com a evolução da imprensa. Mas quando isso ocorre, a geração romântica já está em seu fim. As novas gerações não mais compartilham das mesmas aspirações e anseios que seus imediatos, e são eles que vão ocupar os principais postos disponíveis nessa nova configuração.

Uma nova geração começa a surgir no final da monarquia, em idos de 1870. Esse período pode ser considerado como de transição para novas formas de exploração da atividade literária, convivendo algumas formas antigas e outras novas

dos modos de vida dos literatos. No contexto específico da capital carioca, os que não haviam conseguido alguma colocação profissional mais estável ainda tentavam manter um estilo de vida boêmio condizente com as tradições românticas. Estes viviam de pequenos expedientes e de alguns favores menores - o famoso fiado - para manterem sua existência material. Seu prestígio adivinha da atividade intelectual exercida em um contexto em que o Rio de Janeiro ainda mantinha características provincianas, principalmente a forte ligação entre a boêmia e a corte. Com o advento da República e a já citada urbanização:

“O Rio começou a perder o caráter semiprovinciano de velha urbe, com a vida centralizada numa pequena área, onde todos se encontravam e todos se conheciam. A abertura da Avenida Central veio deslocar, em parte, os pequenos grupos que se formavam, à tarde, em diferentes pontos da rua do Ouvidor; e o sistema de expedientes em que repousa a subsistência dos chamados boêmios sofria com isso um grande golpe. Era a dispersão dificultando as ‘facadas’ o jantar ‘filado’ e outras tantas estratégias cotidianas de que viviam os Rocha Alazão e os Raul Braga. Mas também a popularidade deles se desgastava com o crescimento da cidade. A cotação de um tipo popular é tanto maior quanto menor meio em ele vive. Nas amplas perspectivas o que da Avenida Central os boêmios inveterados já não desfrutavam o prestígio que os cercava nos estreitos limites da rua do Ouvidor.” (BROCA, 2005, p. 40).

Não é possível dizer que essa boêmia simplesmente desapareceu, alguns dos mais antigos mantiveram essa forma de vida e outros novos também a abraçaram. Mas é fato que ela se mostrava cada vez mais decadente, sendo substituída por outro tipo de boemia que mais se coadunava com os ideais de um “Rio que civiliza-se” ⁵⁹. O lugar simbólico que a bebida ocupava nas rodas de escritores muda o seu sentido: ela deixa de ser o centro do encontro para se tornar um ornamento de toda a aparência que ser um literato carregava. O mesmo pode-se dizer de outros elementos, tal como as vestimentas; o vestir bem ganha lugar de destaque em contraposição aos escritores maltrapilhos de antigamente. A *finesse* social também se torna um requisito para ser bem aceito, aceito, não tanto nas rodas de escritores, mas especialmente nos salões que davam acesso a grande parte da vida mundana.

⁵⁹ Expressão icônica criada por Figueiredo Pimentel (1869-1914) no jornal *Gazeta de Notícias* se referindo às mudanças da capital.

Esse aburguesamento se configurava tanto por mudanças materiais quanto de comportamento. A principal mudança material que atingiu a vida dos literatos foi o crescimento da imprensa burguesa. O mercado editorial do Rio de Janeiro, que mantinha proporções relativamente restritas na divulgação da produção, bem como nas possibilidades de carreira dos intelectuais durante o Segundo Reinado, conheceu um crescente impulso tanto no volume de sua produção quanto na capacidade de gerar postos de trabalho (NEEDELL, 1993). Essa relação profissional rompe com o modo de vida baseado em pequenos trabalhos e no financiamento e divulgação do livro pelo próprio autor. Com a possibilidade de trabalharem em jornais, tanto de maneira esporádica quanto permanente, abre-se a possibilidade aos escritores de uma dupla via de acesso à publicação. Poderiam seguir pela via mais comum de divulgação de sua produção de maneira seriada nos próprios periódicos em que trabalhavam, eventualmente transformando essas publicações no formato de livro. Mas também se abria a possibilidade de se conseguir a renda e os contatos necessários à impressão de sua obra. Este recurso pode parecer semelhante ao que faziam os escritores que publicavam suas obras por conta própria, mas a maior liberdade material advinda dos ganhos do próprio trabalho permitia aos autores se descolarem do mecenato em voga nos tempos do Império e, dessa forma, gozar também de maior liberdade criativa.

Apesar dessa relativa melhora de condições, o desenvolvimento de uma imprensa mais moderna não significou uma completa profissionalização da atividade de escritor. A mistura de subordinação estrutural das nossas letras em relação à Europa com o mercado consumidor pequeno fazia com que a expansão jornalística e editorial fosse limitada para os romancistas nacionais. Ou seja, para o homem de letras, e principalmente para aqueles que queriam ver seus livros publicados, o fim do mecenato monárquico abriu a possibilidade de viver de sua produção artística, mas também fez com que fosse jogado em um acirrado mercado ainda em desenvolvimento no qual dispunha de poucos meios para fazer seu nome.

“Desde o final dos anos 1870, quando o desenvolvimento tecnológico da imprensa fez surgir os grandes jornais diários no Rio de Janeiro e em São Paulo, o jornalismo começou a ser visto pelos homens de letras como um espaço primordial de venda e divulgação de seus textos. No entanto, além de enfrentar as baixas remunerações, deparavam-se ainda com as

escassas oportunidades no mercado editorial, que continuava privilegiando os poucos autores brasileiros consagrados, os romances vindos da Europa e os gêneros considerados menores, que abusavam dos enredos sangüinolentos, arrebatadores e cheios de mistérios. Por perfilarem nas colunas dos maiores jornais da cidade do Rio de Janeiro, esses poetas e romancistas conquistavam um renome desconhecido às demais atividades, mas poucas vezes desfrutavam de estabilidade financeira e de um status social consolidado” (EL FAR, 2000, p. 14).

Na questão comportamental também podem ser vistas diversas mudanças. O modo provinciano e *bon vivant* perde o status, ou pelo menos a maneira complacente com que lidavam as elites com esse tipo social, e passa a ser visto de negativamente. A importação de modelos ingleses e franceses de se portar atingiu de maneira direta o tipo boêmio. Para a geração que despontava no início do século XX o *chic* era se portar como um artista parisiense. Seguindo a grande influência cultural que Paris ganhou na Europa dessa época, a elite brasileira resolveu copiar desde a vestimenta até os modos de se portar franceses. No caso da literatura especificadamente essa “importação” aparece tanto em temáticas de romances, por vezes completamente descolados da realidade brasileira, quanto em uma idolatria da Cidade Luz que beirava o delírio (BROCA, 2005).

Com o ganho de prestígio das maneiras “civilizadas” difundidos pelos países da Europa, o comportamento polido e recatado cada vez mais se torna a norma para os que desejavam frequentar os círculos mais proeminentes da sociedade. Os códigos de sociabilidade dessa fração de classe são tacitamente conhecidos pelos seus iniciados, mas de difícil acesso àqueles que advêm de uma trajetória diversa. Ao absorver uma maneira de se portar próxima da aristocracia europeia, a elite intelectual brasileira criou uma barreira simbólica aos não iniciados baseada em regras amplamente difundidas. Essas normas limitavam o acesso aos espaços de convivência e de troca que permitiam aos literatos o acesso aos meios de consagração.

As novas formas de se portar se revelariam à boêmia romântica como um ostracismo forçado: advinda de outra tradição, com seus próprios códigos de conduta, estava fadada ao interdito das normas de uma conduta “civilizada”. Essa interdição implicava inclusive em perda de oportunidades profissionais, já que os

encontros promovidos pela elite, que incluíam os salões literários, representavam não apenas uma mera reunião de pessoas com interesses semelhantes, mas também eram o *locus* onde podiam recitar⁶⁰ suas produções e angariar contatos para eventuais trabalhos ou publicações. A impossibilidade de angariar o capital social disponível nesse meio representava em contraparte uma perda correlata de possibilidades de ganho em termos de capitais simbólicos. Sem o acesso aos meios de divulgação e de consagração disponibilizados a partir da vivência mundana, a possibilidade de se consagrar dentro das letras brasileiras era grandemente dificultada.

Ao mesmo tempo em que a boêmia decaía, surge outro tipo no lugar: o boêmio dândi ou boemia dourada. A marca dessa nova figura da sociedade eram os modos de viver “da boa sociedade”. Deixando de lado o desleixo, o apreço pelas bebidas baratas e em grande quantidade, e o modo de falar mais próximo do carioca médio, esses novos boêmios se afastam também da maneira de se produzir literatura como pensada pelos seus antecessores. Tal afastamento se deu tanto espacialmente quanto pelo conteúdo literário: enquanto os cafés e as confeitarias eram os ambientes em que a antiga boemia se sentia à vontade, a nova procurava nos salões e clubes *chics*.

“Na verdade, à medida que decaía a boêmia dos cafés, surgia uma fauna inteiramente nova de requintados, de dândis e *rafinés*, com afetações de elegância, num círculo mundano, em que a literatura era cultivada como um luxo semelhante àqueles objetos complicados, aos pára-ventos japoneses do *art nouveau*. Em lugar dos paletós surrados, das cabeleiras casposas, os trajes pelos mais recentes figurinos de Paris e Londres, os gestos langués e displicentes dos *blasés*, que constituíam a chamada *jeunesse dorée* em substituição às mesas de cafés, os clubes e salões chiques, onde imperava o esnobismo (...).” (BROCA, 2005, p. 55).

Optarei por analisar as clivagens dos literatos pelo sucesso literário. Essa divisão pode parecer simplista, pois que limitada a apenas um parâmetro, mas dá a medida da maneira pela qual a literatura era encarada. De acordo com Sevcenko, a

⁶⁰ Parte importante da difusão literária era marcada pela oralidade. Os intelectuais liam para o público, em grande parte analfabeto, em saraus e em encontros de salões, numa difusão importante e difícil de ser mensurada em estudos.

cisão entre o grupo dos vencedores e dos vencidos era clara e reunia no grupo vencedor características semelhantes, com raras exceções:

"Ambos [Coelho Neto e Olegário Mariano] constituem elementos representativos de uma longa série, a dos autores que introduziram a fissura mais profunda e irremediável dentre o grupo intelectual. Com eles surge a camada dos 'vencedores', o filão letrado que se solda aos grupos arrivistas da sociedade e da política, desfrutando a partir de então de enorme sucesso e prestígio pessoal, elevados a posições de proeminência no regime e de guias incondicionais do público urbano. Essa nova camada seria a dos plenamente assimilados à nova sociedade, os favorecidos com as pequenas e grande sinecuras, os habitués das conferências elegantes e dos salões burgueses, de produção copiosa e bem remunerada. Autores da moda porque assumem o estilo impessoal e anódino da Belle Époque. São os triunfadores do momento, e a sua concepção de cultura poder ser figurada na fórmula que Afrânio Peixoto, outro representante ilustre dessa casta especial, definiu a literatura como o 'sorriso da sociedade'". (SEVCENKO, 1999, p. 103-104).

Enquanto o grupo mais poderoso detinha os principais afluxos de recursos com base em uma literatura colada com a vida da sociedade, restava àqueles despossuídos duas possibilidades:

"O segundo grupo, o dos 'derrotados' ou *ratés*, por oposição aos primeiros, apresenta por sua vez também uma modesta clivagem interior. Trata-se menos de uma nova divisão de que de uma definição de áreas e modos preferenciais de atuação. Marginalizados, esses escritores optariam por duas formas incompatíveis de reação. De um lado se postaram os que acatavam o seu opróbio com resignação diante do mal consumado, inexorável, experimentando-o com estoicismo, muito embora inquietando os inimigos pela exibição dura e continuada de sua própria dor. De outro estavam os inconformados com a nova ordem das coisas e que reagiam pela combatividade permanente, buscando na pregação reformista obstinada um desagravo contra seu abandono. São os mantenedores da tradição mais pura da 'geração de 70', os sucessores legítimos dos 'mosqueteiros intelectuais'.

O primeiro desses subgrupos era genericamente referido como meio dos 'boêmios', embora essa caracterização fosse inadequada. Envolvia principalmente os simbolistas, nefelibatas, decadentistas e remanescentes do último romantismo. (...)

O outro subgrupo era composto dos autores empenhados em fazer de suas obras um instrumento de ação pública e de mudança histórica.” (SEVCENKO, 1999, p. 105-106).

O que diferencia o grupo vencedor daquele vencido, além do óbvio acesso aos bens simbólicos e materiais, era o grau de fusão que a sua literatura tinha com a vida mundana. A aproximação entre o mundo das letras e a vida mundana era uma característica marcante da *Belle Époque*. O fazer literatura se misturava com a vivência em lugares que permitiam a troca de experiências, a recitação de versos ou até mesmo de romances, e o convívio íntimo entre escritores. São lugares como salões, recitais organizados pela burguesia, cafés e confeitarias. Neles havia a troca intensa de experiências que permitia essa íntima ligação, razão pela qual vou analisá-la.

Nessa estrutura, o fazer literário se torna um duplo da vida terrena: ao mesmo tempo em que esses salões frequentados pela alta sociedade se tornam o *locus* preferencial para a difusão das obras, também se torna a fonte de inspiração para diversos romances que descrevem a vida da burguesia carioca⁶¹. O mundanismo é o fator chave de entendimento dessa nova maneira de existir. Todos os aspectos que cercam a literatura acabam sendo dominados por esse novo mundo que emergia dos escombros do Segundo Reinado, desde as posições políticas dos literatos até os temas de suas obras. Com a pacificação após os primeiros anos turbulentos da República, há uma renovação da vida social do Rio. Tal fato se une às reformulações da capital e com incentivos à prática de espetáculos mundanos (BROCA, 2005). O interesse do público se volta então para as novidades, os modos de se portar da elite, as fofocas cotidianas da vida da sociedade burguesa. Esse interesse acaba por contaminar as próprias produções literárias, principalmente os jornais (meio por excelência dessa transmissão rápida).

“Essa febre de mundanismo que o Rio começa a viver, reflete-se nas relações literárias. As seções mundanas dos jornais ocupam-se, ao mesmo tempo, de literatura. Figueiredo Pimentel, autor do célebre slogan ‘O Rio

⁶¹ O exemplo máximo é *A Esfinge* de Afrânio Peixoto. Esse romance despertará a revolta de Lima por ser elogiado pelas mesmas características pelas quais *Isaías Caminha* foi criticado. “O exemplar de *A Esfinge* serviria assim como uma prova documental da injustiça que sofrera. Há mais a registrar. Entre as muitas anotações existentes no volume, feitas pelo próprio Lima Barreto, uma é preciosa para se tirar a conclusão definitiva do travo que ainda amargava a alma do escritor desprezado: ‘É ‘à clef e eles elogiaram’”. (BARBOSA, 1988, p. 182).

civiliza-se' na discutidíssima coluna do 'Binóculo' na Gazeta de Notícias- cujas edições dominicais, com páginas coloridas, eram magníficas- faz comentários sobre o último baile, a última recepção, entrelaçando-os com a notícia de uma conferência ou de um livro de versos. E o curso em Botafogo, de que ele foi o principal animador, torna-se até certo ponto um espetáculo literário. (...). Para atrair o público, a literatura procura valer-se da fotografia, das ilustrações, identificando-se tanto quanto possível com os motivos sociais e mundanos, nas revistas da época." (BROCA, 2005, p. 37).

Espalhando-se pelos arredores da Rua do Ouvidor, o centro da alta sociedade, havia uma diversidade de estabelecimentos nos quais os intelectuais podiam se reunir e discutir com seus colegas; locais representativos da configuração dos laços. Podem ser divididos em: os cafés (e/ou confeitarias) e livrarias. A necessidade desses homens de letras se reunirem em tais estabelecimentos em grande parte se deveu à ausência de lugares públicos e/ou especializados na atividade⁶² literária, além da facilidade espacial que representava uma diversidade de espaços de convívio em uma única rua central do Rio de Janeiro.

Apesar de os grupos, coteries, manterem locais de encontros diferentes como forma de marcar posição, compartilhavam certa homogeneidade nos modos de atuação entre si. Enquanto os cafés e confeitarias eram os locais preferidos pelas *coteries* periféricas, as livrarias eram os locais onde circulavam as mais centrais. Uma divisão tácita é impossível de ser feita, devemos tê-la como mais uma tendência do que como uma realidade. Numa estrutura em que os grupos e os locais eram móveis, não havia a fixidez necessária para estabelecer que em dado local apenas se reuniam um tipo de boêmia; inclusive era possível ao intelectual perfilar por mais de um local, com o mesmo grupo ou não. Assim, mantendo a ideia geral da estrutura desse mundo, é mais profícuo à análise verificar justamente a movimentação dos grupos e indivíduos. Um indivíduo que tenha alta mobilidade de *coteries* ou de lugares denota um tipo com alto grau de capital social, com fortes relações, que provavelmente conseguirá converter tal capital em sucesso simbólico dentro do grupo maior. O contrário também é verdade: se alguém é recluso no seu próprio círculo, é plausível de se imaginar que dificilmente poderá angariar capital

⁶² A fundação da Academia, apesar de datada de 1897, não a coloca como espaço de convívio dos intelectuais em grande parte por não dispor de uma sede própria até o ano de 1905. Mas também pela restrição ao seu acesso.

para se alçar à consagração – claro que isso não se aplica àqueles que já detêm essa consagração. É esse misto entre mundanismo e agrupamentos literários que permite a movimentação e que mostra como se forma a vida literária da época.

“Esse predomínio da vida intelectual haveria de repercutir na formação e da disputa das *coteries* literárias. De fato, em cada fase do período, uma igreja intelectual estava na berlinda da vigência e era o alvo predileto tanto dos elogios daqueles que forcejavam por integrar essa coterie dominante, como dos doestros, perfídias e sátiras dos desenganados dessa pretensão, que, geralmente conjugados em igrejinhas rivais, porfiavam por suplantar o grupo oficial no prestígio literário e social, ou por imitá-lo na situação obscura de um subúrbio ou uma província daquela equipe luzidia.”
(MACHADO NETO, 1973, p. 126).

As *coteries* teriam dois modos principais de ação: o elogio e a depreciação. O elogio era usado tanto para se referirem a integrantes do próprio grupo quanto para se aproximar de algum grupo dominante. Já a depreciação era usada como forma de ataque direto àquelas *coteries* “inimigas”. Assim, considero que cada um desses grupos lutava com os demais pela definição da forma do capital literário não apenas utilizando as mesmas armas, mas também construindo uma rede de relações internas que dava força e coesão aos seus ataques à ordem. Fundamental era então que os grupos desfrutassem de encontros periódicos, nos quais podiam traçar, mesmo que inconscientemente, suas estratégias.

Mas se os modos de se portarem em relação uns aos outros eram semelhantes, o mesmo não podemos dizer de seus comportamentos. Por mais que seja impossível traçar o dia a dia de todas as *coteries*, seus integrantes se comportavam mantendo como norte os modos da “boa sociedade”. A fluidez dos comportamentos é melhor compreendida quando é levada em consideração, no seu conjunto, o grau de adequação com essa norma da boa sociedade. As *coteries* dominantes tendem a apresentar um comportamento de seus membros que preza pela polidez e pela *finesse*. Já os membros dos grupos marginais tendem a comportamentos mais extremados, o caso dos boêmios dos cafés. Ou seja, não apenas os locais de encontro ou o que se produzia, mas a própria maneira de se portar adquire uma conotação de posicionamento que só pode ser plenamente

compreendida quando atentamos para as relações, aproximações e afastamentos entre os grupos.

Assim, “Pelo fluido e sutil da engrenagem das *coteries* literárias, é muito difícil a tarefa de identificação das igrejinhas dominantes e das que disputavam o invejado posto.” (MACHADO NETO, 1973, p. 128), mas é possível, ao situar o conjunto num dado período, apontar de maneira razoavelmente precisa quais seriam as *coteries* com maior prestígio e aquelas que definitivamente estavam excluídas. A possibilidade de seus membros mudarem de grupo ou de que o próprio grupo conseguisse angariar capital suficiente para mudar sua posição relacional não significa que o período entre 1890 e 1910⁶³ não mantenha certa uniformidade na composição de seus grupos, com um grupo exercendo claro domínio no cenário das letras. Vejamos os casos emblemáticos dos grupos de Lima Barreto, o Esplendor dos Amanuenses⁶⁴, e o de Machado de Assis.

O Esplendor dos Amanuenses se concentrava no Café Papagaio e era formado por: Lima Barreto, Bastos Tigre, Domingos Ribeiro Filho, Rafael Pinheiro, Amorim Júnior, Calixto, João Rangel e Carlos Lenoir. Se reuniam não apenas para discutir “grandes temas” e “fazer literatura” – como dizia Lima -: lá estavam num movimento claro de oposição ao *mainstream*. O grupo buscava se posicionar em relação às *coteries* dominantes de maneira a afirmar a sua independência, tentando determinar por si as regras literárias que deviam ser seguidas. Se opondo às determinações externas, pensavam ser possível fazer uma literatura diferente da que era consumida pelo *mainstream*, sem se conjecturarem sobre o que essa atitude significava em termos de possibilidades de acesso. Ao se colocarem fora do circuito principal, representado pelo grupo machadiano, ao se portarem fora dos padrões de sociabilidade da “boa sociedade” e por fazerem um uso político da literatura, se encontraram em franca oposição aos dominantes. O próprio Lima nos dá o teor desses encontros:

“Nós nos reuníamos, nesse tempo (1907-1910) no Café Papagaio. Aí pelas três horas lá estávamos a palestrar, a discutir coisas graves e insolúveis

⁶³ Utilizei esse período porque, após a fundação da Academia Brasileira de Letras o cenário das *coteries* começa a mudar.

⁶⁴ Esse grupo era formado por alguns ex-colegas de Lima do tempo de estudante e alguns colegas de trabalho, daí a autonegação do grupo.

(...). E falávamos a mais não poder ou então fundávamos jornalecos e escrevíamos coisas portentosas nas revistas cujas aparições eram determinadas pelo estampar de solenes retratos e graves personagens da justiça, do comércio, da finança e da administração”. (ASTERIO DE CAMPOS. Notícias Literárias- Paulo Barreto. Renascença, Ano I, Nº 1, Julho de 1916. Apud: MACHADO NETO, 1973, p. 131).

O nome atribuído ao grupo já demonstra o posicionamento em relação aos demais. A escolha do nome, além de simbolizar a presença de vários amanuenses dentre os integrantes do grupo, carrega outro significado. Ao escolherem se denominarem assim, com um nome que em si carrega algo de contraditório - a carreira de amanuense poderia ser considerada tudo menos esplendorosa - e não com outro nome qualquer, exacerbam sua diferença em relação ao grupo dominante. Uma carreira assim era quase antípoda de um trabalho intelectual criativo. Ao salientarem esse aspecto - lembremos que como muitos escritores também se tratava de uma carreira pública, em detrimento dos outros que uniam o grupo, optam pela ironia como forma de demonstrar aos demais o que não são.

O Esplendor dos Amanuenses fazia uma literatura em oposição aos demais grupos literários. Isso não apenas significa uma posição de combate ao status quo, mas também denota certo desprendimento da razão utilitária, já que o combate aos dominantes significava maior dificuldade de penetração em um mercado simbólico ainda muito restrito. Como vimos, a ideia de uma literatura permeada por um viés utilitário não estava na moda naquele Rio. Com a vida literária concentrada no mundanismo, uma literatura que preconizasse por discussões políticas e sociais seria alvo de contrarreações nada favoráveis. Podemos entender essa preferência pela literatura de cunho social tanto pela ótica da disputa por posições quanto por um desprendimento da razão utilitária. Deixando de lado os ganhos materiais que poderiam advir de uma literatura burguesa, mais próxima da lógica do campo econômico, os amanuenses procuravam uma literatura mais distante da colonização direta pela lógica do capital.

As livrarias eram um espaço oposto aos cafés. Além de não comportarem o mesmo estilo de vida boêmio, também eram redutos mais “democráticos”. Nelas as diversas *coteries* podiam se encontrar e disputar o espaço social. Por se tratar de um espaço em que podiam entrar em contato com as novidades literárias, encontrar

seus semelhantes e entrarem no jogo de autoelogio e descrédito alheio característico das “panelinhas”, havia nas livrarias uma concentração de intelectuais que não podia ser encontrada nem nos cafés, nem nas confeitarias. Mesmo que os cafés e confeitarias servissem também como locais de disputa, faltava a eles tanto a concentração de escritores quanto a predominância de grupos dominantes. Nas livrarias podiam ser encontrados aqueles intelectuais de maior prestígio, que nela se portavam de acordo com as “boas maneiras”.

A livraria Garnier representou o principal estabelecimento desse tipo. Nela se reuniam diversos grupos, mas um deles é de interesse primordial pela centralidade que ocupa: o grupo de Machado de Assis. Sua composição não foi constante. Tanto pela longevidade do seu principal componente quanto pela relativa permeabilidade que as *coteries* mantinham, seus componentes variavam. Apesar disso, sempre era possível encontrar o crítico José Veríssimo e o escritor Mário de Alencar, além das presenças de Coelho Neto, Joaquim Nabuco, entre outros. Não nos cabe uma descrição pormenorizada dos seus integrantes e de sua produção. Atentemos para o fato de que na confeitaria se encontravam algumas das figuras de maior prestígio das letras desse período.

“A morte de Alencar e de outros grandes nomes das gerações românticas pouco antes ou logo depois do marco de 1870 deixou relativo vazio, que foi logo precocemente preenchido pela geração literária de Bilac e Coelho Neto, enxertada de alguns mais velhos, como Machado de Assis e Rio Branco, integrantes de duas gerações anteriores, e de outros tantos da imediatamente anterior como Rui, Nabuco, e Patrocínio. Esses constituíram, de imediato, a vigência intelectual dominante no período, até que a morte dos mais velhos e a irreverência da crítica modernista viesse subverter os padrões estéticos e as vigências pessoais na revolução literária de 1922”
(MACHADO NETO, 1973, p. 127)

A tese de Machado Neto não é, como pode parecer, que Bilac e Coelho Neto desfrutavam de proeminência em relação à Machado de Assis. O que o autor defende, e a metodologia que utiliza, é a divisão dos escritores de maneira geracional. Separando os diversos intelectuais do período em que estuda em gerações de 15 anos, partindo da ideia de que a vigência intelectual começa a partir dos 30 anos, Machado Neto define como principal geração aquela que conseguiu uma inovação desarticulada com suas predecessoras: a de Machado de Assis. Essa

delimitação obriga Machado Neto a levar em consideração as duas gerações anteriores e posteriores, já que elas conviveram com essa geração dominante. Assim, a posição ocupada por Machado de Assis, mesmo quando é levada em consideração a existência de diversos grupos contemporâneos que lutam pela consagração, é central no esquema da vida literária carioca.

Também havia outros grupos que orbitavam ao redor da machadiana. Elas são importantes para entender como se dava o funcionamento das relações entre os grupos e do grau de dominância que Machado conseguiu exercer sobre esse mundo literário. A “panelinha” dos simbolistas é um dos grandes exemplos de como um grupo, mesmo com grande repercussão na vida intelectual, podia ser excluído, até certo ponto, da vida literária. No início do século XX, Cruz e Souza estava no auge do seu sucesso, conseguindo uma penetração grande no público leitor (BROCA, 2005). Mesmo sendo reconhecidos como grandes escritores e tendo sua corrente literária gozado de apreço pela intelectualidade, os simbolistas foram deixados de lado pela indiferença às querelas intelectuais e pelo pouco apreço às novidades que Machado nutria. Para o escritor de *Quincas Borba*, esse novo movimento não passava de uma novidade carregada por uma minoria de pouca importância. Como também para ele não interessava adentrar as querelas entre os simbolistas e os parnasianos, fez silêncio quanto à existência desses poetas - silêncio que como foi visto é uma das piores sanções sociais possíveis.

Diversos outros grupos disputavam um lugar de destaque nas letras. Estes grupos encontravam-se em posição intermediária: por um lado, sofriam em alguma medida com a exclusão perpetuada pelos dominantes e, por outro, desfrutavam de condição privilegiada em relação aos excluídos, mantendo a mesma estrutura de comportamento dos demais grupos. Faziam suas reuniões em livrarias⁶⁵, mantinham um grupo coeso e relativamente fechado, se opunham a outros grupos e praticavam o elogio aos amigos. Mantinham, portanto, as mesmas estratégias de luta pelo capital simbólico:

“Tomando, outra vez, como ponto de referência o grupo oficial, a igreja de Machado de Assis ou da Garnier ou ainda da Rua do Ouvidor, como a caracterizavam os adversários, (...), teremos que seus adversários mais

⁶⁵ Alguns exemplos dessas livrarias são a Azevedo, Brigue, Lammert, Quaresma, etc.. Cada uma delas tinha um grupo cativo com tendências próprias.

eficazes e atuantes irão ser aqueles que se souberam manter fiéis à boemia, e os nefelibatas ou simbolistas. Enfim e não por coincidência os dois tipos de intelectuais que jamais lograram a plena vigência.

No primeiro caso estão os amanuenses de Lima Barreto (...)

Já os simbolistas foram mais eficazes, em que pese seu nefelibatismo. Já os vimos na própria Garnier, como a desafiar o papa da literatura oficial na sua própria santa sé literária. Veremos agora que o grupo simbolista liderado por Cruz e Souza, olhava de viés o grupo parnasiano, liderado por Olavo Bilac.” (MACHADO NETO, 1973, p. 135).

Para os grupos realmente marginalizados, sua própria exclusão foi usada como arma. Libertos da pressão de se manterem próximos ao núcleo, puderam desfilar com todas as suas armas no terreno de luta. Utilizaram-se da própria posição como arma ao se colocarem em franca oposição aos dominantes, seja participando dos mesmos locais sem respeitar as “boas maneiras”, seja escrevendo artigos e livros que iam contra o cânon; não tinham receio de demonstrar sua insatisfação perante o domínio machadiano.

Como veremos adiante, essa técnica da exclusão como arma de combate se provou razoavelmente eficiente até a institucionalização da Academia Brasileira de Letras. Com o estabelecimento dessa instituição como centro da vida literária, algo que não se deu imediatamente a partir da sua inauguração, as possibilidades do artista manter-se completamente marginalizado diminuía conforme a própria Academia absorvia as disputas entre os grupos sob a tutela do grupo dominante. Sem a querela aberta que a Rua do Ouvidor antes permitia, restava aos marginais deporem suas armas próprias e aceitarem as novas regras da disputa.

Interessante notar que os grupos subjugados não faziam uma oposição unida ao dominante. Por mais que cada *coterie* tivesse conceitos próprios do que seria uma boa literatura, é preciso levar em consideração a própria estrutura do mundo literário para entender o que limitou essa união. Como apontei anteriormente, a dinâmica social implicava que cada grupo elogiasse os seus integrantes e rebaixasse a atividade dos demais. Essa característica fazia com que escritores e grupos que poderiam ser aliados se colocassem como oposto, tanto ou mais do que em relação aos dominantes. O exemplo mais claro disso é a rixa entre os simbolistas

e os parnasianos: ambos estavam excluídos do centro, os simbolistas mais que os parnasianos, mas seus integrantes preferiam duelar entre si ao invés de tentar tomar o poder.

Outro fator estrutural que impedia a união os intelectuais é o próprio poder de definição das regras que emanava da posição do grupo machadiano. Tendo o poder de definir quais atitudes seriam respeitadas, podiam simplesmente se negar a discutir outras formas de atuação. O ato de negar o discurso dos pretendentes ao poder agia como um ostracismo forçado e silencioso. Essa recusa ao diálogo era a principal arma que detinham contra o posicionamento ostensivo de que os grupos marginais se utilizavam.

Por fim, vale ressaltar que as disputas entre os grupos não significavam uma exclusão dos indivíduos da possibilidade angariar posições elevadas na estrutura do campo literário. A flexibilidade desse sistema permitia que uma estratégia de sucesso fosse suficiente para o reconhecimento pelo centro literário. Ocorre apenas que quanto menor a proximidade com o cânon literário, mais difícil seria obter o capital simbólico. Um exemplo de intelectual que não participava com tanto afincamento das rodas literárias, mas que pelo sucesso de vendas e pela congruência com os parâmetros literários, conseguiu alcançar o reconhecimento dos pares foi Euclides da Cunha. O fator máximo de sua consagração foi sua imortalização na ABL, instituição a qual analisarei agora.

3.2 A Academia Brasileira de Letras como centro do mundo literário

O poder que o grupo machadiano desfrutava entre fins do século XIX e início do XX acabou por se cristalizar na criação da Academia Brasileira de Letras em 1897. Sua gestação é longa e tem como ventre a Revista Brasileira⁶⁶. Nela se reuniram diversos homens de letras que procuravam um ambiente em que pudessem desenvolver suas ideias sem que surgissem à tona as querelas políticas que marcaram o período da derrocada do governo monárquico e os primeiros anos

⁶⁶ A Revista Brasileira teve três períodos: de 1856-57; 1879-81 e o de 1895-99. Nessa última fase foi comandada por José Veríssimo.

da República, principalmente os anos do Marechal de Ferro. A Revista se mostrava como um refúgio em que os intelectuais podiam desfrutar do *five o'clock tea* entre seus pares, alheios à luta cotidiana. Para entender melhor este contexto, atentarei para o que estes intelectuais entendiam por homem de letra.

“A *Revista Brasileira*, congregando o núcleo formador da futura Academia Brasileira de Letras, já contava com alguns traços desta instituição. Sem rejeitar *a priori* articulistas dos mais variados partidos políticos, ainda assim não publicava artigos panfletários ou inflamados. Ao mesmo tempo, privilegiava as contribuições literárias, o que se foi acentuando com os anos. Também a questão da despolitização aparecia, tal qual viria a ocorrer na Academia. Embora, como já foi frisado, evitasse os partidarismos e minimizasse as questões políticas, encobrindo-as sob a capa de artigos jurídicos, ficava claro que tais artigos eram movidos pela conjuntura dos anos entre 1895 e 1897, ao mesmo tempo em que se posicionavam no campo republicano mais moderado, que queria evitar uma volta à monarquia, mas também eliminar a influência militarista e jacobina nos rumos do regime, ou seja, profundamente enraizada no ambiente político da época, a revista procurava se mostrar neutra e até mesmo despolitizada, a partir do momento em que recusava a idéia de que suas contribuições pudessem ter algum cunho partidário - quando, evidentemente, tinham-no. Moderadas e conciliadoras, mas o tinham.” (RODRIGUES, 2003, p. 39).

Posicionando-se em um campo político “neutro”, era possível aos intelectuais da Revista congregarem as diversas correntes políticas e de escrita. O que valia era que esses intelectuais fossem homens de letras, ou seja, que de alguma maneira cultuassem o mundo das letras. Isso implicava que poderiam ser aceitos escritores dos mais diversos meios: romancistas, jornalistas, poetas, etc. - o critério de escolha era fluído neste aspecto. Apesar dessa relativa liberdade, não havia espaço para que todas as correntes da época se exprimissem. Como o posicionamento da revista mantinha certa ojeriza às disputas políticas e partia de uma posição conciliatória que excluía os radicais, nela só poderiam ser representados aqueles que escrevessem de maneira a não fazer muita polêmica. A Revista Brasileira se compunha, assim, de um espaço semipermeável; apenas os que aceitassem a proeminência da literatura em detrimento da política e do questionamento social é que podiam participar dela.

Mas qual era o intuito de se criar uma academia? A resposta é dada por EL FAR (2000):

“Ao examinar cada um dos textos aqui citados, nota-se que, para além do cultivo do idioma nacional, esses literatos almejavam criar uma associação que fosse capaz de garantir os interesses de um grupo específico. Uma academia sob a égide da República poderia proporcionar aos futuros acadêmicos reconhecimento público, maiores oportunidades de publicação nos jornais e editoras, melhores remunerações e uma visibilidade social até então inexistente na nascente profissão das letras no país.” (pp. 34).

Ou seja, o intuito presente na criação da Academia Brasileira de Letras em sintonia com o mundanismo presente nas letras era a procura de uma melhor colocação do profissional de letras no mercado, tanto materialmente quanto simbolicamente. O plano passava tanto pelo apoio financeiro direto da Academia aos seus membros, e a eventuais literatos que ganhassem algum tipo de concurso promovido por ela, quanto pelo indireto com o aumento de prestígio perante o público geral e especializado. Este ponto demonstra quão acirrada era a briga pelo mercado editorial brasileiro da época que se via dividido entre os autores nacionais consagrados e a grande oferta de obras estrangeiras, traduzidas ou não, que inundavam o mercado. O pouco desenvolvimento do mercado editorial brasileiro limitava o espaço de publicação apenas a esses dois tipos de escritores. Como consequência, para conseguir ser publicado, o escritor poderia galgar os degraus do sucesso, principalmente pela via jornalística, ou então procurar alguma editora estrangeira que estivesse disposta a confeccionar a edição, normalmente à custa do próprio autor.

Houve diversas outras tentativas de se fundar academias de letras no Brasil, mas a quase totalidade sucumbiu devido à falta de apoio, estatal ou dos seus próprios integrantes. A ABL também corria o risco de sucumbir após sua fundação, e seus idealizadores o sabiam. Foi planejada de forma a ter o Estado como seu principal apoiador, através subvenções e até mesmo de uma sede física⁶⁷ doada. Esse plano inicial falhou pelo pouco interesse do governo, apesar de não ter impossibilitado a sua fundação.

“Mesmo sem lugar fixo para as reuniões e uma verba mínima para os gastos básicos, foi fundada em 20 de julho de 1897 a Academia Brasileira de Letras, inspirada numa das instituições mais tradicionais e bem vistas da

⁶⁷ Sua inauguração era planejada para o 15 de Novembro (de 1896) – data da proclamação da República.

época, a Academia Francesa. Adotando o modelo dessa academia européia, nossos literatos poderiam chamar a si a responsabilidade de trabalhar pela guarda do idioma nacional, garantindo assim um lugar de destaque na sociedade da época.” (EL FAR, 2000, p. 57).

Seus primeiros anos foram de penúria material. Sem dispor do almejado subsídio estatal e tampouco de uma sede própria, suas sessões eram frequentadas por poucos membros e sua atividade se mostrava muito limitada⁶⁸. A dificuldade material pela qual passava a maior parte dos homens de letras, sobre a qual já tratados anteriormente, fazia com que fosse difícil para eles manter qualquer atividade constante que demandasse algum tipo de dispêndio. Sabendo disso, Machado e Lúcio de Mendonça⁶⁹ mantiveram constante pressão sobre os políticos para que fosse aprovada a lei que daria a necessária sustentabilidade econômica à ABL (EL FAR, 2000). Aprovada a lei, restava aos seus integrantes estabelecerem-na perante a sociedade.

Quanto à sua composição, dividirei a ABL em dois momentos. O primeiro vai da sua criação até pouco depois da morte do seu primeiro presidente, Machado de Assis em 1908. O segundo momento vai da morte do bruxo do Cosme Velho deste até o surgimento do modernismo. Os primeiros anos da Academia devem ser analisados quanto à escolha daqueles que adentrariam a imortalidade. Joaquim Nabuco, em carta à Machado, demonstra essa preocupação. Na carta, ele defende que a escolha dos integrantes da Academia leve em consideração critérios externos. Em sua opinião, ela deveria representar áreas importantes da sociedade, como a política, os militares, entre outras, além das letras. Apesar disso, deveria ser mantido o critério literário ainda se mantém. Não bastava ser proeminente na sua área: o candidato deveria também ter alguma obra escrita, mesmo que de relevância pequena para a literatura. Nabuco pensava com isso poder unir tanto a consagração literária quanto o capital social no mesmo espaço. Embora este projeto não tenha sido totalmente aceito pelo seu grupo, foi levado em consideração por Machado e seus colegas. Uma configuração assim permitiria um maior contato dos escritores

⁶⁸ A evidência máxima dessa dificuldade inicial foi a constante troca de sede. Do início no prédio da Revista Brasileira passou para o Pedagogium, para o Colégio Pedro II e depois para o escritório do advogado Rodrigo Otávio; até se estabelecer no Silogeu Brasileiro em 1905.

⁶⁹ Mentor dos primeiros projetos da ABL e homem ligado diretamente à política.

com o restante da elite, angariando dessa forma maiores ganhos simbólicos e materiais.

“Com a eleição desses expoentes, os acadêmicos estreitaram ainda mais os laços com a elite cultural do Rio de Janeiro. Aos poucos, os membros da Academia ganhavam notoriedade, aparecendo constantemente nas colunas dos jornais e fazendo com que suas realizações e eleições fossem acompanhadas pelo público com grande expectativa. Conseguiram assim vencer as dificuldades dos primeiros anos e criar uma base sólida para as décadas seguintes.” (EL FAR, 2000, p. 84).

Esse projeto pode parecer estranho a uma Academia de letras que, de acordo com Machado, deveria prezar pela neutralidade e pela escolha de seus membros por critérios literários. Mas isso faz sentido dentro do contexto que descrevi anteriormente de uma vida literária altamente dependente da vida mundana. Se fossem respeitados critérios puramente literários a ABL estaria ameaçada de desaparecimento. Sem o apoio dos “notáveis” tanto a existência material quanto a simbólica poderiam ter o mesmo destino das outras tentativas de academias de letras. Isso, não significa, no entanto, que não fossem respeitados alguns critérios literários para a escolha dos membros. Por mais que não sejam claros e definidos quais critérios eram esses, eles respeitavam a condição mínima de ter escrito pelo menos uma obra, mesmo que de relevância questionável, e que o indivíduo fosse uma pessoa reconhecida pelo público e pelos escritores.

Vale salientar que esses critérios mantinham certas idiossincrasias do grupo machadiano. Não importava, assim, que Cruz e Souza gozasse de prestígio nacional para que pudesse ocupar uma cadeira ou ao menos ser o patrono já que estava no fim da vida e talvez não participasse do escrutínio. Não gozava do apoio necessário e isso por si só significava que não adentraria a imortalidade.

“... podemos ver quanto Machado efetivamente exercia uma forte influência no momento mais importante para um acadêmico, que era o da sua escolha para entrar no ‘egrégio sodalício’. Sem estardalhaço, ele conseguia mudar votos e, às vezes, impor o nome de seu gosto e indicar o caminho a ser seguido para seus amigos.” (RODRIGUES, 2003, p. 141).

A Academia ao mesmo tempo em que funcionava como instância de consagração literária, era também um microcosmo do ambiente literário carioca.

Esse caráter duplo permitia que a ABL congregasse diversos grupos literários antagônicos sem que o conflito transparecesse, sem perder o prestígio de uma academia de intelectuais. Essa estrutura dupla pôde conviver em relativo equilíbrio porque, enquanto os conflitos internos fossem mantidos dentro da lógica do grupo machadiano, transpareceriam para a sociedade como diferenças entre intelectuais - mantendo a boa aparência que esse grupo tanto prezava. Ao mesmo tempo, esses conflitos não eram determinantes para os caminhos que o grupo dominante impunha à Academia, já que não ameaçavam sua predominância. Havia, portanto, uma troca entre o prestígio oriundo de uma academia de letras que prezava sobretudo pela sua aparência, mas sem descuidar de suas ligações, e a submissão às regras do jogo o que permitia a manutenção da estrutura da ABL.

Apesar de para o observador externo a ABL parecer coesa na sua relação com o restante da sociedade, internamente era um palco de lutas pela definição do seu papel na sociedade. Já vimos que em seus primeiros anos houve um predomínio da visão de Machado de Assis, que preconizava critérios de proeminência social combinados com literários, com o intuito de alavancar a Academia a uma posição social que desse aos seus membros o sonhado renome, e algum suporte material. Esse projeto inicial se manteve em vigor até o período entre 1908 e 1913, durante o qual falecem Machado, Nabuco e Lúcio de Mendonça. Esses falecimentos dissolvem o núcleo duro que mantinha uma relativa coesão interna⁷⁰, criando cisões que modificarão a estrutura de poder da ABL.

Iniciado o processo de dissolução desse grupo, cujo principal remanescente era Sílvio Romero, os grupos restantes mudarão o peso dos critérios de escolha de seus novos membros. O ponto de mudança pode ser visto na eleição de Oswaldo Cruz⁷¹ (1912) na disputa com Emílio de Menezes⁷². O higienista, apesar de gozar de grande prestígio na sociedade de forma geral, estava em clara desvantagem em termos estritamente literários em relação ao seu competidor. Apesar de contar com algumas publicações, elas se resumiam a tratados científicos que nunca poderiam

⁷⁰ Não é possível afirmar que houvesse um completo domínio do grupo machadiano perante os demais. Mas a facilidade com que os candidatos defendidos pelo grupo ganharam as eleições - Afonso Arinos e Martins Júnior, os dois primeiros a disputarem uma eleição com mais de um candidato, ganharam respectivamente por 21 votos a 7 e por 15 a 2 - demonstra o que o poder desse grupo superava o dos demais.

⁷¹ Famoso higienista contratado pelo prefeito Pereira Passos para ajudar na modernização do Rio.

⁷² Poeta, gozava de grande afeto dos colegas frequentadores dos cafés.

ser considerados propriamente literários. Como ponto de inflexão da mudança do peso dos critérios de seleção dos imortais – agora mais próximo da ideia de Nabuco que apresentei anteriormente – a eleição de Oswaldo Cruz torna explícito que o critério primordial passa a ser o de proeminência social.

“A eleição marca o aparecimento da teoria do ‘exponente’. Embora não haja provas de sua autoria, foi imputada a Afrânio Peixoto. Segundo essa teoria, ABL deveria contar em seus quadros com um certo número de personalidades proeminentes na sociedade em outras áreas que não as relativas às letras, tal qual fazia a Academia Francesa. Obviamente, Cruz era um caso assim: ele era o cientista brasileiro de maior renome no país e fora dele.” (RODRIGUES, 2003, p. 151).

Essa mudança de critérios ficaria ainda mais clara na eleição seguinte, ocorrida no mesmo ano. Nela foi escolhido como imortal o político Lauro Müller, um político de destaque na capital, ocupando naquele momento o cargo de ministro das relações exteriores, que fez parte da modernização do Rio. Até esse ponto não haveria nenhuma contradição com os critérios “antigos”, afinal a disputa era pela cadeira do Barão do Rio Branco sendo natural que substituir um político por outro. Mas a polêmica que se deu em relação à sua escolha se deveu ao fato de Lauro nunca ter publicado nada. Pressentindo que um candidato assim seria inviável, Paulo Barreto, o principal idealizador da candidatura, lança a ideia de publicar um discurso proferido por Lauro. Feita a publicação, que não rendeu mais que um parco volume, estava aberta a possibilidade da imortalização de Lauro.

Sua candidatura e posterior vitória geraram ainda mais controvérsias na imprensa e entre os membros da ABL. O custo de garantir uma maior entrada no restrito círculo da elite carioca era a dissolução da imagem que a Academia detinha até então

“Também o reflexo da disputa nos jornais fragilizou a imagem da Academia como o local da cordialidade e da união. Assim, colocou-se em xeque a ideia de que a política não entrava na ABL, não tanto por causa do nome escolhido, mas sobretudo porque o mal da discórdia, da disputa e dos interesses pessoais, atribuído na década de 1890 à política, deixava de ser mascarado e extrapolava o ambiente acadêmico, tornando-se evidente a qualquer leitor dos periódicos da época. (RODRIGUES, 2003, p. 157)

É possível imaginar o quanto essa exposição na imprensa desagradaria Machado e quanto ele evitaria expor seu projeto à discussão pública, mas sem a sua presença não havia mais freios para o novo projeto: “Tais sufrágios decerto geravam dissidências dentro da Academia, mas por outro garantiam-lhe acesso permanente à rede de favores da elite brasileira” (EL FAR, 2000, p. 117). Não podemos nos enganar achando que essa mudança de paradigma era algo completamente novo. Como disse anteriormente, havia desde a fundação membros que preconizavam uma maior abertura da Academia a membros “não literatos”. Além desses grupos “dissidentes”, é necessário atentar para os próprios membros do grupo machadiano para vermos que essas contradições perpassavam toda a estrutura da ABL. Basta citar o caso em que Nabuco sugeriu a candidatura do Almirante Jaceguai⁷³ para representar a Marinha (RODRIGUES, 2003).

“Contudo, não houve uma ruptura, como tentaram fazer crer os opositores das candidaturas de Osvaldo e de Lauro Müller. O mais correto seria afirmar que o que houve foi a explicitação de processos internos que haviam sido abafados pela geração de Lúcio de Mendonça, Machado de Assis e Joaquim Nabuco, pois eles mesmos trouxeram o universo da política para dentro da Academia, quando de suas cabalas eleitorais. (...). O que ocorria é que a ‘Panelinha’ tinha poder suficiente para administrar suas escolhas sem muita oposição. Ao mesmo tempo, conseguia, exceção feita ao almirante, escolher figuras que haviam tido alguma relação com o universo letrado antes de se tornarem ‘medalhões’ da política.” (RODRIGUES, 2003, p. 166).

Esse abalo nos prestígio da Academia também deve ser relativizado. Deixando de ser um templo apenas das letras não significa que perdeu por completo o seu poder de consagração perante os literatos.

“A Academia sedimentava assim seu prestígio social e político. Ao longo das décadas de 1910 e 20, prosseguiram os debates sobre os dotes literários dos acadêmicos, mas as celebridades eleitas ainda constituíam então uma parcela ínfima dos quadros da Academia. Assim, aqueles que desejavam ostentar em suas publicações o título de imortal estavam certos de figurar não só ao lado de Osvaldo Cruz, Lauro Müller, Artur Jaceguai e Dantas Barreto, mas principalmente de Coelho Neto, Graça Aranha, Luís

⁷³ Veterano da Guerra do Paraguai. Ele mesmo recusara diversas vezes os convites de Nabuco por não se considerar um homem de letras (EL FAR, 2000).

Murat, Silvio Romero, Félix Pacheco, Amadeu Amaral, João Ribeiro, Carlos de Laet e Rodrigo Otávio, todos eles tidos como grandes homens de letras.” (EL FAR, 2000, p. 118).

O estabelecimento de seu potencial de consagração é acompanhado pela estabilidade financeira. No final da década de 1910 a ABL consegue duas grandes heranças⁷⁴ que solidificam suas possibilidades financeiras (EL FAR, 2000). Ambas as heranças, que vieram a se somar aos subsídios estatais, estavam atreladas ao condicionante de que a Academia realizasse concursos literários nacionais, apesar de não impedir que parte dos recursos fosse destinada às despesas diárias e subvenções aos imortais. Isso fez com que o interesse material dos candidatos à imortalidade aumentasse. O aumento das subvenções que a ABL pagava àqueles imortais que frequentassem suas reuniões fazia com que, principalmente para os que moravam na capital, o título se tornasse importante fonte de renda, dificilmente conseguida com a atividade literária. Além disso, podiam agora os diversos escritores concorrer aos prêmios oferecidos por ela, o que, se não significava um ganho material tão grande, servia como mecanismo de consagração da obra.

O desenvolvimento da ABL se confunde com o da própria capital e do mundo literário carioca no qual nasce e do qual se torna maior expoente. Absorvendo o mundanismo característico da vida carioca, adquirindo capital simbólico e financeiro e detendo o poder de consagração, ela que acaba por ocupar o centro da vida literária. Se entre o final do século XIX e o início do XX as *coteries* eram os polos de luta pela consagração literária, no final da década de 1910 seu papel diminui consideravelmente e passa a ser ocupado pela Academia. Isso não significa que esses diversos grupos que lutavam para emergir como literatos de primeira ordem deixaram de existir. Como instituição que absorveu uma grande parte desses intelectuais, a ABL foi capaz de concentrar as disputas internamente. Isto permitiu que o controle da luta pelo capital simbólico fosse mantido dentro de suas paredes, principalmente por meio das eleições.

“No intuito de reafirmar periodicamente esses valores [o prestígio dos antecessores], os acadêmicos passaram a fabricar um amplo repertório de imagens objetos, discursos e situações que enalteciam as diretrizes centrais

⁷⁴ Essas heranças são a do editor Francisco Alves em 1917 e do bibliófilo Francisco Ramos Paz em 1919.

da corporação. Graças à eficácia de tais símbolos, construíram para a Academia um passado glorioso, salientando assim o seu caráter imortal e o seu papel fundamental no seio da sociedade brasileira. Tal tradição, mesmo sendo uma 'tradição inventada', no dizer de Hobsbawm, encontrava-se completamente imersa nos padrões culturais da sociedade carioca na virada daquele século. As celebrações acadêmicas andaram lado a lado com a chamada belle époque do Rio de Janeiro. Essa elite cosmopolita que consumia romances franceses, que pagava para assistir a conferências literárias, que adotava as últimas modas ditadas pelo gosto europeu, que valorizava um tipo de saber produzido nas faculdades e institutos e que era extremamente segmentada e hierárquica representou para os acadêmicos um meio extremamente favorável para pôr em prática uma determinada tradição. Ou seja, a aceitação crescente dos sucessivos eventos patrocinados pela agremiação mostra o quanto ela estava afinada com as diretrizes sociais, políticas e culturais então vigentes." (EL FAR, 2000, p. 134).

Poderia estender o período analisado para o contexto do Pré-Modernismo. Se o fizesse teria de relativizar o domínio da Academia, principalmente levando em consideração o desenvolvimento de um mercado editorial e leitor na cidade de São Paulo que passará a rivalizar com o Rio de Janeiro. Não me deterei nessa análise porque ela ultrapassa os limites do nosso objeto, afinal Lima morre em 1922- antes da divulgação do modernismo no Rio de Janeiro.

Vale notar que a maior parte da produção de Lima Barreto, notadamente os grandes romances, se dá quando o contexto ainda era de dominância das *coteries*, apesar de sua decadência. Ou seja, a maturidade do autor coincide com o período em que a Academia se torna mais proeminente. Ao tentar adentrar o rol da imortalidade, nos anos de 1919 e em 1921, Lima demonstra que se achava um escritor maduro e com alguma relevância nas letras: "Se não disponho do Correio da Manhã, ou do O Jornal para me estamparem o nome e o retrato, sou alguma coisa nas letras brasileiras e occultarem o meu nome ou o desmerecerem, é uma injustiça, contra a qual eu me levanto com todas as armas ao meu alcance." (BARRETO, 1921). Mas também indica que mesmo um autor combativo como ele, prezando por uma visão pessoal do fazer literário, reconhecia o poder simbólico que a Academia detinha.

A Academia representava para Lima Barreto um duplo interesse. O primeiro e mais claro é o material. A subvenção que ela poderia lhe fornecer atraía sua atenção. Mesmo que não o diga claramente, algo que seria frontalmente contraditório com as posturas que mantinha, é notório que suas tentativas de se tornar imortal aconteçam após a possibilidade de retorno financeiro⁷⁵ existir. Digna de nota é a observação feita a Lima por Lobato na carta-resposta àquela em que Lima descreve os motivos de sua não entrada na ABL⁷⁶:

“25-4-1919

Lima.

Recebi a tua última. Não podes entrar para a academia por causa da ‘desordem da tua vida urbana’; no entanto, ela admite a frescura dum J. do R. Os imortais, a contar de Júpiter, sempre viram com indulgência os Ganimedes... Enfim, são brancos, digo imortais, lá se entendem. Eu acho a academia uma bela coisa, depois que o Alves a enriqueceu. É positivamente um negócio imortalizar-se vitaliciamente. Porque duma maneira ou doutra, a renda do legado há de reverter em benefício dos frades da ordem. Talvez isso explique o recrudescimento do avanço que se nota agora a cada vaga.” (BARRETO, 1956, p. 70).

Essa sugestão de Lobato, feita logo após a única vez em que Lima efetivamente disputou o pleito, deixa antever que havia um motivo material por detrás dessa tentativa. A ausência de uma resposta, pelo menos até onde há materiais disponíveis, mostra que Lima concordava em parte com a argumentação do editor. Além desse motivo de ordem prática, havia nessas aproximações e afastamentos entre Lima e a Academia um reconhecimento do poder simbólico que esta guardava. Mesmo que desprezasse efetivamente uma grande parte dos seus integrantes, e por consequência o próprio ato de escolha desses membros, mantinha o desejo de adentrar nesse rol de escolhidos que, como demonstram as análises de El Far e Rodrigues, tinha um forte poder de consagração perante a sociedade carioca.

⁷⁵ Na primeira vez não chega a efetivamente disputar o pleito.

⁷⁶ Transcrita por nós acima.

Tal potencial de consagração não era ignorado por Lima. Via nisso uma possibilidade de finalmente ser reconhecido como um literato de qualidade, algo que deixa claro no artigo intitulado *Minha Candidatura*. Ao requerer o reconhecimento como literato perante seus pares confirma o poder que essa instituição detinha perante o mundo literário, mas o que não impede que mantenha uma relação dúbia ao pretender adentrar o mesmo recinto daqueles que atacava. Essa oscilação entre aceitar ou não as regras do jogo pode servir de explicação para o motivo pelo qual desistiu - “por motivos inteiramente pessoais” ⁷⁷ - do último escrutínio de que participou. Gostaria sim de fazer parte do restrito círculo da ABL, mas isso não significaria que capitularia completamente às regras que uma candidatura de sucesso impunha. Sabendo que suas chances eram pequenas, concorre seriamente pelo menos uma vez, mas não procura o necessário apoio interno que precisava para ser eleito. Gostaria de ser reconhecido apenas pela qualidade dos seus escritos, algo que não deve ser creditado como inocência, mas novamente se trata de uma posição própria que cobra o seu preço nas possibilidades que se fecham.

⁷⁷ Carta de Lima Barreto à Academia Brasileira de Letras datada de 28/9/1921 (BARRETO, 1956).

Conclusão

Voltemos agora ao nosso questionamento inicial: como explicar o malogro do projeto pessoal de vida de Lima Barreto? Primeiramente é necessário relativizar o que chamo insucesso. Ao dizer que um autor fez ou não sucesso é preciso primeiramente levar em consideração sua recepção no seu próprio tempo. A relação com o público leitor e com a crítica pode ser temporalmente distendida, sendo o escritor bem-sucedido em seu tempo depois esquecido ou vice-versa. O fato é que, analisando a recepção do público e da crítica em seu próprio tempo, podemos entender melhor as relações entre autor, obra e público.

Vimos quais eram as dificuldades materiais inerentes à profissão de homem de letras. Ter um livro publicado não era uma tarefa fácil, quanto mais ser publicado com alguma qualidade editorial. Ser realmente lido, algo muito mais difícil de analisar, era um sonho dificultado pelo amplo analfabetismo. Assim, ter algum escrito publicado já é um demonstrativo de um mínimo de capital. Poderia ser objetado de que isso pouco demonstra a força de penetração da obra, no que prontamente concordarei. Ademais, a relação entre os literatos e a consagração que podiam imputar aos seus pares também é parte importante a ser considerada na dinâmica da literatura da *belle époque*. A configuração dos grupos é parte fundamental para o sucesso ou insucesso de um escritor, e só pode ser entendida dentro de seu próprio tempo.

Foge do escopo dessa dissertação tentar encontrar uma explicação para o fato de uma obra ganhar notoriedade tempos após a morte do seu criador. Obras podem ou não serem imortalizadas, mas sempre guardam uma relação com o tempo em que foram produzidas. As que se tornam de renome pouco tempo após sua publicação são aquelas que conseguem estabelecer uma relação com o público de sua época de maneira a suprirem uma necessidade social momentânea. A obra euclidiana, por exemplo, não poderia ser pensada sem o contexto de Canudos e das teorias deterministas. Já a obra de João do Rio só é entendida quando adicionamos o mundanismo carioca à vida literária. Poderiam ser citados diversos outros exemplos, mas todos eles demonstrariam uma conexão entre a obra e a vida social

na qual se insere. Vale salientar que tal não exclui sua sobrevivência ao longo do tempo, apenas demonstra grande aderência ao seu momento histórico.

Conseguir estabelecer uma conexão imediata com o público leitor, no entanto, não é garantia de êxito material. Ser um escritor de renome não significava ter grande vendagem. Havia entre os intelectuais quase que um reconhecimento mútuo: seus antagonismos se manifestavam na percepção no outro de algo que valia a pena ser combatido, ou seja, de que o oponente era alguém provido de alguma característica incomum. Tal característica era a percepção de que ambos compartilhavam da “vocação” de homem de letras, profissão que não comportava o ganho material como finalidade última. Por mais que Lima Barreto odiasse Coelho Neto por considerar sua literatura vazia, não escapava de se direcionar a ele como um escritor. Se não é possível defender uma “arte pela arte” como havia na França analisada por Bourdieu, também não podemos estabelecer que o seu oposto, a arte para venda, ou burguesa, fosse aquela dominante. No contexto específico da República das Letras é preciso atentar para as nuances do que representava ser um escritor para entender o que ocorreu com Lima Barreto.

Se tomarmos como parâmetro sua própria época, Lima não gozou de grande prestígio. Entretanto, teve algum relevo nas letras, conseguindo publicar seus três romances principais ainda em vida, assinando diversos artigos e crônicas, participando ativamente da vida literária. Mas mesmo tendo transposto essa barreira, faltou-lhe um passo que o levaria ao reconhecimento pelos seus pares e pela sociedade letrada. Obter esse reconhecimento significava ser falado, ter seu nome escrito nos jornais, discutido pelos críticos, ser recitado em salões. Ser falado era o maior sinal de que se estava trilhando o caminho do sucesso, a consagração final por uma instância vindo em seguida. Desse ponto de vista o insucesso de Lima é incontestável, já que não logrou mais do que alguns poucos admiradores e críticas dispersas.

Tinha razão quando no lançamento do *Isaías* se mostrava irritado com o silêncio que os jornais faziam. O escritor desde cedo já estava familiarizado com o ambiente literário para entender quais eram as regras que regiam seu jogo. Sabia que acima de tudo precisava aparecer, ser visto e encarado como um escritor “de verdade”, como ele mesmo dissera na carta à Lobato. Sabia também que a melhor

maneira para isso seria o reconhecimento obtido pela crítica, ou seja, precisava que seu nome aparecesse nos jornais. Não é possível imaginar que não tivesse conhecimento do funcionamento da empresa jornalística e do impacto que seu livro iria causar - mostrou saber disso em carta endereçada a Gonzaga Duque em que cita os motivos da escolha de *Isaías* como seu livro de estreia:

“Era um tanto cerebrino, o Gonzaga de Sá, muito calmo e solene, pouco acessível, portanto. Mandeí as *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, um livro desigual, propositalmente mal feito, brutal por vezes, mas sincero sempre. Espero muito nele para escandalizar e desagradar, e temo, não que ele te escandalize, mas que te desagrade” (BARRETO, 1956, p. 169).

Em resumo, Lima Barreto conhecia as regras gerais que governavam o mundo literário. O que lhe faltava eram os capitais necessários para que sua estratégia fosse bem sucedida.

As interpretações disponíveis sobre o insucesso de Lima não passam além da recepção do *Isaías*. Vimos que esse livro foi recebido com frieza pela crítica e também pelo público. A escolha desse livro em detrimento do *Gonzaga de Sá*, “para chocar”, realmente se mostrou um equívoco em termos de consequências à sua carreira. Não afirmo que a fortuna teria sido maior caso o livro de estreia escolhido fosse o *Gonzaga*, mas penso ser possível escapar a conclusões simplistas que imputam todo o peso dessa escolha a um simples erro.

O *Isaías* fechou algumas portas para sempre, principalmente n’O *Correio da Manhã*, seu alvo principal, mas de maneira nenhuma significava que a carreira de Lima estava com seu destino selado. A estrutura do mundo literário permitia que o escritor se reinventasse, tanto literariamente quanto nos seus modos. Como campo não autônomo, a literatura permitia a reconversão de capitais de maneira mais simples do que se fosse autonomizada. Também permitia que o escritor traçasse novas estratégias com vistas a adquirir um capital de que não dispunha, por exemplo, reconvertendo a sua figura de boêmio em dândi. A obra de arte tinha, é claro, a sua importância, mas não se tratava de algo determinante. O capital social era predominante em relação ao literário na determinação do acesso. A importância dos atributos literários figurava em um segundo plano em relação às relações

mundanas que os escritores mantinham entre si, basta vermos como se deram diversas escolhas de imortais.

O que quero salientar é que havia diversas possibilidades de trajetórias que ainda estavam abertas. Mas talvez o melhor exemplo seja a própria trajetória de Lima após sua estreia. Seus livros posteriores conseguiram algum impacto no seu meio, chegando a disputar seriamente prêmios da Academia. Apesar disso, a escolha inicial não pode ser tomada de maneira leviana. Se ela não determinava um futuro determinado, com certeza as limitava. Além da óbvia dificuldade de conseguir uma crítica favorável nos principais jornais, o malogro de sua estreia marcava também o escritor perante seus pares. Como dependia da avaliação que seus colegas faziam dele para que pudesse ultrapassar as barreiras que a imprensa lhe impunha, o lugar social no qual o seu grupo se encontrava era fundamental para que pudesse superar essa barreira. Esse seria mais um lugar no qual se encontraria marginalmente em relação ao centro do poder.

O *Isaías* e o *Esplendor dos Amanuenses* guardavam essa semelhança em relação ao lugar que ocupavam dentro do campo literário. Lima acertava na escolha de temas que estavam em debate para a confecção do seu livro. Acreditava que com isso chamaria a atenção do público e da crítica. Essa visão parecia estar na direção correta, no entanto erra ao desenvolver seus temas de maneira não ortodoxa. Ao atacar a imprensa e colegas de profissão sem contar com um posicionamento do seu grupo que lhe desse a proteção necessária, arrisca mais do que poderia.

O desenho da sociedade carioca da *belle époque* se mostra numa configuração peculiar ao escritor. Nela, o artista dissidente que almejasse as benesses da literatura tinha seu acesso praticamente impedido. Foi justamente esse o caminho que Lima traçou, sendo deixado de fora das instâncias de consagração. Quero aqui propor uma releitura da trajetória de Lima próxima da que fez Norbert Elias em *Mozart* (1995). As diferenças entre as duas figuras históricas são muitas - de tempo histórico, de lugar geográfico, de produção artística, entre outras. Apesar disso, penso que as possibilidades de análise levantadas por Elias podem ser utilizadas, com as devidas ressalvas, também para explicar a carreira de Lima.

Ao analisar a trajetória de Mozart, Elias evidencia os conflitos de um artista que fazia música de maneira independente - por independente entenda-se livre das amarras de um mecenas ou da corte -, ou pelo menos procurava fazê-lo numa sociedade que não permitia tal espaço de ação. Elias sem negar a capacidade de criação artística fora do comum de Mozart, demonstra que a forma de divulgação de sua arte, bem como os modos de se portar eram inadequados para uma estrutura que prendia o músico à corte. Vivia então numa situação peculiar em que ao mesmo tempo em que absorvera os gostos musicais da nobreza, detinha um *habitus* burguês.

Nessa sociedade dominada pelas normas da nobreza, um músico tinha status de um pequeno funcionário agregado. Há, portanto, a conformação de dois grupos sociais que, nos termos de Elias, é definida como relação entre estabelecidos e *outsiders*. A definição dessa relação é feita pelo autor em outro livro, *Os Estabelecidos e os Outsiders* (2000). Ao analisar o comportamento de uma pequena comunidade operária, Elias salienta que não havia diferenças significativas entre os seus integrantes que justificassem a formação de grupos que se diferenciavam e se antagonizavam. O critério que o autor encontra para essa diferenciação, a única diferença real entre os grupos, é a antecedência de ocupação do local. Essa antecedência permitia que o grupo antigo mantivesse maior coesão interna, devido à antiguidade dos laços que uniam as famílias deste grupo, excluindo o grupo mais novo ao atribuir-lhe um status negativo:

“Assim, nessa pequena comunidade, deparava-se com o que parece ser uma constante universal em qualquer figuração de estabelecidos-outsiders: o grupo estabelecido atribuía a seus membros características humanas superiores; excluía todos os membros do outro grupo do contato social não profissional com seus próprios membros; e o tabu em torno desses contatos era mantido através de meios de controle social como a fofoca elogiosa [*praise gossip*], no caso dos que o observavam, e a ameaça de fofocas depreciativas [*blame gossip*] contra os suspeitos de transgressão.” (ELIAS, 2000, p. 20).

A aproximação com as *coteries* da *belle époque* carioca é facilmente observável. O mecanismo de ação entre seus grupos são semelhantes aos que Elias analisou em relação à Winston Parva. Se no nosso caso não se trata de fofoca

(positiva e negativa), mas de elogio e depreciação, não se altera o sentido da comparação - inclusive a própria maneira com que isso era utilizado para aumentar a coesão do grupo é assemelhada. Talvez a maior diferença entre os dois casos se dê na configuração social. Enquanto a sociedade que Elias descreve parece se conformar em um binômio, a República das Letras se mantém, principalmente nos seus primeiros anos, dividida em diversas facções. Somente após a cristalização da dominância do grupo machadiano na ABL, que não é absoluta, é que uma configuração mais próxima da binominal aparece. Apesar disso, é clara a conformação de grupos mais próximos do centro do poder, estabelecidos, e aqueles afastados, outsiders.

Outro paralelo possível é entre a trajetória de Mozart e de Lima. A base do conflito de Mozart com a sociedade de corte foi a sua incapacidade de manter os padrões de sociabilidade requeridos pelo mecenato, ao mesmo tempo em que produzia um tipo de música diretamente ligada à existência dessa corte. A situação de Lima se apresenta de maneira semelhante no que tange a seu projeto de autonomia literária. Por mais que sua arte traga algo de renovador, ela não se configura como uma ruptura completa dentro do conjunto do que era então produzido na literatura brasileira. Os temas tratados em suas produções, a linguagem, a militância, faziam com que sua obra se destacasse como algo original no seu meio, mas ainda falava a linguagem do seu tempo, as temáticas caras à época, com os indivíduos do seu meio, ou seja, era uma literatura muito fortemente ligada à experiência social em que foi criada.

Diferentemente de Mozart, Lima não estava preso necessariamente a uma corte, mas isso não significava que desfrutava de uma liberdade completa. Enquanto para Mozart sua impossibilidade de ocupar o lugar almejado na estrutura estava bloqueado pela inexistência do artista autônomo, para Lima essa possibilidade estava simplesmente bloqueada. Apesar do lugar social que desejava ocupar realmente existir, não lhe era facultado atingi-lo. O drama de ambos guarda semelhança por almejarem algo que lhes era bloqueado, mas, do ponto de vista estrutural, são díspares. A existência desse Olimpo intelectual que Lima almejava alcançar parecia ser uma realidade alcançável, mas por quê?

A República do Brasil mantinha uma aparência liberal que não condizia com as oportunidades que lograva aos seus cidadãos. A imagem demonstrava que os homens de sucesso o eram por méritos próprios, tinham chegado ao ápice da sociedade por sua própria força de vontade. No entanto, essa visão não resistia ao teste de realidade: mais do que qualidades individuais o fator preponderante para o sucesso individual era a capacidade dos indivíduos de manipularem os capitais que dispunham. Em diversos escritos de Lima essa questão aparece - sob a forma de compadrio de nepotismo, entre outras. Mas o mesmo não ocorre na análise feita por Lima de sua própria carreira. Quando se debruçava sobre o próprio destino olhava o seu passado com o mesmo fundo ideológico com o qual a República se nutria. Pensava ser possível conquistar seu espaço na literatura por méritos próprios e que seu malogro era devido a alguma questão de julgamento social. Resta então uma questão a ser respondida: porque foi incapaz de olhar para a sua trajetória da mesma forma com que fez com a sociedade? Dito de outra maneira, é preciso aqui compreender como, sabendo das regras do jogo e como jogá-lo, Lima Barreto seguiu por um caminho que dificilmente poderia lograr êxito.

Para responder mais esse questionamento é preciso entender o que significaria aceitar os ditames sociais que rompiam com a lógica do indivíduo que consegue seus méritos apenas com pelo próprio esforço. No contexto da sociedade brasileira, aceitar o local social do escritor “acomodado” seria um meio caminho para angariar as benesses que os meios de consagração e os indivíduos controlavam. Ser um escritor não era apenas escrever, seguir as correntes literárias ou desfrutar de uma roda de intelectuais: antes, ser escritor significava um estilo de vida. E o estilo de vida que se impunha àqueles que desejavam adentrar as rodas mais disputadas era de um tipo polido e bem-educado. Não havendo outras escolhas que permitissem angariar os mesmos recursos, ou o escritor se conformava à ordem ou então corria o risco do ostracismo. Ou seja, na *belle époque* carioca ser escritor de sucesso seria o mesmo que aceitar de bom grado as normas impostas pelos dominantes.

Já vimos que Lima não se conformara nunca com essas regras, procurava a todo o momento combater aqueles em melhor posição na estrutura. Esse combate se mostrou tanto na sua literatura quanto na sua maneira de se portar e de se

relacionar com seus pares. Aqui aparece novamente a agência de que fala Schwarcz. Ao agenciar sua posição como contraposta ao *mainstream*, Lima também construía seu conjunto ideológico, conjunto esse que se mostrou descolado da realidade que tanto analisara. Tal inconformismo com a situação em que se nos encontrava leva a outro questionamento: porque Lima Barreto impôs uma situação de marginalidade ainda maior do que aquela em que já se encontrava devido à sua origem?

Agora estamos aptos a compreender o que essa condição significava e qual foi o percurso de Lima Barreto até ela. Já foi discutido como a escolha do *Isaías* em detrimento do *Gonzaga de Sá* representou um erro em termos de recepção. A escolha do *Isaías* significou em primeiro lugar uma maior dificuldade de acesso aos meios de divulgação e, por conseguinte, de consagração. Não resta a dúvida de que como estratégia para um autor que dizia querer o sucesso literário esse foi um erro. Fechadas as portas da imprensa, elas não seriam reabertas com facilidade mesmo para um escritor com maiores recursos.

Mas também é possível entender essa escolha por outro prisma: o do posicionamento. Quando escrevera seu livro de estreia, Lima já mantinha uma postura combativa - vide o artigo de abertura da *Floreal*. Portanto, a escolha de um livro combativo como seu autor, com o intuito de se fazer polêmico, nos leva a entendê-la como um forte demarcador de sua posição contrária ao mandarinato literário. Desprovido das armas de que seus adversários dispunham, constrói um campo de batalha no qual não poderia sair vencedor. Tentava travar a luta como se as regras que regiam o embate fossem exclusivamente de qualidade intelectual, quando na verdade a maior parte do capital em jogo era justamente de outra natureza. A partir do momento em que escolhe esse papel, Lima se mantém firmemente atrelado a ele, como se alguma obrigação maior o impedisse de curvar-se ao mundanismo. Esse ponto é fundamental porque, a partir dele, podemos definir sua produção como antagonista ao *mainstream*. Talvez este seja o ponto menos ambíguo do autor, mantendo sempre uma postura combativa, reafirmava sua estratégia inicial de oposição.

Uma análise mais detalhada em relação à escolha do *Isaías* nos revela com mais clareza o posicionamento com o qual Lima se comprometia. Comparando esse

livro com o *Gonzaga* a partir de uma leitura direta. Ambos guardam uma diversidade temática, tratando de questões caras ao autor. Apesar disso, o *Gonzaga de Sá* tem um tom menos crítico, se aproximando de uma narrativa de sábio que compartilha uma visão singular da vida, mais “cerebrino” como classificaria Lima. Já o *Isaías* utiliza de uma linguagem mais direta, de uma crítica mais dura. Sua estrutura narrativa como *roman à clef* e os ataques que dispara como autor-narrador também contrastam com uma placidez, um quase voo, que o *Gonzaga de Sá* oferece ao leitor. O próprio fim dos romances mantêm um tom dissonante entre si: enquanto Isaías caminha para um final que mais parece um ressentimento amargo pelas possibilidades não realizadas, Gonzaga de Sá morre em uma atitude de quase plenitude com o mundo. Se ambos os livros levam a marca do seu autor, também denotam duas possíveis trajetórias que para se tornarem realidade dependiam de uma escolha pessoal do escritor. Sendo apenas uma delas possível, optar por uma necessariamente excluía a outra, e conseqüentemente marcava a carreira ainda em porvir.

Lima Barreto estava, em vários sentidos, em sintonia com as tendências do seu tempo, desde as correntes filosóficas até as notícias advindas do além-mar. Suas atitudes combativas não significavam que era diferente dos seus companheiros; por mais que quisesse se mostrar como um ser humano diverso daqueles que ocupavam as posições de poder, era em mais pontos do que gostaria de admitir semelhante a eles. Esse aspecto se torna mais claro quando atentamos para o fato de que discutia questões caras não apenas para si, mas para toda a intelectualidade. Compartilha das preocupações e questionamentos em voga, mas não das conclusões: se a população negra é um problema, as teorias raciológicas oferecem um remédio que Lima se recusa a aceitar; se as reformas urbanas querem higienizar e modernizar a capital da República, ele demonstra um lado perverso dessa mudança. Essa análise poderia ser repetida para todos os temas que Lima discutia; são temas prementes para a intelectualidade da época, mas sua conclusão é sempre deslocada em relação ao centro.

O fato de esses temas perpassarem todas as obras é fundamental. Lima sempre manteve um diálogo direto com a intelectualidade da época, e seus romances, além dos seus outros escritos, serviram diretamente a esse diálogo.

Como é natural de toda a comunicação humana, esse ato pressupõe duas partes, uma que transmite e outra que recebe. Pensando nessa separação, sabendo que havia, ou deveria haver, um outro que recepcionaria sua voz, o autor escrevia com uma clara vontade de separar esses dois polos – o emissor e o receptor. O tom personalista carregado pelos romances de Lima – tom este que tanto desagradara Sérgio Buarque – em grande parte era utilizado justamente porque Lima queria demonstrar o que não era, ou o que projetava não ser.

O confronto aberto não foi uma característica desenvolvida apenas neste aspecto dos seus escritos. Algo muito presente neles é o ataque pessoal a figuras de renome. Somando-se ao ataque às instituições, essas atitudes dificultavam enormemente a Lima encontrar aliados que pudessem transferir parte do seu status ao grupo. Cerrando fileiras contra personalidades estabelecidas e trazendo à tona críticas as posições políticas e ideológicas dessas figuras, afastava ao mesmo tempo os grupos que as defendiam. Esse tipo de ataque se coaduna com as estratégias que as *coteries* desenvolviam. Se posicionar contra os grupos dominantes poderia ser uma estratégia de sucesso, caso fosse compensada por um capital, econômico, social, etc., que compensasse as perdas advindas do conflito. Sabemos que Lima não dispunha de um excedente que lhe desse a segurança para participar do jogo em condições efetivas de sucesso. Aqui se encontram os pontos que unem a carreira do literato com a vida do homem. Para entender mais profundamente como Lima Barreto chegou em uma encruzilhada e porque fez as escolhas que fez é preciso levar em consideração como se formou o homem que viraria o escritor.

A relativa ascensão paterna - lembremos que seu pai dispunha de um cargo de relativo destaque e até mesmo de um apadrinhamento poderoso - foi interrompida com o fim da Monarquia e com a doença que acometeu o chefe de família. Se fosse seguido o cenário que Barbosa traça desses primeiros anos do autor pensaríamos que ele já havia decidido pela profissão de escritor. Sua biografia busca enfatizar a carreira literária, assim tenta resgatar todas as experiências do jovem Lima nesse sentido, o que faz parecer ao leitor que se trata de algo inato. Também ao resgatar as memórias do próprio escritor sobre esse período,

principalmente no tocante às reprovações escolares, o leitor é levado a crer que detinha uma ojeriza quase natural à carreira de “doutor”.

Como já apontei, a opção pelas letras nessa juventude não era de todo estranha a um universitário brasileiro. É passível de conjectura se Lima teria sido “doutor” caso a doença de seu pai não houvesse chegado antes que concluísse seu curso, e se isso afetaria sua carreira de literato. São conjecturas que servem para pensar como não havia sido traçado um futuro definido; não se trata, como nunca se trata, de um escritor com um dom inato. Mas também servem para salientar o cenário de poucos recursos, tanto materiais como simbólicos, no qual Lima tentaria a sua sorte.

Salientar esse ponto, não é deixar de levar em consideração as dificuldades de sua origem. Na realidade, ao proceder dessa maneira, pretendo demonstrar a complexidade da construção da imagem de Lima Barreto. Seria leviano negar que em relação aos seus colegas de escola ou de profissão ele se encontrava em uma posição social desprivilegiada. Tanto as parcas condições financeiras quanto o fato de ser negro devem ser ponderados nessa equação. Apesar disso, não posso tomá-las como se fossem um determinante das dificuldades que encontraria no seu percurso. Sou levado a crer que Lima Barreto também é o construtor de alguns muros para o seu próprio caminho. Se o seu ponto de partida impõe dificuldades dificilmente superáveis, ele adiciona outras que fazem com que o conjunto se torne ainda mais opressivo.

Voltemos ao ponto onde deixamos nosso autor. Após o fracasso do seu livro de estreia, seu próximo romance seria o *Polcarpo*⁷⁸, que sai em folhetins em 1911, dois anos após a publicação em livro do *Isaías*. Durante esse intervalo sua estratégia não muda substancialmente. Sua atuação no jornal se mantém a mesma, com seus artigos mantendo o caráter combativo, as rodas em que participa também continuam periféricas e mesmo esse seu romance solidifica o antagonismo que mantinha aos dominantes.

Se a forma que escrevia já tendia a esse afastamento, sua atuação nas relações entre as *coteries* nos parece significativa. Formando um grupo afastado do

⁷⁸ Apenas sairia em livro em 1915.

centro do poder tanto fisicamente quanto na sua atuação, o *Esplendor dos Amanuenses* tinha um claro intuito de contraposicionamento. Essa estratégia se mostrou ao mesmo tempo bem e malsucedida. Por um lado, realmente permitiu ao grupo demarcar um território próprio, para os integrantes da República das Letras era claro que aquele grupo compunha-se por opositores. Por outro lado, essa atitude significou a contrarreação óbvia do ostracismo do convívio literário em que esse grupo se viu jogado. O custo de se tentar uma posição alternativa era a criação de uma barreira de acesso invisível, mas altamente eficiente no seu poder de exclusão.

A estruturação específica da República das Letras fazia com que o escritor e o grupo mantivessem uma determinação mútua. Não quero dizer que ambos se confundissem, para os escritores as qualidades de um indivíduo poderiam se sobrepujar ao seu grupo e serem reconhecidas pelos demais. Mas quando se trata das relações de poder entre os diversos grupos, o pertencimento a um grupo era uma determinante de sucesso superior à qualidade artística individual. A criação de um polo detentor de poderes de consagração que se diferencia do outro por critérios estabelecidos por ele próprio é um fator fundamental para compreender a tensão existente entre aquilo que o indivíduo almeja e as possibilidades disponíveis. Ao adentrar nas letras, um escritor torna-se também parte de um grupo, que compartilha com ele algumas afinidades, mas que não necessariamente satisfaz as aspirações do indivíduo.

A configuração que se estabelecia entre o grupo estabelecido e o *outsider* ganha contornos mais claros, e uma nova forma de expressão do poder dos estabelecidos quando se inclui silêncio institucional como arma. Formando um seletivo grupo que influenciava os meios de difusão e crítica institucional, os intelectuais dominantes dispunham do simples e eficiente mecanismo do silêncio como arma eficaz contra os investimentos dos aspirantes ao poder. Se esse silêncio caísse sobre um literato, ele teria poucas oportunidades de se opor, afinal significaria estaria afastado da arena de luta. Poderia, é claro, angariar outros capitais que permitissem sua conversão no literário, mas esse seria um caso excepcional.

Esse trabalho tentou demonstrar como Lima Barreto traçou uma estratégia de oposição à dominância literária. Semelhante a Mozart, sua maneira de agir não se coadunava com as possibilidades de seu tempo. Seu enfrentamento não levava em

consideração as barreiras que o mundo lhe impunha. O mundo da *belle époque* não era, como a sua aparência parecia de demonstrar, algo completamente novo. Por detrás dessa fachada existiam diversas permanências que influenciaram sobremaneira a configuração das letras. Mantiveram-se o compadrio, a colonização das letras pela política, os grupos literários razoavelmente coesos, etc., formas que mais tinham a ver com um regime estamental do que com a sociedade de classes. Neste ponto, faltou a Lima percepção de que sua estratégia, por demais caudatária de uma visão liberal, estaria fadada ao fracasso caso se confrontasse com essa estrutura.

Uma questão permanece pairando nesse cenário: porque Lima deixou-se enredar pelo possível disponível de se tornar um escritor marginal? Apenas uma análise focada nessa questão, algo que foge ao escopo deste trabalho, poderia respondê-la de maneira taxativa. Mas posso, com base no material analisado, propor uma possível resposta que penso abarcar tanto as escolhas individuais quanto os limites estruturais.

A primeira formação de Lima aponta para um *habitus* muito próximo dos seus semelhantes nas letras. Seu pai havia conseguido na Monarquia um status social relativamente elevado em relação à sua origem humilde. Conseguira publicar um manual técnico que obteve uma difusão considerável, obtivera um emprego público que lhe permitia certo conforto, conseguia manter relações com figuras importantes da Monarquia, como o Visconde de Ouro Preto. Era um exemplo da ascensão do mulato tratado anteriormente, não era bacharel, mas formava parte de uma classe média profissional que conseguira certa elevação de seu status. Sua mulher também compartilhava, de certa maneira, desse status. Não obtivera o mesmo sucesso do marido – a se salientar o peso da sua condição de mulher - ainda sim detinha uma educação semelhante à das senhoras brancas de seu tempo e conseguira, antes de sua doença, fundar uma escola para moças.

É nesse meio que Lima Barreto é criado. Apesar de não ser um meio aristocrático era semelhante ao de seus companheiros. Seus pais puderam lhe fornecer uma educação e um *ethos* ajustados ao meio escolar em que o jovem Lima adentrava. Claro que esse *habitus* não era completamente adaptado: era impossível à família apagar completamente as marcas de sua origem, não havia como deixar

de carregar parte do seu passado. Isso é visível tanto pelos episódios de racismo que marcaram Lima (e pela maneira que eles ofendiam sua autoimagem) quanto pela insistência, principalmente do pai, para que Lima se formasse “doutor”.

Por mais que houvesse uma pressão semelhante nos demais estudantes, para eles esse caminho parecia natural e não a única salvação possível. Para João Henrique, o projeto para seu primogênito passava quase naturalmente pelo sucesso acadêmico. Como para si próprio, a educação como meio para se conseguir melhor colocação social lhe parecia aquele logicamente mais acertado também para Lima. Cabe aqui mais um paralelo com Mozart. Assim como João Henrique, o pai de Mozart projetou para o filho uma carreira que gostaria para si. Pensava ser possível, a partir do talento, que o filho se tornasse um artista de sucesso, e consequentemente independente do lugar social em que nascera. Uma visão que talvez estivesse além das possibilidades de seu tempo.

É possível agora compreender o conjunto complexo de determinações externas e internas que configura a carreira de Lima Barreto. Se por um lado seu *habitus* estava em sintonia com as estruturas, por outro se mostrava disfuncional. A estrutura que internalizara era condizente com o meio em que se encontrava, partilhava dos mesmos códigos, dos mesmos sentidos que os outros literatos. Apesar disso, herdara também o *habitus* familiar calcado na busca da excelência como forma de sucesso profissional. Essas duas vertentes se misturam sem que houvesse maiores problemas durante a fase de estudante de Lima. No momento em que o autor é obrigado a se lançar na vida adulta que aparece o conflito entre essas duas estruturas.

Se pudéssemos congelar esse momento no tempo, veríamos um conjunto de possíveis ainda relativamente abertos à escolha. Como coloca Bourdieu, o *habitus* também é feito pela *práxis*, o agir no mundo também faz parte da internalização da relação do sujeito com a estrutura. Na experiência de Lima as duas correntes principais que formaram seu *habitus* não se eram antagônicas. Na realidade pareceriam até mesmo complementares, afinal Lima sabia que estava em condições desvantajosas, devido a sua origem, em relação a seus colegas, mas em igualdade no que se refere aos estudos propriamente ditos - prova objetiva de sua capacidade intelectual. Ou seja, parecia que poderia contar com suas próprias forças para

conseguir o mesmo sucesso dos seus companheiros, mérito particular de sua inteligência da qual se gabou em toda a vida.

Ocupar o lugar da marginalidade disponível na estrutura, representada pela escolha do *Isaías*, não seria mero acaso. Em toda a sua trajetória até então nada havia demonstrado que sua forma de agir estava incorreta. Assim como acontecera antes, estava diante de um grupo que detinha condições melhores, agora sobre a forma de capital simbólico, então porque não repetir a mesma estratégia anterior e provar o seu valor pessoal? A maneira que encontrou de repetir essa estratégia foi tentar elevar a aposta, aumentar o que estava em jogo para angariar o máximo de lucro. Ao contrário do que a reconstrução histórica de sua vida faz crer, o seu problema não era um desajuste, mas justamente o oposto. Apenas quando é revelado que Lima Barreto estava ajustado às condições da época é que o malogro de sua estratégia é compreendido. Esta não seria uma estratégia equivocada caso suas condições fossem outras, mas, ao analisar a sua trajetória e onde ela o leva, somos defrontados com um claro descolamento de um *habitus* que não condiz com a situação objetiva:

“De modo mais geral, contudo, a diversidade de condições, a diversidade correspondente de *habitus* e a multiplicidade de deslocamentos intra e intergeracionais de ascensão ou declínio fazem com que os *habitus* possam se defrontar, em inúmeros casos, com condições de atualização diferentes daquelas em que foram produzidos: isso ocorre em especial em todos os casos em que os agentes perpetuam disposições tornadas obsoletas pelas transformações das condições objetivas (envelhecimento social), ou quando ocupam posições capazes de exigir disposições diferentes daquelas derivadas de sua condição de origem, seja de modo duradouro, como os arrivistas, ou de maneira conjuntural, como os mais destituídos quando têm que se defrontar com situações regidas pelas normas dominantes, como certos mercados econômicos ou culturais.” (BOURDIEU, 2007, p. 196).

Ao tentar jogar o mesmo jogo de seus colegas com mais capitais disponíveis, se arrisca muito mais do que eles. Ao tomar essa decisão, ao tentar cruzar a fronteira que separava os estabelecidos dos demais, incorpora a figura do marginal como forma de capitalizar a sua estratégia. Uma vez malograda essa experiência, não a abandona, abraça-a como forma de se construir e de ser construído como um escritor especial.

Ao se ver nessa posição singular de um artista que se considera superior à média, mas que não consegue o reconhecimento, nutre uma angústia própria dos dominados. Essa angústia advém da relação dúbia que mantinha com o poder, ao mesmo tempo querendo fazer parte dessa elite - principalmente no caso das suas tentativas de adentrar na Academia - e também a todo o momento procurando se afastar deles:

“Pessoas com a posição de outsiders em relação a certos grupos estabelecidos, mas que se sentem seus iguais ou mesmo superiores, por suas realizações pessoais ou algumas vezes até mesmo por sua riqueza, às vezes reagem rancorosamente as humilhações a que estão expostas podem também estar plenamente conscientes dos defeitos do grupo estabelecido. Mas enquanto o poder do establishment permanecer intacto, tanto ele como seu padrão de comportamento e sentimento podem exercer uma atração muito forte sobre os outsiders. Muitas vezes o maior desejo destes é serem reconhecidos como iguais por aqueles que os tratam, tão abertamente, como inferiores.” (ELIAS, 1995, p. 39).

Resumidamente, ao analisar a trajetória de Lima Barreto antes e depois de seu ingresso na vida literária, levando em consideração tanto as condições sociais mais amplas quanto a da vida literária em si e matizando tal relação com uma leitura crítica de seus escritos, chega-se a uma explicação convincente para a problemática inicial a que me propus, a de compreender os motivos que levaram Lima Barreto a ocupar um lugar menor entre os literatos de sua época. Lima foi, em diversos aspectos, um escritor ajustado ao que se esperava dessa carreira então nascente; participava de grupos literários, escrevia em jornais diversos, discutia as questões prementes para a intelectualidade, era ao mesmo tempo jornalista e romancista, entre outros aspectos. Ao mesmo tempo apresentava diversas outras características que o distinguiam da maior parte dos literatos de então. A linguagem que utilizava, a defesa de conclusões diversas da maioria, o constante embate com os grupos dominantes, o fato de afirmar sua negritude, tudo isso fazia dele um escritor desajustado. Era, portanto, como em quase tudo que se relacionava a ele, um escritor ambíguo.

É exatamente a partir dessa ambiguidade, desse conjunto multifacetado de sentidos, que espero ter traçado uma explicação condizente tanto com o tempo histórico quanto com a história pessoal e as escolhas do escritor. Combinar essas

perspectivas de análise foi uma preocupação dessa pesquisa. Ao ligar a relação entre passado e presente dentro do contexto em que Lima fora criado e no qual ele adentrou quando adulto, fica claro que houve uma escolha individual que limita as possibilidades futuras. Escolha essa que não se materializa por uma centelha que ilumina a mente do autor, mas antes é fruto de uma estrutura com a qual ele se relacionava e com a qual se mostrara razoavelmente adaptado. Ao escolher trilhar esse caminho com base puramente num *habitus* defasado, deixa de ver que a estrutura em que se assentava não é mais a mesma que produziu esse *habitus*. Se não é possível colocar todo o peso da escolha do *Isaías* como determinante do seu destino social, é possível afirmar que a partir dela o autor opta, consciente ou inconscientemente, por um caminho que nunca deu sinais de querer desistir. Essa persistência de Lima é determinante para a nossa afirmação de que, ao escolher sua estreia de fato pela *Floreal*, opta por construir um caminho do qual não se desviaria, o da marginalidade.

Bibliografia

- ALEX, A. **As ideias socio-literárias de Lima Barreto**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.
- ALONSO, A. **Idéias em Movimento**: A geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BARBOSA, F. D. A. **A vida de Lima Barreto**: 1881-1922. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.
- BARRETO, L. **Marginália**. Belém: [s.n.], [2010]. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000158.pdf>.
- BARRETO, L. Floreal. **Floreal**, Rio de Janeiro, n. 1, 25 Outubro 1907. Ano I.
- BARRETO, L. A minha Candidatura. **Careta**, Rio de Janeiro, n. 686, p. 33, 13 Agosto 1921. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=083712&PagFis=26255&Pesq=>.
- BARRETO, L. **Bagatelas**. Rio de Janeiro: Empresa de Romances Populares, 1923. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00117300>.
- BARRETO, L. **Numa e a Ninfa**. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Brasileira, 1950. Disponível em: http://educacaoniteroi.com.br/biblioteca_virtual/biblioteca/Afonso%20Henriques%20de%20Lima%20Barreto/Numa%20e%20a%20Ninfa.pdf.
- BARRETO, L. **Correspondência**. São Paulo: Brasiliense, v. I, 1956.a.
- BARRETO, L. **Correspondência**. São Paulo: Brasiliense, v. II, 1956. b.
- BARRETO, L. **Diário Íntimo**. São Paulo: Brasiliense, 1956. c.
- BARRETO, L. **Feiras e Mafuás**. São Paulo: Brasiliense, 1956. d.
- BARRETO, L. **Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá**. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1990.

- BARRETO, L. **Clara dos Anjos**. São Paulo: Publifolha, 1997.
- BARRETO, L. **Triste Fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Klick Editora, 1999.
- BARRETO, L. **Diário do Hospício; Cemitério dos Vivos**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- BARRETO, L. **Contos completos de Lima Barreto**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2011.
- BARRETO, L. **Recordações do escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: Schwarcz, 2011.
- BOSI, A. **A literatura brasileira o pre-modernismo**. São Paulo: Cultrix, 1973.
- BOSI, A. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Editora Schwarcz, 1996.
- BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2010.
- BOTELHO, D. **A pátria que quisera ter um mito**. Campinas: [s.n.], 1996. Dissertação de Mestrado. Departamento de História. Unicamp.
- BOTELHO, D. **Letras Militantes: história política e literatura em Lima Barreto**. Campinas: [s.n.], 2001. Tese de Doutorado. Departamento de História. Unicamp.
- BOURDIEU, P. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Editora Schwarcz, 1996.
- BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BOURDIEU, P. **Meditações Pascalianas**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2007.
- BROCA, B. **A vida literária no Brasil 1900-1930**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.
- CANDIDO, A. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2008.
- CARDOSO, F. H.; AL., E. **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v. 8, 2006.

CASANOVA, P. **A República Mundial das Letras**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

COSTA, E. V. D. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: UNESP, 1999.

EL FAR, A. **A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924)**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

ELIAS, N. **Mozart, Sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

ELIAS, N. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FAUSTO, B. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2006.

FERNANDES, F. **A integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Dominus Editôra, 1965.

FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. 2ª. ed. São Paulo: Global Editora, 2011.

FIGUEIREDO, C. L. N. D. **Lima Barreto e o fim do sonho republicano**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

FIGUEIREDO, C. L. N. D. **Trincheiras de sonho: ficção e cultura em Lima Barreto**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1998.

FREYRE, G. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano**. São Paulo: Global editora, 2003.

FREYRE, G. **Ordem e Progresso**. São Paulo: Global editora, 2004.

GILENO, C. H. **Lima Barreto e a condição do negro e do mulato na Primeira República (1889-1930)**. Campinas: [s.n.], 1997. Dissertação (mestrado).

HOLANDA, S. B. D. **Prefácio**. In: Clara dos Anjos e Outras Histórias. São Paulo: Publifolha, 1997.

LINS, O. **Lima barreto e o espaço romanesco**. São Paulo: Ática, 1976.

MACHADO NETO, A. L. **Estrutura Social da República das Letras**: sociologia da vida intelectual brasileira, 1870-1930. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

MACHADO, M. C. T. **Lima Barreto, um pensador social na Primeira República**. São Paulo: EDUSP, 2002.

MACHADO, U. **A vida literária no Brasil durante o romantismo**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NEEDELL, J. D. **Belle Époque Tropical**: Sociedade E Cultura De Elite No Rio De Janeiro Na Virada Do Século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ORTIZ, R. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Editora brasiliense, 2012.

PRADO, A. A. **Lima Barreto o crítico e a crise**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1976.

RODRIGUES, J. P. C. D. S. **A dança das cadeiras**: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913). Campinas: Unicamp, 2003.

SCHWARCZ, L. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2011.

SCHWARCZ, L. Lima Barreto leitor de Machado de Assis: Leitor de si próprio. **Machado de Assis em linha**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 22-60, Dezembro 2014.

SCHWARZ, R. **Ao Vencedor as Batatas**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2007.

SEVCENKO, N. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SKIDMORE, T. E. **Preto no Branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). São Paulo: Editora Schwarcz, 2012.